

MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 1. N. 3. OUT./DEZ. 2016

MOVIMENTO

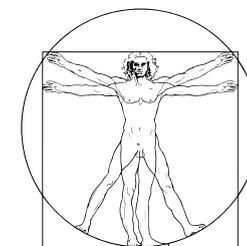
CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 1. N.3. OUT/DEZ. 2016.

MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 1. N.3. OUT/DEZ. 2016.



EDITORA
MOVIMENTO

Editores: Etevaldo Teixeira e Roberto Robaina
Diretor: Thiago Aguiar
Responsável: Movimento Esquerda Socialista

Projeto gráfico, capa e diagramação: Adria Meira
Revisão: Thiago Aguiar e Giovanna Marcelino
Tradução: Fabiana Lontra

Periodicidade: Trimestral
3ª edição 2016

Autores que contribuem nesta edição:

Dan La Botz
Evelin Minowa
Fabiana Amorim
Honório Oliveira
Israel Dutra
Nathalie Drumond
Paula Kaufmann
Pedro Fuentes
Pedro Serrano
Roberto Robaina
Sâmia Bomfim

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 1, v.1, n.3 (out./dez.2016)-.-Porto Alegre : Movimento, 2016.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo– Mundo.
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política –
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2016

ÍNDICE

Apresentação 7
Thiago Aguiar

INTERNACIONAL: A VITÓRIA DE TRUMP, A SITUAÇÃO MUNDIAL E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

Notas compactas sobre a situação mundial 13
Pedro Fuentes

Trump e a direita enfrentarão a resistência dos de baixo 45
Dan La Botz

As eleições de 2016 no Peru e os desafios da esquerda
peruana 63
Evelin Minowa

O BRASIL APÓS AS ELEIÇÕES 2016

Um Rio de resistência e esperança 89
Honório Oliveira

A eleição vitoriosa de Sâmia Bomfim: o fortalecimento
do MES e o surgimento de uma nova liderança da
esquerda em São Paulo 95
Paula Kaufmann, Pedro Serrano e Sâmia Bomfim

A esquerda precisa unir a luta contra o ajuste à luta
contra a corrupção 105
Roberto Robaina e Israel Dutra

29N: prosseguir a luta, ocupar e resistir 109
Nathalie Drumond e Fabiana Amorim

DOCUMENTOS

Eleições 2016: uma primeira leitura de balanço e
perspectivas 115
Secretariado Nacional do MES

Apresentação

Thiago Aguiar ¹

Lançamos mais um número de nossa revista *Movimento*. Num ano conturbado, de aprofundamento da crise econômica e política, com lutas efervescentes contra o ajuste, os ataques do governo e a corrupção, o PSOL vivenciou um importante crescimento. Se bem não foi possível vencer as batalhas eleitorais e assumir o desafio de governar com o povo pelas mudanças, em muitas cidades o partido firmou-se como alternativa de poder. Nossas bancadas cresceram em todo o país, com destaque para as vereadoras do partido que conformam uma verdadeira bancada feminista, expressão das lutas das mulheres que tomam o Brasil.

A crise do regime e as novas revelações trazidas pela Operação Lava Jato têm colocado os principais partidos e dirigentes políticos do país à beira do precipício. Nossos militantes têm-se colocado na primeira fila dos enfrentamentos, com destaque para a juventude que resiste à ofensiva da PEC 55 e à reforma no Ensino Médio.

No mundo, a vitória de Donald Trump na eleição presidencial estadunidense chacoalhou o edifício da globalização neoliberal, tal como a conhecemos, e torna mais complexa a situação internacional ao mesmo tempo em que nos Estados Unidos, o coração do imperialismo, também as lutas e a organização da esquerda estejam despertando.

Esta edição debruça-se sobre estes e outros temas. Abrimos a revista com mais um texto de Pedro Fuentes em seu rico esforço de elaborar teses sobre a situação mundial, após a publicação no número anterior de suas notas sobre a situação latino-americana.

Dan La Botz, professor da CUNY, militante estadunidense do grupo *Solidarity* (observador da IV Internacional) e do *Democratic Socialists of America*, escreveu artigo exclusivo para nossa publicação analisando a vitória de Trump, suas primeiras iniciativas e a composição de seu gabinete.

¹ Diretor da Revista *Movimento*.

Boa leitura!

Após período intenso construindo nossa corrente no Peru e colaborando na consolidação da Frente Ampla naquele país, Evelin Minowa, dirigente do MES em São Paulo, descreve os resultados da última eleição peruana e as perspectivas para a construção da esquerda num país onde a história de luta e organização do povo é muito forte.

Na seção nacional, discutindo os desdobramentos das eleições municipais de 2016, Honório Oliveira, dirigente do PSOL carioca, analisa os resultados campanha de Marcelo Freixo, que o levou ao segundo turno e marcou o fortalecimento do partido na cidade. Paula Kaufmann, Pedro Serrano e Sâmia Bomfim descrevem a vitória eleitoral de nossa corrente em São Paulo com a eleição de nossa primeira vereadora após um acúmulo de militância e construção de quase 10 anos do MES na cidade.

Por sua vez, Roberto Robaina e Israel Dutra, dirigentes do MES e do PSOL, tratam da necessidade de a esquerda enfrentar a corrupção e o ajuste em curso no país no momento em que as revelações da empreiteira Odebrecht deixam nu o regime de conjunto, seus principais partidos e agentes. Nathalie Drumond e Fabiana Amorim, do Grupo de Trabalho Nacional do Juntos!, abordam as ocupações e lutas da juventude que percorrem o país e o dia nacional de lutas em 29 de novembro, que enfrentou a pesada repressão de Temer e Alexandre de Moraes.

Encerrar o primeiro ano de nossa publicação nestas circunstâncias não deixa de ser boa notícia. O esforço militante de erguer uma publicação teórico-política e estimular debates para além de nossas fronteiras não é fácil, mas consideramos que a consolidação e periodicidade de nossa publicação caminham nesse sentido. O desafio diário de estudar, compreender, agir e lutar segue vigente. É tempo de fazermos mais e melhor. É o que esperamos para 2017, nas lutas onde seguiremos e na sequência dos trabalhos de nossa revista, que ao longo do ano, após este primeiro período de consolidação, avançará em seu projeto e permitirá novas iniciativas.

INTERNACIONAL

**A VITÓRIA DE TRUMP,
A SITUAÇÃO MUNDIAL
E A CONSTRUÇÃO DE
ALTERNATIVAS**

Notas compactas sobre a situação mundial

Pedro Fuentes¹ (com colaboração de Maycon Bezerra e Bernardo Corrêa)

Este texto é uma contribuição para aqueles que pensam na necessidade de fazer um debate aberto sobre a situação mundial. Estamos atravessando momentos complexos, novos, nos quais os revolucionários não podem ficar atados aos velhos esquemas e fórmulas; temos que enriquecê-las, melhorá-las para compreender e atuar numa realidade muito rica, porém ao mesmo tempo muito diferente das outras pelas quais já passamos. É um período para a ação no qual a teoria e seus desdobramentos políticos têm que servir para isso. Pensemos no Brasil, onde o PSOL aparece como alternativa real para setores do povo e passou perto de chegar ao governo de grandes cidades! Podemos enfrentar esta apaixonante realidade de duas formas equivocadas: pragmaticamente, atuando sobre a marcha dos acontecimentos à medida que eles ocorrem; ou nos tornando meros comentaristas críticos, observando e criticando a política e aquilo que os outros estão fazendo. Para compreender e atuar no Brasil, Peru, Chile, Venezuela, México, Argentina... necessitamos olhar o mundo que está cada vez mais sincronizado. Estas notas são destinadas àqueles que compreendem a necessidade da teoria marxista se vincular à ação e que este é um período de ação e de disputa sobre as massas.

O texto foi escrito antes das eleições nos EUA. Nós avaliamos que o triunfo de Trump é um momento importante, chave do novo período. Mas ao mesmo tempo, consideramos que no texto há uma explicação para este fenômeno político produzido no coração do capitalismo: a crise da classe dominante e de seu regime; a capitalização por um populismo nacional de um setor mais desesperado do povo que vive à crise econômica provocada pela globalização neoliberal, e acha que seu inimigo são os imigrantes e o terrorismo. Diante disso, a nova importância que adquirem as

¹ Dirigente do Movimento Esquerda Socialista.

tarefas democráticas também estão agora colocadas no país que é o centro do imperialismo.

Há um impasse global?

A situação mundial é muito complexa; o planeta se parece com uma onda (ou talvez, uma represa), na qual um sistema-mundo vai acumulando cada vez mais contradições sem que ocorra uma liberação de forças nítida nem para um lado (a burguesia dominante) nem para outro (os trabalhadores e o povo), como ocorreu em situações anteriores de crises mundiais.

Essa concentração de contradições tem dois polos: crise das classes dominantes, consequência de uma crise global (econômica, política e ecológica) por um lado; e ausência de uma alternativa clara, revolucionária, que seja uma saída para alterar radicalmente esta situação, por outro. Podemos dizer que há um **impasse global crítico** no mundo onde há desigualdades entre países. Mas, ao mesmo tempo, há mais sincronia, porque a crise é global e ocorre com vigor em países centrais: EUA, Europa, os BRICS, e assim impregna o planeta como um todo... Há um longo impasse, onde parafraseando Lênin, podemos dizer que os de cima **“podem” até certo ponto e os de baixo “não querem” até certo ponto.**

Impasse não é sinônimo de imobilidade

1. **Há muitos movimentos ocorrendo, que porém não se definem** nem para um lado nem para outro. A burguesia não consegue triunfos **contundentes**, nem tampouco os trabalhadores e o povo.

Depois da crise de 2007/2008, com a primavera árabe na Tunísia, Egito, Líbia, Síria (que foram revoluções democráticas) iniciou-se uma onda ascendente. Esta onda dominou o mundo até 2013 com mobilizações, rebeliões e ocupações. Depois

vieram os indignados e a Grécia, incluindo Occupy Wall Street nos EUA, Ucrânia (praça Maidán), Junho de 2013 no Brasil e julho na Turquia (praça Taskim). Foram claros movimentos populares democráticos, juvenis, plebeus, espontâneos, com traços anticapitalistas pelo caráter de suas ações (ocupações, revoluções), e também por algumas de suas consignas. Pela primeira vez, apareceram novas e engenhosas consignas que questionavam o regime exigindo “democracia real já”; o sistema/modelo da globalização; o rentismo (“não ao poder dos bancos”); e “os 99% contra 1%”.

2. **Esses processos tropeçaram e tropeçam na ausência de uma alternativa de direção.** Não falamos de uma direção socialista revolucionária – que obviamente não existia – mas de uma direção democrática popular revolucionária consequente, tal como havia (por exemplo) e, apesar de suas limitações, no nacionalismo radical latino-americano em 2002-2009. Ou seja, o bolivarianismo de Chávez e o indigenismo de Evo, com os quais se lograram importantes triunfos democráticos e anti-imperialistas.

Sobre os países árabes: somente na Tunísia o processo não recuou, ou se deu parcialmente, porque o velho regime caiu. Foi na Tunísia, onde a classe operária esteve e está mais organizada e ativa. No resto dos países árabes, o estancamento e/ou posterior avanço da contrarrevolução foi muito maior, uma prova a mais de que a burguesia não pode levar adiante as tarefas democráticas e anti-imperialistas até o final nos países atrasados.

O ponto maior desta contrarrevolução no Oriente Médio é a guerra contrarrevolucionária de Assad e Putin na Síria, à qual se soma Erdogan na Turquia. Na Europa Oriental, foi a guerra e a divisão da Ucrânia. Na Europa Ocidental, a capitulação de Syriza.

3. **Contudo, o movimento tropeça, porém se levanta e se expressa de várias formas.** Na América Latina, por exemplo, com o fim do ciclo da direção do PT no Brasil e do bolivarianismo

na Venezuela, parece renascer um polo no Peru (Frente Amplio), no Brasil com o PSOL e no México, onde se daria um salto importantíssimo se os zapatistas (EZLN) se lançam às eleições de 2018.

Na Europa também ocorre. Na Inglaterra, apesar do triunfo da direita mais dura com o Brexit, Corbyn se sustenta num neotrabalhismo com sua ideia de partido/movimento. Na Espanha, apesar do PP obter vantagens no impasse, pela capitulação e o colapso do PSOE, se refortalece o Podemos e com ele a ideia desde a esquerda do novo partido/movimento. Na França, a crise do PS fortifica o Parti de Gauche; e na Alemanha (sobretudo em Berlim), Die Linke coleta os destroços da crise da social-democracia.

E, nos EUA, algo fundamental: a crise de credibilidade no regime político do velho bipartidarismo de democratas e republicanos é “gritante”. Nunca ocorreu algo assim, nem nos anos 70. Há dois polos antirregime: um muito progressivo e substancial, que até faz reivindicações transicionais e se apoia na situação estrutural da crise do país, onde a violência contra os negros é uma expressão (Sanders, Black Lives Matter, etc); o outro, pelo direitismo nacional-populista de Trump.

4. Outra cara é a aparição de um novo protofascismo ou neonazismo com base no chauvinismo nacional, na xenofobia, no ataque aos imigrantes que invadem a Europa e os EUA, e nos destroços que produz o terrorismo do ISIS na consciência das massas. Essa vertente, que atrai setores velhos e brancos da classe trabalhadora, é resultado da crise objetiva e da debilidade de alternativas de esquerda que atraíam o conjunto do movimento de massas. Nos EUA, Trump prova não ser um mero palhaço, mas a expressão dessa neo-ultra-direita fascista herdeira do Tea Party e do Klux Klux Klan, contra os negros e os imigrantes. Na América Latina, o caso mais notável é o de Uribe e sua aliança com o paramilitarismo. Na Europa, UKIP na Inglaterra, Le Pen na França, Nova Alternativa na Alemanha, Erdogan na Turquia. Há

ainda Duterte nas Filipinas.

Esse setor de ultra-direita existe em muitos países. Ao não serem a opção das classes dominantes burguesas do “ocidente”, tal como se desenvolvem, se apoiam em Putin e também na China, e podem ser alternativa de governo ante a crise do bipartidarismo clássico que sustenta a globalização capitalista.

Em geral, este setor se apoia numa parcela empobrecida da classe média e dos velhos trabalhadores que, com a globalização e a imigração, perdem empregos e são atraídos pelas promessas nacional-chauvinistas e pelo rechaço aos imigrantes. Embora os setores burgueses dominantes não os tenham como sua alternativa, a ultra-direita segue crescendo.

5. Por que dizemos impasse se ocorrem fenômenos novos muito progressivos? Porque é muito difícil que haja golpes contundentes (de um e de outro lado) que desnivalem a situação nos centros mais importantes do sistema-mundo. É impensável um triunfo ultrarreacionário ou contrarrevolucionário nos EUA, Europa, ou mesmo na China, se neste país os trabalhadores, as massas urbanas modernizadas e o campesinato seguem despertando. Tampouco vemos possível esse curso na América Latina. O que avança é a **contrarrevolução econômica**, mas mesmo que seja uma ameaça real, é difícil que avance numa contrarrevolução política que poderia dar uma espécie de estabilidade de penumbras à economia-mundo... Seria a “estabilidade” da barbárie certamente.

E por outro lado, é muito difícil que se deem neste período, se entendemos como golpes contundentes dos trabalhadores e dos povos, novas expropriações da burguesia, que não ocorrem há 40 anos. O que é mais provável são **triunfos mais democráticos** revolucionários. Isso pode suceder na ponta da situação, em **países-chave**. Isto é, em países que não são marginais ao domínio imperialista. Ou seja, pode haver novas revoluções democráticas que sacudam a estrutura de domínio capitalista e a este mesmo,

com mais repercussão das que tivemos até agora na América Latina e nos países árabes.

6. O outro que ocorre e seguirá ocorrendo é a agudização da concorrência intercapitalista que vem pela mão da mundialização. A guerra comercial voraz entre as potências, que é mais do que a luta de patentes. **Há uma escalada de guerras locais e regionais pelos interesses geopolíticos e econômicos** perigosíssimas como as que se dão no Grande Oriente Médio (Síria e Iraque). Isso sim está no horizonte. O novo armamentismo da China e da Rússia estão vinculados à guerra comercial e às disputas políticas “inter-imperialistas” que têm, de um lado, EUA e seus frágeis aliados e, do outro, a associação cada vez mais firme entre Rússia e China.

7. Se esta situação continuar estaremos diante de uma crise crônica de regime e do sistema, algo que já é uma realidade em muitas partes do mundo. O socialismo é a única saída que a humanidade tem. É a saída estratégica que não se pode perder de vista. Não há outra alternativa viável, não há nenhuma possibilidade de que este sistema capitalista seja reformado. O capitalismo vive uma crise crônica e se as massas por agora não acreditem no socialismo, a realidade vai colocá-lo como alternativa neste novo ciclo que iniciamos.

Qual é a crise da burguesia mundial dominante?

De um modo descritivo, os componentes desta crise são:

a) **Crise do modelo de acumulação** nesta fase da “mundialização ou globalização”, onde há a maior concentração do capital em poucas corporações e famílias, com a maior desigualdade dos últimos 140 anos (informe de Oxfam, Dumenyl, Piketty), é cada vez mais baseado na **financeirização e no lucro**

rentista, associados aos governos gerentes da mundialização. A característica da financeirização (dinheiro que gera dinheiro D-D’) leva a um processo de maior lumpenização da burguesia. Trata-se da mais-valia “futura”, que de alguma maneira necessita sair da superexploração do trabalho assalariado em todo o mundo e especialmente na periferia. Isso inevitavelmente se choca com o decréscimo da taxa de lucro apesar da revolução tecnológica, que aumenta a produtividade do trabalho;

b) **A alta burguesia financeira rentista (derivativos e bancos) está articulada com grandes corporações “produtivas”**, daí que é impossível romper sua hegemonia sem um ataque global². Esta simbiose ou associação entre a neoligarquia mundial consiste no processo em que, enquanto lucra com a especulação financeira que também espolia países, acumula lucros da mais-valia que tira dos países de mão-de-obra barata (China, Vietnã, Índia etc.), convertidos na fábrica do mundo.

A contradição intrínseca é que ele mesmo (o rentismo) provoca a prolongação da estagnação econômica que se asfixia com o alto nível de endividamento (países, estados, municípios, empresas) e pela decrescente taxa de retorno dos investimentos produtivos (decrécimo da taxa de lucro);

c) **Este salto ocorrido na nova fase com o modelo econômico produtivo tem sua outra face no neoliberalismo**, como novo modelo político e de estado a serviço destes interesses;

² [Nota de Maycon Bezerra] A globalização neoliberal e a degeneração rentista do capitalismo que realiza, mergulhado em crises cada vez mais profundas, expressa a tendência do capital - apontada por Marx - a permanecer tanto quanto possível na forma de riqueza abstrata, financeira. Tanto mais a acumulação se realiza no âmbito da esfera financeira (D - D’), convertida em ganho rentista, mais se descola do plano das necessidades humanas concretas postas na dimensão da produção e circulação de mercadorias (asfixiando-a pelo elevado nível do endividamento que impõe), e por lado também se desenvolve uma contradição cada vez mais aguda com um conjunto cada vez mais amplo de setores sociais. Ainda mais, quando a extração de mais-valia na base do processo de valorização do capital, se realiza mediante a superexploração do trabalho assalariado (salários abaixo o valor da força de trabalho) na periferia - especialmente mas não exclusivamente - e através da transferência dessa massa de valor da periferia capitalista aos centros imperialistas. Ver <http://www.sinpermiso.info/textos/imperialismo-y-sobre-explotacion>

d) **A restauração do capitalismo** nos países do “socialismo real” pelo qual o capital passou a dominar economicamente o mundo como um todo e a revolução tecnológica que permitiu um salto nas comunicações, (mundializar as informações em segundos), são dois fatos decisivos para explicar esta nova fase;

e) **A crise ambiental é parte desta crise** (aquecimento global, etc.). Ela é consequência dessa fase do capitalismo, que se tornou mais destrutivo e contaminante do meio ambiente. Há um ataque devastador das grandes mineradoras, da agricultura transgênica, do uso de herbicidas de contaminação ambiental das cidades que é incontrolável pelo capitalismo, a não ser que consiga novas fontes energéticas não-poluentes rentáveis;

f) **Superexploração e espoliação** são as formas que nesta fase ocorrem, via as iniciativas burguesas, para retomar a atividade econômica. Tem necessariamente também um caráter de acumulação por **despossessão**, isto é, entrega de bens do país, territórios, minas, energia, caminhos, e todo tipo de extrativismo na periferia, em especial na América Latina, África, etc.³;

g) **A inelutável “gerentização”** neoliberal dos regimes políticos burgueses e seus partidos e governos a serviço das corporações e do rentismo é uma necessidade desta etapa de acumulação (desmantelamento dos estados para colocá-los a seu serviço), o que tem levado aos partidos políticos a sua deslegitimação ante o movimento de massas, tanto deles como das instituições com as quais governam;

h) **A perda crescente de hegemonia por parte do imperialismo americano** é parte da atual crise de dominação. Os EUA são mais débeis e ao mesmo tempo mais unilateralistas, porque tem menos capacidade de dominar por meio da

³ Tomamos os aportes fundamentais de David Harvey, a teoria de acumulação capitalista neste período.

“associação” com outros imperialismos. Ao mesmo tempo, existe a debilidade do próprio regime em seu país, absorvendo todas as contradições, o que ficou marcado com a crise de 2008 quando Obama teve que ir ao resgate estatal da banca pelo domínio do que chamamos rentismo;

i) **O fortalecimento da Rússia e da China**; dois países que, no atual contexto, desempenham um papel de neoimperialismos (o primeiro mais em seu caráter político, e o segundo no econômico), e obrigam os EUA a uma posição mais defensiva (que não quer dizer menos agressiva). Por isso, abriu-se um cenário geopolítico de mais instabilidade e imprevisibilidade⁴;

j) **Há um aprofundamento da decadência ideológica da burguesia** como parte desta situação de impasse global. Este elemento é o que explica o avanço do chauvinismo religioso, nacional e racial;

Esta crise, das classes dominantes e de seu sistema, é para os revolucionários **objetiva** e indica as limitações que tem o capitalismo nesta etapa de decadência. A burguesia **“pode”** até certo ponto, devido a este processo intrínseco e porque o movimento de massas não lhe permite avançar muito mais. Porém, a crise não significa que o capitalismo vai cair por si só; faz falta o sujeito social e o político que possa derrubá-lo, destruí-lo e substituí-lo. Por estas razões seria unilateral não tomar este problema subjetivo, que para os revolucionários é objetivo. Por isso, não podemos definir este período como revolucionário; o capitalismo está em crise, porém é necessário o **sujeito social e político** para derrubá-lo, porque ele não morre por si mesmo.

⁴ China faz mais do que a Rússia da “economia mundial”. Este país acumulou uma grande quantidade de capital financeiro e é o maior detentor da dívida pública do governo dos EUA. Não se pode dizer que a burocracia é simplesmente uma casta, é mais do que isso, é um regime autocrático, onde a cúpula é parte do neoligarquia mundial.

O fim de um ciclo de direções e o começo de outro: as dificuldades para uma nova consciência de massas

1. **Uma condição para que a revolução ocorra é “uma ação histórica independente dos trabalhadores e do povo”.** Lênin afirmava que para existir uma situação revolucionária, ou seja, a abertura de uma situação que coloque o poder nas mãos dos trabalhadores e do povo, a classe tem que estar decidida a essa **ação histórica independente**. A contradição que hoje existe no terreno da consciência é que, ao mesmo tempo que as massas têm um descrédito com o capitalismo, seu regime e os partidos políticos, incluindo os partidos de origem nos trabalhadores (social-democracia e stalinismo), há muitas dificuldades para avançar a essa ação histórica independente. E uma dificuldade para que isso ocorra é o fato que não enxergam no socialismo uma alternativa.

2. **Essa contradição entre o objetivo (a crise e o descrédito com o capitalismo) e o subjetivo** ocorre quando objetivamente o **anti-imperialismo e o anticapitalismo** estão mais ligados e interconectados à escala mundial, já que aumenta a pobreza dos explorados e oprimidos no Sul e no Norte. Porém, o **sujeito social e político** (ou seja: o subjetivo, a consciência de classe e o partido revolucionário), que são fundamentais para alentar uma alternativa anticapitalista que atravesse os marcos do regime e o sistema, são débeis. Há uma negação muito grande e há uma ausência de afirmação do socialismo.

3. **Negar a importância da consciência** é um grave erro que não podemos cometer, sobretudo no mundo atual onde o domínio da burguesia não se dá somente sob a forma de coerção, mas também do consenso imposto por suas instituições que propagam suas ideologias⁵.

⁵ Como explicou Gramsci na década de 20 e 30, com as suas contradições e diferenças entre o Oriente e

4. **Na história, nas épocas da II e III Internacional, o socialismo fez parte da consciência dos trabalhadores.** Grandes setores de massas acreditaram, durante a vida de Engels, nos grandes partidos operários da II Internacional (também os revolucionários russos) até sua degeneração, quando apoiaram em seus países a Primeira Guerra Mundial. Essa ideologia não se cortou, teve continuidade com os Partidos Comunistas agrupados na III Internacional. O corte se produziu em fins dos anos 20 e começo dos 30 com o triunfo do stalinismo e a debilidade histórica do trotskismo para superá-lo e ser a continuação do socialismo⁶.

E de todas as formas o modelo socialista burocrático, apesar de seu totalitarismo, foi útil até o começo dos anos 80 para explicar aos trabalhadores a superioridade do socialismo como sistema. Por isso, dizíamos em nossa corrente internacional, o socialismo é igual a **“Cuba com democracia”**⁷.

5. **As revoluções antiburocráticas de 89** (na ex-URSS e nos países do Leste) terminaram com o aparato stalinista que controlava a grande maioria das organizações sindicais e sociais. A social-democracia europeia manteve certo prestígio no terreno eleitoral entre os trabalhadores com a chamada via de Blair, como antes havia sucedido com o PSOE. Porém, a social-democracia terminou também definitivamente enterrada com os governos europeus do ajuste⁸.

Com as revoluções antiburocráticas e a restauração do capitalismo caiu o aparato internacional contrarrevolucionário

o Ocidente, a burguesia construiu sua hegemonia através da coerção (exército, polícia, etc.) e também o consenso por meio das suas superestruturas: Igrejas / religião, escola / educação, mídia, partidos políticos. Hoje há um grande descrédito do poder ideológico dos partidos políticos, mas essa lacuna é ocupada por outras superestruturas mais perversas como igrejas (especialmente evangélicas nas classes pobres), e os meios de comunicação que são importantíssimos formadores de opinião.

⁶ O início do pós-guerra esteve marcado por revoluções e expropriações da burguesia, dirigidas pela burocracia russa. Esses processos terminaram sendo burocratizados.

⁷ Os social-democratas também viveram durante muitos anos pelas grandes conquistas via reformas alcançadas pelos trabalhadores nos países capitalistas da Europa no pós-guerra (seguridade social, salários, saúde gratuita). Esse período ficou conhecido como a era do estado de bem-estar.

⁸ Nos países dependentes e semicoloniais, além desses partidos, tivemos a influência do nacionalismo burguês, como peronismo ou nasserismo.

que libera forças nas massas, que são mais livres têm mais espontaneidade, para auto-organizar-se (já dissemos também que se rompe o equilíbrio de dominação do pós-guerra, acelerando a mundialização do capital e sua concentração). Dessa maneira se abriram novos caminhos; os trabalhadores e os setores pobres ficaram mais livres. O bolivarianismo não pode ser explicado sem o fim dos aparatos que antes absorviam qualquer processo independente progressivo. Todos os novos processos políticos que ocorreram pós-queda do Muro de Berlim, bolivarianismo e indigenismo na América Latina, Die Linke, Syriza, Podemos na Europa e Sanders nos EUA se explicam pela ausência deles.

Contudo, ao mesmo tempo, na consciência das massas significou a perda do **único modelo** de socialismo que conheciam, mesmo que fosse falso, servia para ver outra perspectiva ao capitalismo. Essa confusão provocada é o que explica a dificuldade de que as massas vejam o socialismo como saída. E a questão do **modelo** é uma dificuldade para construir alternativas políticas **anticapitalistas consequentes**, que tenham em seu programa uma clara saída socialista.

6. Ocorre que há um vazio porque não se acredita nessas velhas direções e ao mesmo tempo recém-aparecem alternativas que as suplantem; o caminho está mais aberto para isso⁹. É um momento de transição, como dizia Gramsci (e agora se tornou muito justo citá-lo), “o velho não termina de morrer e o novo ainda não termina de nascer”. O fim do ciclo de velhas direções traz também elementos de ceticismo e descrédito, é um momento negativo que temos que utilizar para afirmar o novo que, embora não tenha terminado nascer, está nascendo. Esse “nasce” já existe, porque vive o PSOL, o Podemos e outros novos processos. A crise provocada na Grécia pela capitulação de Syriza não enterra todo este rico processo que hoje existe. Pelo contrário,

9 Em 90 este termo foi mal utilizado por nossa corrente que identificou como vácuo de direção e até mesmo de poder. O que há agora não é um vazio de poder, mas sim vazio de representação. Isso porque deixou-se de acreditar nos velhos partidos. Obviamente que esse vazio é relativo e é ocupado por novos processos.

tem que servir de exemplo para não cometer esses erros.

A classe operária, os explorados, os oprimidos e suas mobilizações

1. A crise objetiva e a contrarrevolução permanente que os de cima fazem impulsiona a luta. A luta de massas tem atualmente várias vertentes: **lutas de resistência econômica dos trabalhadores** que resistem aos cortes, que conquistam e lutam por salário (lutas que embora apareçam muitas vezes como defensivas se transformam em ofensivas). Às lutas dos trabalhadores, é necessário somar **as significativas lutas populares democráticas, anti-imperialistas e políticas**, contra governos, a maiorias das rebeliões ou revoltas espontâneas nas quais os trabalhadores não aparecem como classe. Além disso, aumentam as lutas dos setores sociais oprimidos, de povos por sua independência, da luta feminista, da luta dos negros, da comunidade LGBT e da juventude.

2. Têm um destaque especial dois setores;

a) **A maré feminista** que cresce em numerosos países. A mulher é quem mais sofre esta crise, no trabalho e em casa. A crise social tem feito aparecer com mais força a violência machista e os aspectos sociais mais atrasados, e nos países mais explorados a nível mundial, onde a mulher soma mais reivindicações. O novo feminismo está muito ligado aos setores de mulheres mais explorados que sofrem com a crise e a violência doméstica como expressão de uma crise moral. Como muito bem se escreveu (Portal de la Izquierda), a paralisação das mulheres argentinas há algumas semanas sacudiu o mundo. É assim porque se trata de um processo mundial no qual as mulheres retomam uma longa tradição histórica de lutas iniciadas com as trabalhadoras do século XIX e as sufragistas;

b) **A juventude é o setor mais dinâmico e revolucionário.** Os jovens são os que mais sofrem com a crise global, o desemprego, a falta de perspectivas, a expulsão da educação das escolas e não está atado ao velho, busca um novo horizonte, se rebela. As ocupações são a marca da juventude. Tem sido e será o motor de mobilizações; primeiro foi seu papel nas revoluções árabes, depois as praças, posteriormente passou a ser a luta contra a mercantilização da educação (Chile, Espanha, França e agora Brasil). Tem surgido uma **nova vanguarda juvenil** que vai desde os secundaristas, aos bairros e os trabalhadores jovens que não estão atados ao velho e que também são a fonte da qual nutrem os novos processos políticos em curso.

3. **A classe trabalhadora tem sido e seguirá sendo (em particular, o proletariado industrial), o mais genuinamente anticapitalista.** É quem diretamente enfrenta os patrões e questiona sua propriedade. Há debilidades, no entanto, **de um ponto de vista mais estrutural deste período**, na ação da classe trabalhadora, e especificamente a **industrial**, porque é a mais anticapitalista, já que enfrenta objetivamente ao patrão em seu trabalho. Tais debilidades não podem ser explicadas unicamente pelos problemas subjetivos que há pela ausência de um modelo alternativo ao capitalismo. **Trata-se primeiramente de um fenômeno estrutural produzido nesta nova fase de globalização.**

A classe engrandeceu em número, cresceu vigorosamente inclusive na indústria, porém a revolução tecnológica trouxe a produção em rede (produzir em peças e partes em diferentes países) e isso criou um exército mundial de reserva que a burguesia pode manejar e ao qual a classe não pode se enfrentar a não ser que conte com uma organização internacional. Pelo traslado da produção aos países de mão de obra mais barata e essa possibilidade de rede se fragilizaram os batalhões pesados da Europa que possuem mais história e consciência de classe.

Os trabalhadores são positivamente concretos, num sentido, são menos espontâneos¹⁰. Na luta, arrisca tudo, mas tem a ver com condições objetivas de ganhar e a desocupação aumenta a disponibilidade de pensar duas vezes antes de decidir-se a lutar.

Daí que o proletariado não está por agora, como em períodos anteriores, ao nível da crise do capitalismo para assumir a tarefa de levar atrás de si os grandes setores que sofrem a globalização neoliberal.

Como efeito, por um lado, a fragmentação do exército de reserva terceiriza e precariza os trabalhadores no mesmo ambiente dos conflitos. Mas, ao mesmo tempo, o crescimento no setor ligado à circulação e serviços (especialmente entre os jovens), como call centers, Uber, vendedores ambulantes, etc., traduzem o aumento do trabalho precarizado. Este processo é fundamental para entender porque muitas vezes o ambiente de conflito se amplia ou se transfere para as cidades e bairros. A especulação imobiliária e as diferenças de renda também colocam no centro dos conflitos urbanos o direito à habitação. Esse é um tema que abrange os países centrais e os periféricos.

Assim sendo, no mundo em qualidade e quantidade aumenta o número de explorados, empobrecido, oprimidos e excluídos, o que alimenta as reivindicações e lutas das cidades, jovens, mulheres, negros, indígenas e LGBTs.

4. **Ação e consciência são dialeticamente unidas; não há consciência sem ação, e não há ação sem consciência.** Assim, a possibilidade de avançar na consciência se abre e isso está acontecendo, especialmente nos setores mais jovens que são mais dinâmicos. Então, eles aumentam os movimentos e lutas. A falta de um líder (a classe) é o que faz com que a diversidade

¹⁰ O trabalhador aprende a partir de sua experiência. O trabalhador não se arrisca da mesma maneira que os estudantes, que têm menos a perder quando tomam escolas. Para os trabalhadores tomar a fábrica significa colocar em jogo seu emprego, sua família, que é a sua vida e, portanto, quando os trabalhadores decidem por uma ação eles sabem que é tudo ou nada. Isto não significa diminuir o valor das ocupações estudantis, pelo contrário, mas serve para entender e apreciar o valor de nossa classe.

de processos e mobilizações têm mais dificuldades para agir contundentemente. Em outras palavras, eles têm precedência sobre os processos de lutas populares, democráticas e revoluções deste tipo, que atingiram os governos, regimes, mas não avançam no sentido de questionar a superestrutura mãe, o Estado-burguês e seu sistema.

5. No entanto, (voltamos a insistir), essas mudanças não negam que a classe trabalhadora continua sendo o setor mais revolucionário, com maior potencial anticapitalista, o único que pode realizar até o fim a revolução contra o capitalismo e seus regimes. Existem seções da esquerda e do movimento social que deformam e unilateralizam a situação para negar o papel do proletariado e, em particular, o do setor industrial. Se adotarmos essa fórmula nos desarmaríamos para enfrentar as tarefas. A greve geral e, mais especificamente as políticas de greves gerais, serão colocadas na ordem do dia novamente, como aconteceu em outros períodos. Não há desindustrialização. Há uma redistribuição do proletariado, temos de ter em conta, mas ainda esse setor social segue sendo decisivo em grandes países como China, e também no México, Colômbia, Argentina, Brasil e, claro, nos países capitalistas mais avançados.

Um período de rebeliões e revoluções democráticas

1. Se repassamos os últimos quarenta anos, as revoluções têm sido anti-imperialistas, democráticas, políticas e menos anticapitalistas¹¹. Isto não significa que tenham sido menos importantes, já que têm impedido a estabilidade burguesa. Por isso, avança a contrarrevolução econômica (a ditadura das 80 corporações), porém não se pode fazer da mesma forma uma contrarrevolução política em países importantes. Pelo contrário,

¹¹ As revoluções democráticas são revoluções políticas que transformam o regime político através de métodos revolucionários, mas não alteram o sistema, isto é, as relações de propriedade na sua essência. Nelas, não se expropria a burguesia.

o que prima são as **revoluções democráticas** contras as quais as classes dominantes fazem oposição, reagindo e desviando-as com o intuito de freá-las.

A questão da atualidade das revoluções democráticas foi uma contribuição fundamental de Nahuel Moreno durante a década de 80 quando caíram as ditaduras militares em todo o Cone Sul. Na primeira década do século XXI, com o surgimento dos governos bolivarianos, este foi um tema retomado pelo MES (Movimento Esquerda Socialista), especialmente para compreender o caráter desses processos. A referência da qual partimos é um texto de Roberto Robaina sobre a atualidade do pensamento de Lênin em 1905, exposto em “Duas táticas da social-democracia russa na Revolução Democrática”. Esse texto contém ideias fundamentais: a forma em que Lênin enxergava a revolução democrática como um curso ininterrupto; a necessidade de disputa o poder com a burguesia durante o curso da revolução democrática; a questão da ditadura democrática do proletariado e do campesinato e sua atualidade frente aos novos governos de nacionalismo radical na América Latina¹².

2. Com a globalização neoliberal, o capitalismo alcançou seu zênite e sua maior contradição e decadência. A ditadura da burguesia transformou-se na ditadura das grandes corporações: a ditadura das 80 corporações. As conquistas democráticas da revolução burguesa são cada vez mais liquidadas e negadas por esta ditadura de uma extrema minoria. Nos referimos às liberdades democráticas de conjunto (econômicas, sociais e políticas) e as anti-imperialistas, estas inclusive nos países europeus.

O domínio econômico e também político do rentismo é de uma **neoligarquia financeira** que recorda a aristocracia do feudalismo e seu regime da monarquia absoluta, a qual se enfrentou a burguesia produtiva do século XVI e que desembocou na revolução francesa. Guardadas as diferenças, porque acima

¹² O texto referenciado está disponível em <http://www.esquerdasocialista.org.br>.

há uma unidade das corporações que dominam o conjunto da economia mundial. O domínio é estabelecido através das castas políticas (a casta burocrática já bastante possuidora dos meios de produção também), os partidos políticos que são os gerentes do capitalismo. A corrupção (no Brasil, ficou muito evidente) passa longe de ser um problema moral para ser intrínseco e orgânico a esta fase da mundialização, onde há uma maior lumpenização da burguesia e, portanto, de seus agentes.

3. **A revolução democrática ou política** (ou seja, a destruição e substituição dos atuais regimes e a construção de um novo por meio de uma assembleia popular constituinte) está colocada não só onde há regimes ditatoriais, mas em todos os países e, em particular, nos países capitalistas mais avançados, que são os que dominam a maior parte da economia mundial. **Não há possibilidades de reformas progressivas** nem dentro do regime e nem dentro do sistema. Não por acaso, as consignas que mais respondem a estas tarefas, o “99% contra 1%” e a “democracia real já” dos indignados, são expressões surgidas nesses países. Elas são uma reivindicação democrática (não de classe), mas questionam o conjunto do regime político e perturbam o sistema.

4. **Só é possível uma revolução democrática triunfante se houver força e ação de massas a partir dos de baixo.** Se a mobilização das massas tem suas formas de auto-organização que expresse um duplo poder, um poder popular capaz de aglutinar os setores pobres e os trabalhadores, seja regional, local, fabril ou nacional, e que estabeleça uma dualidade que enfrente o velho poder.

Os processos bolivarianos ensinaram que há uma relação estreita entre as **mobilizações revolucionárias e as novas expressões políticas que terminam sendo alternativas de poder nas eleições.** O chavismo é produto de um longo processo revolucionário que teve o Caracazo como seu ponto de partida,

várias mobilizações populares e depois, em 2002, a derrota do golpe da direita e dos EUA. No Equador e Bolívia, houve processos similares que culminaram nos triunfos políticos eleitorais do nacionalismo radical organizado em partidos.

A **relação entre mobilizações e processos políticos** também está sucedendo na Europa e outros países. O determinante, ou melhor dizendo, o mais importante, é a ação revolucionária das massas que começam sendo espontâneas e adquirem formas de organização como foi na Bolívia com os comitês que surgiram na luta pela água, na Argentina com as assembleias de bairro, na Venezuela com comunas populares. É dessa forma que se abre uma brecha na consciência das massas para deslocar um setor para os novos processos políticos, como foram o indigenismo e o bolivarianismo. Não se pode explicar o MAS na Bolívia ou o Movimento V República se não por esses processos de mobilização tal como na Europa e na própria EUA. O caso de Syriza na Grécia e o Podemos na Espanha foram a reprodução na Europa do que havia se passado na América Latina (logo tocaremos no balanço dos mesmos). E Sanders é também uma consequência do Ocupe Wall Street.

5. **Em relação à questão do poder,** há uma série de hipóteses às quais temos de estar abertos. Não podemos descartar que processos como o nacionalismo radical bolivariano ocorra em outros países, incluindo (com suas diferentes lógicas) os países de capitalismo avançado. Trotsky no Programa de Transição colocou como exceção o fato de que, em épocas de quebra da economia, crises ou guerras, abre-se a possibilidade de direções da pequena burguesia irem mais além do que normalmente se proporiam. Isso que para Trotsky foi uma exceção transformou-se de alguma maneira em regra nas revoluções do pós-guerra (Iugoslávia, China, nos países do leste, Cuba).

Hoje estamos em uma situação mundial que aponta para esse lado: crise global com um impasse das classes dominantes, com

decadência extrema para as mesmas como temos caracterizado nesse texto. Isso se combina com a ausência de partidos revolucionários de massa. Ao mesmo tempo, a grande diferença do momento atual em relação ao pós-guerra é que há uma crise terminal da social-democracia e não existe mais o stalinismo. Uma grande diferença! Por isso a emergência cada vez maior de novos processos políticos que enfrentem o neoliberalismo política e economicamente, que é definitivamente o modelo capitalista dominante neste período. E eles não são novos aparatos (ainda que possam capitular como no caso do Syriza); são ferramentas da realidade, da mobilização e da consciência das massas, dos amplos setores que estão na luta contra o capitalismo.

As opções que estão colocadas são duas: ou denunciemos somente e os deixamos morrer, ou disputemos dentro deles para convertê-los em alternativas de poder para levar adiante as tarefas democrático-revolucionárias que estão colocadas nessa etapa. Isto será possível se esses novos partidos ou movimentos estiverem intimamente unidos aos processos de massa que ocorrem na sua organização e nas suas mobilizações.

6. O papel da luta na institucionalidade. As eleições são o processo mais distorcido da luta de classes, porém desempenham um papel importante como um meio de fazer avançar as alternativas democráticas revolucionárias e anticapitalistas; É um erro pensar que só vamos para esse terreno para fazer propaganda de nossas saídas. Há outros elementos importantes em jogo. Pois, na disputa de massas em curso, há necessidade de avançarmos em espaços institucionais; não se pode parar de disputar esse terreno, sob pena de abrir espaços para a burguesia, a extrema-direita ou as correntes de esquerda que já fracassaram. Não se trata de apenas elegermos parlamentares para que eles sejam como Lênin disse: “tribunos do povo”. Isso é fundamental, mas nós jogamos para ganhar prefeituras, como se conquistou na Espanha (Cádiz, Madrid, Barcelona), ou recentemente, em Valparaíso, no Chile,

onde ganhou uma nova força política surgida das manifestações estudantis.

Para que governar no âmbito do regime democrático burguês? Para usar as instituições do governo e assim ganhar força social, para transformá-lo em uma alavanca que permita (além de gerenciar melhor a cidade, o que é possível) fazer avançar a auto-organização dos trabalhadores e do povo. Ajudar a criar o poder com as pessoas “de baixo”, usando a famosa expressão de Lênin em “Duas táticas da Social Democracia russa”¹³.

7. Ao mesmo tempo, temos que colocar novamente a questão das alternativas de poder. A situação política abre essa hipótese como uma possibilidade crescente e novamente aparece a relação entre “os de baixo” e “os de cima” que Lênin colocava em “As duas tática da social-democracia”, que nesse momento é tão ou mais atual. Dito de outra forma: sem mobilização revolucionária, sem **ação de massas**, não há nenhuma disputa **em cima**, mas ao mesmo tempo, esta sequência pode ser mais dialética, na medida em que se construa uma organização política/social capaz de postular-se. Na Bolívia, Equador e Venezuela a sequência foi de grandes mobilizações insurrecionais, eleições presidenciais e posteriormente assembleias constituintes. Os dois primeiros fatores se fizeram presentes, eles têm que colocar ênfase na ação e organização das massas. **A crise objetiva dos de cima** pode se tornar crônica. E por isso, como dissemos, não podemos negar a famosa hipótese excepcional do Programa de Transição de que novas organizações irão além do regime e com isso será criado uma situação de choque com a burguesia, abrindo um novo processo de revolução ininterrupta.

¹³ Vale recordar o que Lênin dizia: o Partido Social-Democrata, mantendo sua independência política e organizativa, tinha que entrar em um governo provisório revolucionário como forma de disputar e empurrar desde cima o processo da revolução democrática contra a opinião dos mencheviques que se opunham e para os quais o poder deveria ser ocupado somente pela burguesia. Ver texto já mencionado de Roberto Robaina.

A revolução democrática é um passo da revolução socialista

1. **Uma consigna importante de uma revolução democrática é a Assembleia Popular Constituinte.** A constituinte é uma forma de sintetizar as aspirações e reivindicações democráticas do povo e significa a reorganização do país discutida democraticamente. A crise da democracia burguesa sustentada somente pelo direito ao voto tem de ser superada; esse deve ser um objetivo da mobilização, criar organismos de disputa de poder. A construção de uma assembleia que seja **popular, ou seja, participativa com democracia direta e real.** Isto significa um questionamento ao regime político e às suas instituições e não se pode conquistar isso sem uma situação de duplo poder, de poder popular, com povo e trabalhadores organizados, capazes de, com sua mobilização, romper o regime burguês decadente, a burguesia e suas castas políticas e ser alternativa de poder e instalar um governo capaz de convocar a APC.

2. **Seguimos acreditando que a revolução no século XXI será ininterrupta, permanente.** Sim, embora os economistas mais progressistas do pensamento burguês, como Krugman ou Stiglitz, façam corretas denúncias contra o capital financeiro, é possível que estas denúncias deem espaço a uma polarização da burguesia produtiva contra os rentistas? Até agora isso não se sucedeu e parece que as altas cúpulas acham que isso é impossível, o que não quer dizer que setores burgueses médios e pequenos não possam ser aliados importantes na luta dos trabalhadores e dos setores plebeus da sociedade contra as velhas castas políticas e as famílias que dominam a economia em cada país.

Não há reformas possíveis neste sistema. As mobilizações e revoluções novas foram parcialmente derrotadas ou desviadas (como aconteceu na revolução árabe), contudo, esse processo vai se tornar cada vez mais recorrente devido à crise sistêmica. Como Gilbert Achcar escreveu: a revolução árabe é um processo longo, e

isso pode ser generalizado para todos, agregando o novo, que para nós é a hipótese de revoluções nos países centrais.

Não há solução dos problemas dos povos nem da humanidade se não se **expropria** a grande burguesia que domina o mundo e se não se aplicam golpes contundentes nos países. O socialismo – como dizia Moreno – será internacional ou não será. A mundialização e concentração do capital e o aumento da pobreza no mundo, colocam de forma mais objetiva e mais possível as tarefas de **“expropriação dos grandes grupos capitalistas”**, ou seja, a revolução nos países centrais.

Democracia e socialismo: as novas consignas de transição

1. **A existência de neo-oligarquias coloca de maneira “democrática” também o tema da propriedade;** repartir a propriedade. Taxar as fortunas dos ricos, **“expropriar certos capitalistas”**, como dizia o Programa de Transição, etc. **Ou seja, o democrático e o socialista** têm esse nexos. Algo que indica que esta nova transição está colocada foi a campanha de Bernie Sanders nos EUA, que confrontou claramente de pobres contra ricos, posicionando-se pela taxação das fortunas, pela divisão dos bancos e seu poder, etc.

Neste sentido, o programa de transição, que tem toda a vigência em relação ao **método transicional, incorporando várias consignas novas.** Pela situação, o controle operário e a abertura de livros de contabilidade tendem a ser superadas por estas novas consignas que também atacam aos grandes capitalistas e colocam-se pela **“expropriação de certos grupos de capitalistas”**. A **democratização da propriedade**, a partilha, só é possível em outro sistema, expropriando as grandes corporações que dominam a economia mundial, começando pelos grandes evasores, os fundos nos paraísos fiscais, entre outros.

2. **O Estado e sua burocracia são um tema para se aprofundar;** e auto-gestão popular, controle comunitário das peças-chaves do Estado e de sua produção foram anuladas pela burocracia estatal. A transição para o socialismo pressupõe também a democratização do Estado e, portanto, autogestão como um caminho a avançar¹⁴. Assim, é atualizada a questão do controle operário do Programa de Transição, tornando os usuários mais ricos e mais ligados ao processo de todos os setores explorados.

América Latina, um cenário importante deste novo período.

1. Um olhar superficial e rápido indicaria que, na divisão mundial do trabalho, a América Latina não só cumpre o papel de abastecedor de matérias-primas. Mas ademais território do **extrativismo predatório de minerais**, reservas aquíferas, de compras de terras, jazidas petrolíferas, etc, podemos falar em uma neocolonização na qual intervêm os EUA e a China, além de outras potências mundiais. No caso de Brasil, (o maior país) seu papel parece indefinido, na busca de seu destino. Para manter sua industrialização, teria que voltar a ser mão-de-obra competitiva com a Índia e com outros países asiáticos, o que significa um ajuste enorme, que é o que estão tentando.

Este processo está sendo facilitado pela decadência do bolivarianismo e pelo regresso da direita depois do ciclo do PT no Brasil. Pela experiência acumulada nos períodos anteriores em nosso continente, pela experiência de massas em nossos países, há muito para jogar ainda; a partida recém começou. De um lado, e embora tenha se retrocedido, não podemos desprezar toda a experiência do período anterior, jogando o bebê com a água suja. A experiência e as conquistas do indigenismo na Bolívia, ainda que agora estejam esgotadas, pela política de pacto de Evo

¹⁴ Tito Prado e Bernardo Corrêa fizeram essa observação que é muito importante. A experiência nefasta do “estadismo lulista com a Lava Jato” desprestigia a ideia, fazendo a equivalência entre estatização, burocratização e roubo. Por isso, a atualidade e relevância do tema dos “produtores livremente associados” de que falava Marx e do “Estado de Novo Tipo”, de Engels e Lênin.

com a meia-lua e os sojeiros brasileiros e bolivianos, como os acordos com as grandes mineradoras internacionais, são uma referência para um grande setor de camponeses e indígenas do continente que são expulsos de seus territórios e suas águas e terras contaminadas. As experiências anteriores foram localizadas em alguns países dos quais ficaram fora Brasil e México que agora são parte dessa contrarrevolução econômica que avança com a crise que entrou no continente.

2. **Na América Latina não há possibilidades que as elites locais se voltem contra o imperialismo.** No México, Brasil e em outros países médios há uma associação entre a elite de famílias multimilionárias e a burguesia mundial; a burguesia local tem tantos ou mais investimentos fora do que no seu próprio país. E por outro lado a relação de dependência do capital estrangeiro e da tecnologia continua a se aprofundar neste período.

3. Não podemos colocar um sinal de igual entre Lula e o PT, de um lado, e Chávez e o bolivarianismo, do outro. Lula e o PT destruíram a consciência das massas, o que facilitou a volta da direita pura. Lula e Dilma foram a continuação do neoliberalismo sob a forma de social-liberalismo. Marcelo Odebrecht, ex-presidente e herdeiro da maior empresa burguesa do país, presente também em 40 outros países, está preso pela sua bilionária associação com os governos do PT. E o mesmo pode-se dizer da relação com o agronegócio e os banqueiros que fizeram a “América” no Brasil. Chávez defendeu um latino-americanismo antimperialista, Lula jogou a favor do subimperialismo brasileiro e os governos do PT foram um colchão para que o bolivarianismo não avançasse. Deve-se criticar Chávez por ter terminado cedendo ao petismo, mas isso não nega o papel reacionário do próprio petismo em relação à Venezuela.

4. **Um fator importante que dificulta ou freia os novos processos é a burocratização do Estado.** Tomando o exemplo da Venezuela, o poder popular, comunitário, foi essencialmente local. Um poder progressivo, mas que não se chocava com o aparato central dos gerentes do Estado que foi surgindo. E assim permitiu-se a proliferação de uma casta/classe – boliburguesia – que passou a administrar para seus próprios privilégios. O PSUV terminou sendo apêndice desta burocracia estatal. A isso, tem que se somar a morte de Chávez; como muito bem explicaram os companheiros de Marea Socialista e do CIM, se por um lado havia a crítica de sua “hiper-liderança”, por outro lado, o seu papel de eixo político do processo foi decisivo. Com sua morte, se perdeu o caudilho que não tinha substituto capaz de colocar limites à burocracia e confrontar com a reação.

5. A América Latina agora vive um novo ciclo. Acreditamos que nele vão se “continentalizar” mais todos os processos que ocorram e **também que estarão mais unidos ao que ocorre na América do Norte, incluindo os EUA**, como postulávamos há alguns meses¹⁵. Com a vitória de Trump, isso será ainda mais estreito, já que o muro que ele defende vai unir a população chicana dos dois lados do rio Bravo em vez de dividi-la¹⁶.

Os novos processos políticos, a relação do político com o social, a ideia de partido-movimento

1. **Nesse período iniciou-se um novo ciclo político com a derrocada da social-democracia, do stalinismo e de seus aparelhos.** Olhando a nível mundial, e também na América Latina, pareceria que isso se dá mais como processos políticos do que sociais e sindicais. “Podemos”, o novo trabalhismo de Corbyn, Die Linke, Sanders, FA no Peru, PSOL no Brasil, Partido

¹⁵ Ver “Notas sobre América Latina”, publicada em Movimento, n.2.

¹⁶ Idem.

Democrático dos Povos na Turquia, zapatistas no México (caso se lancem nas eleições)... São processos políticos resultado da crise e das mobilizações, junto com o peso que têm as eleições como forma de expressar o rechaço aos velhos regimes e partidos. Este processo não parou depois da capitulação do Syriza, apesar de que a ultra-esquerda diga que são todos neorreformistas e queira liquidá-los. É a forma mais rica de expressão da luta democrática radical e anticapitalista neste período e nós apostamos em seu desenvolvimento para transformá-los em partidos inseridos no sujeito social e com um programa transicional anticapitalista.

Seu anticapitalismo é **relativo**. Podemos dizer também que às vezes seu caráter **antirregime** parece ser relativo, daí que não podemos embelezar estes processos. O que divergimos abertamente é que sejam entendidos como processos **crystalizados**, como neorreformistas, substitutos ou aliados da social-democracia, e nada mais do que isso. Não o são: são antes de mais nada um momento confuso, duvidoso, pelo qual passa o estado de consciência das massas, mas que são representativos desse novo que ocorre no movimento de massas e sua vanguarda.

2. **Nossa tarefa é disputar o movimento de massas.** E, para isso, há que estar ali, dentro deles, para que se tornem processos democráticos que permitam a expressão de todos os que estão ali presentes e não só representados; para ser também, dentro deles, o setor que expressa a necessidade de avançar nas tarefas para disputar as massas dos velhos partidos orgânicos do neoliberalismo (PT, social-democracia, ex-stalinismo), o que, por sua vez, deve contar com um programa que responda às tarefas colocadas nesse momento pelos trabalhadores e o povo explorado. Esta disputa das massas está presente em todos os setores – no eleitoral, nas estruturas dos sindicatos, nos bairros, nas escolas, nas fábricas, como antes afirmávamos¹⁷.

¹⁷ Uma experiência popular para se destacar é a da juventude do MES com o Emancipa (cursinho pré-vestibular). Responde a uma necessidade de estudo para o vestibular que abriga os setores mais pobres. Esse projeto poderá se estender à alfabetização em áreas periféricas e nas favelas.

3. **Um problema fundamental é a democracia interna** em todos os processos novos, sejam políticos e sociais. Todo processo necessita de organização e de aparelho, e isto cria elementos de burocratização. A luta contra a burocratização chega a ser tão ou mais importante do que a questão da luta política que se desenvolve em seu interior. Aliás, há uma interação dialética, já que a democracia interna é a garantia de debate da política e a influência das necessidades objetivas dos setores mais avançados do movimento.

4. **Há uma relação que se pretende nova entre o político e o social.** Há uma **crise** nas velhas organizações sindicais, que se sustentam em aparatos, que vivem das arrecadações do estado e que, desta maneira, ajudaram a formar uma burocracia no interior dos mesmos. E isso ocorre de forma bastante generalizada, daí também o aumento das desfiliações e o desprestígio que essas organizações têm. No entanto, não é preto no branco. Há processos progressivos sobretudo a nível mais estrutural, nos comitês de fábricas, nas eleições sindicais e mesmo em correntes sindicais. O velho sindicalismo tem que ser substituído por práticas novas com base no classismo e na democracia interna. Como também é necessário que os sindicatos, as lutas das categorias e dos trabalhadores se cristalizem de outra maneira na população, deixando de ser lutas corporativas para se tornarem mais sociais, como estão demonstrando os jovens das escolas secundárias com a ocupação das escolas. Uma questão que ocorre pelo peso social dos sindicatos é o surgimento de muitas organizações de bairro, de mulheres, de negros e de cultura junto às populações pobres. A tarefa do partido é estar dentro de todos esses processos.

5. **O partido não só deve estar dentro como deve ser também o cimento ou a argamassa** que confere uma centralidade política aos sujeitos sociais; em certa medida deve confundir-se com seus membros, sendo, ao mesmo tempo, mais um a se somar dentro deles, e um fator de união entre eles. Daí que é

preciso estar presente também nos bairros e comunidades não só no período eleitoral, mas no trabalho do dia a dia, valorizando os militantes estruturados social e politicamente nos bairros. As eleições de 2016 do PSOL no Brasil (no Rio, Porto Alegre, São Paulo, Belém, etc.) deixam esta tarefa hierarquicamente colocada. Estender o partido, filiar nos bairros e, ao mesmo tempo, ser um fator dinamizador, de cimento das estruturas sociais.

O partido tem que **organizar a vanguarda** (isto é muito necessário), mas isso apenas não basta. Tem que alcançar e **organizar as massas**. Marcelo Freixo, logo após o resultado eleitoral fez uma autocrítica contundente sobre a **falta de inserção** de nosso partido na Zona Oeste do Rio de Janeiro, justamente a região mais popular, destacando que “não chegamos ali porque havia milícias e sim porque é nosso déficit”. Organizar essas zonas pobres de trabalhadores e trabalhadoras precarizados é uma tarefa indispensável para esse enraizamento¹⁸.

5. **Neste período, buscar atuação em unidade entre revolucionários e setores reformistas**, que não tem nada de novo na história do internacionalismo. É o que levou adiante Lênin quando defendeu a unidade do Partido Social-Democrata Russo. Isso não só é possível como também necessário neste período que atravessamos. Isso exige evidentemente o direito de ser nesse processo uma tendência leal à organização do partido e às políticas que se assumem pelo mesmo. Há um novo material, uma nova vanguarda ampla para desenvolver estes processos amplos, e os revolucionários devem lutar para ser os mais fortes dentro deles.

¹⁸ Recordamos que a social-democracia russa e, em particular os bolcheviques, tinham um grande número de colaterais do partido, associações, cooperativas etc.

Reagrupamentos revolucionários e internacionalismo

1. **O trotskismo é, pelo seu programa e tradição revolucionária, a corrente mais preparada para enfrentar este novo período.** Entretanto, é muito débil e tem uma forte herança propagandista e dogmática. Temos que nos nutrir da juventude (estudantil e trabalhadora), da luta feminista, da vanguarda do proletariado que está nos sindicatos. Ao mesmo tempo, há setores revolucionários que vêm do guevarismo, de formações independentes, etc. Uma tarefa que se coloca é a do reagrupamento dos revolucionários, já que não há em nenhum lado um único polo, há sempre vários. Unir os revolucionários a nível local e internacional é um desafio que temos. Esta tarefa é facilitada na medida em que podemos convergir com aqueles que têm em geral um programa como o nosso, e que ademais coincidem conosco no trabalho dentro dos novos processos.

2. **Por outro lado hoje em dia não há um polo único para a reorganização internacional.** Por isso, temos que desenvolver uma política mais ofensiva em relação aos novos processos que se sucedem, colocando o **agrupamento** ou a relação estreita com os mesmos. Por exemplo, é urgente tomar contato com os companheiros do México que apoiam a declaração que fez o EZLN; nos EUA, temos que fazer esforços para nos vincular com os setores dinâmicos que apoiaram Sanders; no Chile, depois do triunfo de Valparaíso, seguramente se colocam novas tarefas; seguir a experiência do Podemos na Espanha e em particular o que está ocorrendo em Andaluzia, onde se desenvolve a ideia de partido-movimento. São exemplos. O PSOL não é um grande polo ainda, mas tem sua responsabilidade a partir da falência do PT e do Foro de São Paulo.

3. **O papel da propaganda** – neste próximo ano deveremos fazê-la na forma de campanha com os setores mais afins ao redor

do centésimo aniversário da revolução russa, um acontecimento histórico. Esta é a melhor maneira de juntarmos passado ao presente e ao futuro.

4. **A organização da juventude e das mulheres.** Conforme temos repetido várias vezes nestas notas, a juventude e as mulheres são os setores fundamentais da mobilização e da reorganização do movimento social. Exemplos não faltam: agora no Brasil estamos no meio de uma enorme onda que ultrapassou o número de 1000 escolas e universidades ocupadas; a primavera feminista levou às câmaras municipais de vereadores representações femininas do partido como resultado das mobilizações pelo “Fora Cunha”. Este é um acontecimento global, como evidenciado pela greve das mulheres na Argentina e pela mobilização na Polônia frente a novas restrições ao aborto.

Como escreveu a companheira Giovanna Marcelino em texto publicado no último número da revista *Movimento*, “devemos unir as partes e o todo”, sabendo que o todo está ficando cada vez mais rico, num sentido menos determinado e menos previsível, sem perder de vista o fundamental – os trabalhadores e setores explorados – que são parte fundamental das mulheres, dos negros e raças ou etnias oprimidas em cada país.

O fundamental é a autonomia organizativa; autonomia que não quer dizer independência, mas sim, que em certo momento se unem, e isso ocorre especialmente quando há um sujeito político capaz de fazê-lo.

5. **Novas organizações e velhas enriquecidas.** Por outro lado, este novo ciclo que se inicia certamente trará muitas novidades no campo da organização das massas. E disso não vão escapar os sindicatos e, especialmente, as organizações de base do movimento dos trabalhadores. Como muitas vezes reiterou Lênin e Trotsky: temos que estar onde está a classe. Não se pode deixar um espaço aberto; as mudanças se dão especialmente nas

bases dos sindicatos, nos conselhos de empresas e no corpo de delegados. Ao mesmo tempo, devemos estar abertos às novas formas de organização; quando estiverem reunidas as condições para que estas surjam. A democracia nas organizações, sejam essas comunitárias, setoriais, sindicais, estudantis, onde o coletivo decide, está renovando velhas e criando novas formas de organização e mobilização.

Trump e a direita enfrentarão a resistência dos de baixo

Dan La Botz¹

Tradução por Fabiana Lontra

Donald Trump assume o cargo de presidente no dia 20 de janeiro, inaugurando assim o governo mais racista e à direita na história moderna dos Estados Unidos, mas não sem contestação. A luta contra Trump já começou. Dezenas de milhares foram às ruas em diversas cidades do país; várias prefeituras, além do estado da Califórnia, estão comprometendo-se a seguir oferecendo acolhimento aos imigrantes sem documentos. Milhares de pessoas rapidamente se juntaram a grupos progressistas de todos os tipos, que atualmente planejam um protesto de massas para o dia da posse presidencial. Uma marcha de mulheres já está marcada para o dia seguinte. Além disso, Trump encara uma forte oposição de políticos democratas, mas também republicanos devido às suas escolhas de equipe e suas críticas aos serviços de inteligência dos Estados Unidos.

Trump ocupará a Casa Branca enquanto o Partido Republicano controlará o Senado, a Câmara e muito em breve a Suprema Corte, além de possuir o governo de trinta estados e em muitos controlar também o Legislativo. Provavelmente nunca na história dos Estados Unidos um partido teve tanto controle político.

Imigrantes – especialmente muçulmanos –, negros e latino-americanos já sabem que serão alvos da nova administração, e grande parte da população teme que o país esteja entrando em um período perigoso que ameça os direitos democráticos. Políticos do Partido Democrata e até mesmo do Republicano também temem que o novo presidente prejudique a economia internacional, além de desestabilizar a situação política mundial e contribuir para a aceleração das mudanças climáticas e da destruição do meio ambiente.

¹ Dan La Botz leciona na City University of New York (CUNY). Ele é autor de dez livros sobre trabalho, movimentos sociais e política. Seu livro mais recente é *What Went Wrong? The Nicaraguan Revolution: A Marxist Analysis*. Ele mora no Brooklyn, Nova York, e é membro do *Solidarity* e do *Democratic Socialists of America*.

O que mudará com Trump?

A eleição de Trump ameaça virar do avesso tanto a política interna quanto externa dos Estados Unidos. No país, suas escolhas de gabinete sinalizam um governo mais racista e repressor, que pretende cortar gastos com previdência social e dar continuidade a políticas de privatização e desregulamentação dos serviços públicos. Ele, por exemplo, planeja congelar a contratação de servidores federais – política que afetará tanto as agências federais quanto os que são beneficiados por elas. Ele poderá privatizar parte dos programas de saúde Medicare e Medicaid, e certamente irá acelerar a privatização da educação. Não há dúvidas que Trump e os republicanos, tanto a nível federal quanto estadual, irão aprovar mais leis antitrabalhistas, enfraquecendo ainda mais o movimento sindical que representa apenas 10% de todos os trabalhadores e somente 7% no setor privado. O presidente eleito prometeu investir um trilhão de dólares em um programa de infraestrutura de dez anos para construir estradas e pontes de gestão privada, que proverá empregos para trabalhadores da construção civil e irá satisfazer sua base. Mas, no fundo, esse programa de investimento privado irá produzir relativamente poucos trabalhos.

Aos ricos, Trump promete cortes nos impostos. A tributação de empresas cairá de 35% para 15%, o imposto de renda de 39,6% para 33% e o imposto sobre ganhos de 23,8% para 20%. O valor desses cortes é estimado entre US\$4,3 trilhões e US\$6,2 trilhões. Os ricos terão 13,5% de corte nos seus impostos, enquanto o povo terá um aumento de 4,1%.

Na política exterior, Trump insinuou que pretende fragilizar a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e os pactos de defesa com a Coreia do Sul e o Japão. Ao mesmo tempo, expressou sua admiração ao ditador Vladimir Putin, sugerindo uma possível aliança com a Rússia contra o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS). Se colocar em prática essas políticas, ele poderá

destruir o sistema internacional político-militar hegemônico dos Estados Unidos, apoiado pelos países europeus e o Japão, desestabilizando assim relações internacionais no mundo todo.

Simultaneamente, Trump sugeriu a possibilidade de sair da Organização Mundial do Comércio (OMC), diz que não negociará com a Parceria Transpacífico (TPP) e renegociará o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Ele parece rejeitar o papel dos Estados Unidos na organização do livre mercado e, em vez disso, preferir acordos bilaterais, de modo que o livre comércio continuará, mas sob uma forma diferente.

Por fim, Trump não acredita que há uma mudança climática em curso e que os humanos são os responsáveis por isso. Ele clama por mais mineração de carvão e perfuração de petróleo, ao mesmo tempo em que pretende reduzir o poder da Agência de Proteção Ambiental. O novo presidente pode abandonar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que reúne esforços para reduzir o aquecimento global, e o Protocolo de Kyoto, jamais assinado pelos Estados Unidos. Podemos esperar uma deterioração muito mais rápida do meio-ambiente global com Donald Trump.

Alguns dizem que Trump tem uma política internacional “isolacionista”, como a adotada pelos republicanos nos anos 1920 e 1930. Mas, ainda assim, os Estados Unidos permanecem como a maior potência militar do mundo, e Trump já solicitou mais orçamento militar para modernizar as Forças Armadas do país. De qualquer forma, sua presidência ameaça abalar todas as relações internacionais, deixando o futuro bem mais sombrio.

Trump é fascista?

Ainda que Donald Trump tenha políticas de extrema-direita, ainda que tenha apoiadores nacionalistas brancos e fascistas, ele não é, até agora, fascista. Por quê? Em primeiro lugar, embora Trump tenha confrontado os partidários republicanos, não passou

por cima do Partido Republicano nem de suas instituições; ou seja, ele não é uma figura bonapartista descolada do sistema político atual. Em segundo lugar, ele não está em um partido fascista. Demagogo populista, ele se provou capaz de mobilizar eleitores brancos que queriam melhorar sua situação econômica e que se sentiam ameaçados por imigrantes que competiam por empregos e colocavam em risco seus status. Entretanto, ele não fez desse movimento incipiente um partido político. Suas escolhas de gabinete sugerem uma tentativa ao menos parcial de reconciliação com os republicanos e o *establishment*, ao invés de conflito. Ele poderia usar seu gabinete e poder político para criar um partido fascista? Sim, é uma possibilidade plausível, embora que, para isso, ele encontraria resistência tanto do Partido Democrata quando Republicano, além de uma grande parcela da população. Tal movimento não parece estar em seus planos, ao menos não agora.

Um programa nacionalista branco

Trump, que concorreu à presidência apoiado em uma plataforma econômica nacionalista e um programa social racista, listou seus objetivos para os primeiros cem dias. Ele prometeu as seguintes medidas:

- A deportação imediata de dois a três milhões de imigrantes sem documentos com registros criminais e a construção de um muro entre Estados Unidos e México;
- Suspensão da imigração de regiões onde grupos terroristas estão localizados, ou seja, toda a imigração de muçulmanos e do Oriente Médio;
- Intensificação do policiamento no país e construção de mais prisões de iniciativa privada para combater o crime – medidas que afetarão principalmente as comunidades afro-americanas e latinas, que já são desproporcionalmente detidas, condenadas e

encarceradas;

- A seleção de ao menos um novo conservador na Suprema Corte americana, onde atualmente há uma vaga, criando uma maioria conservadora, podendo assim acabar com o direito federal ao aborto.

Trump colocará imediatamente em prática seu programa econômico nacionalista. Ele defende que estes métodos irão reconstruir a indústria americana e criar mais empregos:

- Fim das restrições ambientais para companhias de carvão, gás e petróleo e o fim de outros programas de controle climático, além de permitir a construção do oleoduto Keystone XL;
- Retirada dos Estados Unidos da Parceria Transpacífico, renegociação do NAFTA e classificação da China – que é o segundo maior parceiro comercial dos Estados Unidos e detém mais de um trilhão de dólares da dívida norte-americana – como manipuladora de moeda;
- Um programa de dez anos que movimentará um trilhão de dólares para a construção de infraestrutura, como estradas e pontes, que será destinada à iniciativa privada;
- Abolição da Lei de Proteção e Cuidado ao Paciente criada por Obama² e sua substituição por um novo e plano mais competitivo.

Finalmente, há a política internacional de Trump:

- Trump disse que concentrará a luta contra o Estado Islâmico no Iraque e na Síria, mas também ao redor do mundo e dentro do país;
- Tem se mostrado crítico à posição dos países europeus na OTAN e diz que pretende aprofundar as relações com Vladimir Putin, decisão que pode destruir a política internacional dos Estados Unidos no continente;
- Trump também reivindica a renovação e fortalecimento do Exército dos Estados Unidos.

2 A Lei de Proteção e Cuidado ao Paciente, popularmente conhecida como “Obamacare”, foi sancionada em 2010, com o objetivo de tornar os planos de saúde privados mais acessíveis à maioria da população, regulamentando-os a nível federal [Nota da tradutora].

Equipe e gabinete dos infernos

A vitória de Trump traz um grupo de políticos de extrema-direita à Casa Branca e deixa verdadeiros fascistas a poucos passos de distância. Ainda que tenha prometido “drenar o pântano”, muitos dos seus escolhidos são velhos bilionários de Wall Street, políticos republicanos e militares de alto posto. Juntos, eles personificam a ideologia mais ultraconservadora vista na Casa Branca desde 1920. A demagogia de Trump e algumas declarações racistas e antimuçulmanas provindas de membros do seu gabinete sugerem um governo de extrema-direita – mais ainda que Reagan ou George W. Bush – algo totalmente novo nos Estados Unidos dos dias de hoje.

Trump escolheu Rex Tillerson para Secretário de Estado, o mais alto cargo no seu gabinete. Tillerson é presidente e diretor executivo da Exxon Mobil, a maior empresa de petróleo do mundo. Ele tem fortes relações com o presidente russo Vladimir Putin, que lhe concedeu a condecoração da Ordem da Amizade, aparentemente devido aos seus acordos multibilionários.

Para o segundo maior cargo, Secretário do Tesouro, Trump escolheu um antigo executivo da Goldman Sachs, Steven Mnuchin. Depois de sair da Sachs, Mnuchin trabalhou para o bilionário George Soros e depois se envolveu no financiamento de filmes hollywoodianos. Ele estava profundamente envolvido no setor bancário e em hipotecas de alto risco no momento de colapso do mercado imobiliário que desencadeou a Grande Recessão de 2008 de proporções mundiais.

Há ainda mais duas figuras vindas da Goldman Sachs no novo governo: Gary Cohn, que irá liderar o conselho econômico e Steven Bannon, que será assessor. Trump selecionou para Secretário do Comércio o abutre bilionário Wilbur Ross. Ele é conhecido como “Rei das Falências”, por comprar, reduzir e então vender empresas falidas.

Para diversos órgãos governamentais que protegem a

sociedade e fornecem serviços sociais, Trump escolheu secretários que não acreditam na missão de suas respectivas entidades. A Secretária da Educação, Betsy DeVos, é contra a educação pública. Andrew Puzder, Secretário do Trabalho, é um empresário contrário a leis trabalhistas e ao aumento do salário mínimo. Tom Price, que irá dirigir o Departamento de Serviços de Saúde, pretende privatizar os programas de saúde governamentais. Scott Pruitt, escolhido para a Agência de Proteção Ambiental, trabalha com empresas de petróleo e gás. Rick Perry, indicado para o Departamento de Energia, defendeu seu fechamento durante sua campanha presidencial. Ele também é um grande fã dos combustíveis fósseis.

A escolha de Stephen Bannon, líder do movimento *alt-right* (direita alternativa), para ser o principal estrategista de Trump, coloca esse nacionalista branco, conhecido por sua islamofobia, antissemitismo e antifeminismo, dentro do Salão Oval, e os fascistas na beira da entrada.

O tenente-general Mike Flynn, ex-diretor da Agência de Inteligência da Defesa (DIA), homem que chama o Islã de “ideologia política” e “câncer maligno”, se tornará Conselheiro de Segurança Nacional de Trump, posição que não necessita do aval do Congresso. Flynn fez diversas declarações totalmente falsas, como a absurda afirmação de que a sharia (lei islâmica) está sendo disseminada nos Estados Unidos. Ele convenceu Trump que o país está em “guerra mundial” contra o Islã e deve encontrar potenciais aliados como o ditador russo Vladimir Putin.

A escolha de ministros precisa ser aceita pelo Senado, onde os republicanos são a maioria. Ainda que vários preferidos de Trump tenham um histórico preocupante, todos serão muito provavelmente confirmados. Ele ofereceu o cargo de Procurador-Geral – o maior posto do sistema judiciário – ao senador Jeff Sessions, um notório racista do Alabama. Em 1986, o presidente Ronald Reagan indicou Sessions para um juizado federal, mas os parlamentares republicanos o vetaram devido suas posições

racistas.

Mike Pompeo, um antigo comandante do Exército e parlamentar do Kansas, foi escolhido para liderar a CIA. Pompeo defende a coleta geral dos telefonemas dos americanos e opôs-se ao fechamento das prisões secretas (black-site) encerradas por Obama, onde detidos pelos Estados Unidos desapareciam. John Kelly, general aposentado dos Fuzileiros Navais, irá chefiar o Departamento de Segurança Interna. Mas algumas das escolhas de Trump não compartilham de suas opiniões nacionalistas. Ele escolheu James Mattis, general aposentado da Marinha e líder da invasão ao Iraque em 2003, para ser Secretário de Defesa. Embora seja conhecido como um defensor de uma forte postura militar dos Estados Unidos, Mattis, ao contrário de Trump, acredita na importância de alianças internacionais na política externa.

Até mesmo republicanos conservadores têm se mostrado preocupados com as escolhas de Trump. John Weaver, consultor de John McCain, senador do Arizona, e John Kasich, governador de Ohio, ambos líderes conservadores, declarou à imprensa: “A extrema-direita racista e fascista está a poucos passos de distância do Salão Oval. Fique muita atenta, América”.

Trump não se esqueceu das figuras do Partido Republicano. Ele escolheu Elaine Chao, que já esteve no gabinete de George Bush, para ser a próxima Secretária de Transporte. Ela é esposa de Mitch McConnell, líder do Partido.

Mas nem todos os escolhidos de Trump têm o mesmo perfil. Ele escolheu Nikki Haley, filha de imigrantes indianos e governadora republicana da Carolina do Sul, para ser Embaixadora das Nações Unidas. Durante a campanha, ela criticou Trump por sua incapacidade de reprovar grupos que o apoiavam, como a Ku Klux Klan.

Por que Trump?

De onde Donald Trump surgiu? Como o magnata do mercado imobiliário de Nova York e personalidade da televisão conseguiu ser o escolhido pelo Partido Republicano e vencer as eleições?

Os Estados Unidos sempre tiveram tanto conservadores populistas quanto grupos racistas, como a Ku Klux Klan, que teve grande poder nos anos 1920. O senador do Arizona Barry Goldwater iniciou, durante a sua campanha para a Presidência em 1964, um novo movimento de extrema-direita conservadora. Embora tenha perdido as eleições para o democrata Lyndon Johnson, o movimento criado por Goldwater possibilitou a vitória de Ronald Reagan em 1980.

Desde os anos 1960-70 há um crescimento no movimento conservador dos Estados Unidos. Começou com a reação conservadora ao movimento de direitos civis e da população negra e à assustadora violência das rebeliões urbanas dos anos 1970. Ainda que o movimento tenha começado no Partido Democrata com a campanha racista, mas a favor da classe trabalhadora branca de George Wallace, em 1968, ele cresceu em 1972, quando Richard Nixon desenvolveu a *Southern Strategy* (estratégia sulista) para angariar eleitores brancos do Sul que eram contra os direitos civis.

Durante os anos 1980-90 a Igreja Evangélica tornou-se a maior força no Partido Republicano, e comentaristas de rádio de direita e programas de televisão também encorajavam o movimento conservador. Quando Barack Obama foi eleito o primeiro presidente negro do país em 2004, racistas brancos intensificaram seu movimento atacando Obama, acusando-o de ter nascido fora dos Estados Unidos – portanto não sendo um cidadão americano –, de ser muçulmano e socialista. Quando Obama impulsionou seu programa de seguro de saúde, o *Obamacare*, a direita atacou o plano considerando-o socialista e lançou o movimento *Tea Party*.

O *Tea Party* tornou-se um movimento político que liderou uma

verdadeira rebelião dentro do Partido Republicano e conseguiu eleger dezenas de deputados e senadores, além de deputados estaduais. Esse movimento atraiu a *alt-right*, constituída por nacionalistas brancos e rodeada por grupos racistas como a Ku Klux Klan e os nazistas americanos. Ainda que esses grupos de extrema-direita não exerçam grande influência no sistema político, eles estão crescendo. Donald Trump é produto dessa história, a culminação de 45 anos de movimentos conservadores nos Estados Unidos.

A crise econômica de 2008, que deixou 10% da população desempregada, levou a insegurança econômica à classe média e trabalhadora branca. Ao mesmo tempo, negros, latinos, imigrantes e mulheres, que competiam por empregos, ameaçavam o status social dos brancos. Essas foram condições que alicerçaram a vitória de Donald Trump.

Como Trump venceu?

Enquanto os americanos orgulham-se da cultura política de “uma pessoa, um voto”, na realidade, em se tratando das eleições presidenciais, não funciona bem assim. A Constituição dos Estados Unidos faz do Colégio Eleitoral o corpo que efetivamente vota para presidente. O Colégio é composto de 538 indivíduos, equivalente ao número total de senadores e deputados mais três pessoas de Washington. Esses delegados refletem os vencedores em cada estado baseado em um sistema de “o vencedor leva tudo”, de forma que, a nível federal, é possível que um candidato vença no voto popular, mas perca no Colégio Eleitoral.

Logo, embora a democrata Hillary Clinton tenha vencido no voto popular com 47,8% contra os 47,3% de Trump – totalizando 2,2 milhões de votos de diferença –, ele venceu no Colégio Eleitoral, obtendo 290 votos contra 232, tornando-se assim o novo presidente. O que aconteceu nesse caso já havia se repetido no passado com outros candidatos. Andrew Jackson em 1824,

Samuel Tilden em 1876, Grover Cleveland em 1888 e Al Gore em 2000 venceram no voto popular, mas perderam no Colégio Eleitoral. Além de Trump e Clinton, havia mais dois candidatos minoritários. Gary Johnson do Partido Libertário obteve 3,3% do voto popular nacional, enquanto Jill Stein do Partido Verde obteve apenas 1%; nenhum deles conquistou delegados do Colégio.

Os delegados votam apenas no dia 19 de dezembro e têm o direito de votar como acharem conveniente, embora seja praticamente impossível que eles não o façam conforme o indicado pelos estados. Stein já pediu por recontagem em Wisconsin, Pensilvânia e Michigan, e a campanha de Clinton declarou que vai se juntar ao pedido, ainda que seja improvável que a recontagem possa converter os votos e impedir a vitória de Trump.

Outros fatores também influenciaram nessa vitória. Em vários estados republicanos houve alterações de leis a respeito do registro e identificação dos votantes, além da redução do número de locais de votação. Essas novas regras tinham a intenção de excluir principalmente os votos dos afro-americanos, mas também dos latinos e brancos que votam nos democratas. Isso afetou centenas de milhares de potenciais eleitores.

A abstenção entre possíveis eleitores foi grande. Estimativas apontam que 231,5 milhões de americanos poderiam votar na eleição presidencial de 2016, mas apenas 134,5 milhões efetivamente votaram. Assim, a participação eleitoral foi de 58,1% da população eleitora, ou seja, 41,9% dos eleitores não votaram. Milhões de pessoas que votaram nas últimas duas eleições não votaram nessa, e muitos dos que não votaram têm renda e educação menores do que aqueles que votaram.

Trump venceu a eleição presidencial no dia oito de novembro mobilizando dezenas de milhares de brancos de classe alta, média e baixa que estavam indignados e revoltados com o establishment de Washington e Nova York.

E a classe trabalhadora?

Para nós da esquerda, a ironia é que a classe trabalhadora teve um papel principal na vitória de Trump. Os eleitores brancos ricos e de classe média foram a base do movimento Tea Party e de Trump, mas a chave para a vitória foi o voto da classe trabalhadora branca nos estados do Cinturão da Ferrugem (Pensilvânia, Virgínia Ocidental, Ohio, Indiana e Michigan), onde a maioria de homens e mulheres votou nele. Ele também conquistou votos em cidades pequenas e áreas rurais por todo o país. O apoio à Trump foi forte entre os que não possuem curso superior. Quase 60% dos americanos têm ensino superior incompleto e 30% têm diploma; atualmente, empregos para aqueles que não frequentaram nenhuma faculdade têm diminuído.

Muitos trabalhadores ficaram furiosos com os sindicatos que, sem nenhum processo democrático, endossaram Hillary Clinton, ainda que as bases apoiassem Bernie Sanders. A classe trabalhadora branca, rejeitada pelo Partido Democrático ao longo dos últimos quarenta anos, foi gradativamente em direção ao campo republicano, e nesse ano muitos migraram em massa. Trump encorajou esses trabalhadores brancos ao discursar sobre a necessidade de reconstruir a indústria, criar empregos e protegê-los dos trabalhadores sem documentos, defendendo o país da competição estrangeira. Trump, enquanto prometia defender o país do terrorismo, também argumentava contra o envolvimento dos Estados Unidos em guerras no exterior e defendia uma mudança no regime.

Para a surpresa de muitos, Trump também obteve um grande número de votos provindos das minorias raciais. Ele atingiu 58% de eleitores brancos, mas também 29% de hispânicos e 29% de asiáticos. Clinton fracassou na mobilização da comunidade afro-americana como Obama havia feito em 2012, quando obteve 93% de votos dos negros. Esse ano Clinton conquistou apenas 88% dos votos negros, enquanto Trump teve 8%, Gary Johnson 2% e

outros candidatos 2%. Clinton recebeu a maioria dos votos entre as mulheres (54%), mas perdeu entre as mulheres brancas, onde 53% votaram em Trump e apenas 43% nela.

Obama oferece a coroa de louros, mas os protestos explodem nas ruas

O presidente Barack Obama, para a decepção de muitos, pediu aos americanos que dessem uma chance a Trump. Mas dezenas de milhares de americanos em cidades por todo o país recusaram-se aos brados de “Não é meu presidente!”. Apoiadores de Hillary Clinton e Bernie Sanders, independentes, estudantes secundaristas e universitários, imigrantes e negros juntaram-se aos protestos. Em diversos atos manifestantes traziam cartazes contra o racismo, a islamofobia e a misoginia. Mulheres e LGBTs foram linha de frente em várias manifestações.

Nos Estados Unidos, os democratas geralmente governam cidades com diversidade étnica enquanto republicanos governam os subúrbios brancos e as áreas rurais. Os prefeitos das maiores cidades do país se uniram em resistência à Trump; eles asseguram que suas cidades permanecerão sendo refúgio para imigrantes e se recusam a cooperar com a Polícia de Imigração e Alfândega.

Bill de Blasio, prefeito de Nova York, afirmou que a cidade continuará defendendo imigrantes sem documentos. “Não iremos sacrificar meio milhão de pessoas que vivem conosco, que são parte da nossa comunidade”, disse de Blasio. “Nós não vamos destruir famílias”.

Além de Nova York e Chicago, as cidades de Boston, Denver, Los Angeles, Oakland, Providence, São Francisco, Santa Fé, Seattle e Washington comprometeram-se a manter suas políticas de abrigo aos imigrantes. Estudantes e professores também estão pressionando universidades a adotar essas políticas. Durante a campanha, Trump alertou que, caso fosse presidente, “cidades que se recusarem a cooperar com autoridades federais não irão

receber dinheiro dos contribuintes”, prometendo uma batalha política.

Diversos dos principais líderes do Partido Democrata prometeram resistência à Trump, entre eles Harry Reid, líder-sênior do partido no Senado, a senadora liberal Elizabeth Warren, e, é claro, Bernie Sanders, que se candidatou para as prévias do Partido Democrático como um “socialista democrata”, defendendo uma “revolução política”.

Warren declarou à imprensa: “Você pode se deitar, choramingar, ficar em posição fetal, pode até decidir se mudar para o Canadá, ou pode ficar de pé e lutar contra, e é disso que se trata”.

Os democratas irão efetivamente liderar uma luta militante contra Trump? Afinal, eles não têm um histórico forte de resistência aos republicanos, tendo sido arrastados à direita junto deles nos últimos quarenta anos. Os democratas chegaram a compartilhar a mesma ideologia neoliberal e compromisso com a austeridade. O presidente Bill Clinton e sua esposa Hilary foram responsáveis por algumas das piores legislações em previdência social e em crime e justiça, políticas que afetaram mais gravemente as comunidades negras e latinas. Ainda assim, a promessa dos prefeitos democratas de continuar os programas de “cidade santuário” e não cooperar com a Polícia de Imigração e Alfândega é animadora.

Bernie Sanders e parceiros

Bernie Sanders comprometeu-se a lutar contra Trump, principalmente na construção de um aparato político que pode eleger mais democratas progressistas para o Congresso. Sanders e sua equipe criaram a *Our Revolution* (Nossa Revolução), uma organização que fornece uma educação progressista aos eleitores. Outra iniciativa é o *Brand New Congress* (Congresso Novo em Folha), que planeja uma lista de 400 candidatos progressistas para uma campanha congressual articulada em 2018. Há ainda

o MoveOn.org, formado em resposta ao impeachment de Bill Clinton em 1998 e que também defende causas progressistas.

A questão é se essas organizações irão de fato apoiar causas e candidatos que podem realmente mudar o Partido Democrata, ou se irão apenas absorver os apoiadores de Bernie e seguir a atividade política cotidiana para os candidatos que não são substancialmente diferentes dos democratas regulares. Enquanto a ampla esquerda tende a buscar uma reforma no Partido Democrata, particularmente através de eleições a nível municipal e estadual, a pequena extrema-esquerda alerta que o partido não pode ser reformado ou tomado por vertentes mais radicais. A alta cúpula dos democratas é controlada por políticos, arrecadadores de fundos e doadores profissionais, por publicitários e advogados, e toda a sua operação está atrelada a bancos e corporações.

Movimentos sociais e a esquerda

E os movimentos sociais e a esquerda? Onde eles estão agora que a eleição acabou?

Na última década, os Estados Unidos viram diferentes movimentos de massa de dezenas de milhares, em alguns casos milhões de pessoas. Talvez o maior tenha sido o dos imigrantes em 2006, que levou mais de um milhão de pessoas às ruas de Los Angeles e Chicago e centenas de milhares em outras cidades para apoiar as reformas de imigração propostas pelo presidente republicano George W. Bush, que garantiriam direito à moradia e um caminho para a cidadania para cerca de doze milhões de imigrantes sem documentos. Entretanto, o Congresso barrou as reformas e o movimento saiu derrotado.

O *Occupy Wall Street* (Ocupe Wall Street), movimento radical e populista contra a desigualdade econômica e a importância do dinheiro na política, criado em setembro de 2011, espalhou-se como fogo pelos Estados Unidos. Dezenas a centenas de milhares de pessoas ocuparam espaços públicos, promoveram reuniões,

debates e protestos e alimentaram a ideia de um mundo mais igualitário e democrático. Os prefeitos do Partido Democrático de diversas cidades do país reprimiram o movimento violentamente, com gás de pimenta, espancamentos, prisões e em alguns casos até com acusações de terrorismo. Pode-se pensar com razão que uma abordagem tão sistemática e uniforme tenha sido coordenada pela Casa Branca e o FBI ou outra agência policial.

Embora esse movimento também tenha sido derrotado, deu forças ao *Fight for \$15* (Lute pelos quinze dólares), um movimento de sindicatos e trabalhadores para aumentar o salário mínimo estabelecido por empresas privadas, estados e cidades para quinze dólares a hora. Ele obteve sucesso em diversos lugares, mas, tendo sido organizado por sindicatos e ONGs, não se tornou um movimento de massas genuíno. Houve algumas greves, porém não muitas.

O *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), surgido em 2013 para lutar contra o racismo e a violência policial, tornou-se um movimento de massas com dezenas e até mesmo centenas de milhares em 2014. Ele organizou gigantes protestos em cidades grandes e pequenas e em universidades em todo o país. Ainda que o BLM tenha trazido à tona vários casos de abuso policial, obteve pouco sucesso nos julgamentos dos policiais que abusaram ou mataram negros. O BLM, que é um movimento e não uma organização, tem diversos membros engajados em diferentes atividades, mas, no momento, não é visível nas ruas como um movimento de massas.

A *People's Climate March* (Marcha do Povo pelo Clima) levou cerca de 300 mil manifestantes de todo o país a Nova York em 2014 e incluiu sindicatos e grupos comunitários. Muitos grupos de ambientalistas estão ativos no país, sendo o Standing Rock Sioux, uma organização indígena da Dakota do Norte, o mais importante atualmente.

Sem sombra de dúvidas o movimento social mais vitorioso da última década foi o LGBT, que conseguir derrubar a política

do “*don't ask, don't tell*”³ no Exército e conquistou o direito ao casamento igualitário. A vitória nesses direitos democráticos reflete uma enorme mudança na cultura dos Estados Unidos, onde a comunidade LGBT encontra maior tolerância.

O movimento trabalhista esteve em silêncio por décadas, com o encolhimento dos seus membros, seu poder econômico reduzido e sua influência política em declínio. As greves são poucas e espaçadas, mas houve algumas muito significativas nos últimos anos. O sindicato dos professores de Chicago manteve uma semana de greve em setembro de 2012, obtendo algumas vitórias e tornando-se um modelo para outros sindicatos de professores no país. Mais recentemente quarenta mil membros dos Trabalhadores da Comunicação da América (CWA) lançaram uma vitoriosa greve contra a operadora Verizon na primavera de 2016 para defender empregos, salários e condições trabalhistas. Essas greves, no entanto, são a exceção. A classe trabalhadora americana não se engaja em campanhas significantes ou greves há mais de quarenta anos.

Ainda assim, apesar desses diversos movimentos sociais relevantes, não há nenhum tipo de levante social de massas como foi visto nos Estados Unidos no período entre 1954 e 1975, onde ocorriam protestos políticos massivos quase continuamente em enormes proporções. Cada um desses movimentos surgiu e desapareceu, deixando para trás grupos de ativistas dedicados, mas falhando em criar um movimento social mais amplo e contínuo. Dada a situação política e econômica, aliadas à tomada de poder de Trump e os republicanos, podemos esperar um maior conflito social e mais movimentos de massa.

Na esteira da eleição de Trump a pequena esquerda americana também tem crescido. Existem nos Estados Unidos talvez vinte mil socialistas organizados em meia dúzia de grandes grupos e várias pequenas organizações. A maior organização de esquerda

³ “Don't ask, don't tell” (não pergunte, não diga) é o termo mais frequente para a política de restrição a homossexuais e bissexuais no Exército estadunidense [Nota da tradutora].

nos Estados Unidos é a *Democratic Socialists of America* (Socialistas Democráticos da América), que contava com cerca de sete mil membros até as eleições de novembro. Apesar de ter nascido como um grupo social-democrático, a DAS tem se tornado nos últimos anos uma organização democrática-socialista mais radical. Muito ativa na campanha de Sanders, ela ganhou aproximadamente três mil membros desde a vitória de Trump. Será um desafio conseguir integrar tantos novos membros.

A *Socialist Alternative* (Alternativa Socialista), grupo trotskista, é conhecida pelo sucesso de Kshama Sawant, que se elegeu duas vezes vereadora de Seattle. A SA também cresceu através do seu papel na campanha de Sanders, ganhando algumas centenas de membros. A *International Socialist Organization* (Organização Socialista Internacional), grupo de tradição trotskista e um dos mais ativos da extrema-esquerda, tem cerca de mil membros. Grupos comunistas, maoístas e outros trotskistas também existem e contam com cem a mil membros. Dividida por várias histórias e tradições, e frequentemente por práticas sectárias, a esquerda tem sido incapaz de ter uma participação maior nos movimentos sociais ou dando a eles uma direção política. O *Solidarity* (Solidariedade), grupo com cerca de trezentos membros, também de tradição trotskista, tem tentado desenvolver uma perspectiva de independência política para a esquerda através do seu *Left Elect* (Eleja a Esquerda), projeto que reúne ativistas de vários partidos grandes e pequenos. Mas será preciso esperar para ver se a esquerda conseguirá ser protagonista na organização da resistência contra Trump.

Todas as organizações de esquerda concordam na necessidade da resistência, mas não sabemos se a esquerda conseguirá ser liderança nessa resistência contra Trump. O ponto mais importante agora é a construção de uma força política independente, idealmente um partido político independente provindo dos movimentos de resistência que têm surgido. De qualquer forma, por enquanto, resistimos.

As eleições de 2016 no Peru e os desafios da esquerda peruana Evelin Minowa¹

Entre junho e julho de 2016 se encerrou mais uma transição de governo nacional no Peru. Depois de uma eleição com resultados bastante apertados e surpreendentes do início da campanha até o final da apuração do 2º turno, o candidato Pedro Pablo Kuczynski (PPK), do partido *Peruanos por El Cambio*, assumiu a presidência até o ano de 2021. O processo eleitoral foi recheado de acontecimentos marcantes. Os mandatos presidenciais no Peru são de cinco anos sem reeleição, o que tem um efeito interessante sobre a dinâmica política e partidária do país.

Para entender o cenário eleitoral, é útil retomar o contexto da política peruana em 2016. Neste ano terminou o mandato do presidente Ollanta Humala, do Partido Nacionalista Peruano (PNP). Humala e sua esposa, Nadine Heredia, foram os principais fundadores e organizadores do PNP, que surgiu para as eleições nacionais em 2006, no bojo de uma reorganização da esquerda peruana, e acabou sendo um desaguadouro de diversas correntes e militantes que não faziam parte da chamada “velha esquerda” (ou seja, não compunham as diferentes vertentes do partido comunista peruano nem o partido socialista) e que se encontravam desarticulados desde a tragédia da ditadura Fujimori. O “movimento nacionalista” ou simplesmente “nacionalismo” se tornou em pouco tempo uma significativa força política, tendo elegido as maiores bancadas de congressistas tanto em 2006 quanto em 2011, por meio de alianças eleitorais com outros partidos de esquerda.

¹ Dirigente do MES-SP, militou no Peru ao longo de 2016 apoiando a construção do MPGT, nossa corrente-irmã naquele país, e da Frente Ampla.

O período Fujimori

Importante mencionar o período marcado por Alberto Fujimori. Eleito presidente em 1990, por um partido fraco e com pouca representatividade no congresso, instaurou uma ditadura no Peru a partir do que foi chamado de “autogolpe”. Há indícios de que desde que tomou posse, Fujimori, junto ao seu principal cabeça de governo – Vladimir Montesinos – já planejava o golpe realizado em 1992: através de um anúncio televisivo Fujimori dissolveu o congresso, com a justificativa de que este estava bloqueando suas propostas; desautorizou todo o Poder Judiciário; ordenou às Forças Armadas que prendessem parlamentares e interviessem nos meios de comunicação, impedindo-os de modificar sua programação regular para noticiar as medidas do golpe em tempo real. Os oficiais que se insubordinavam de alguma forma eram afastados e o Serviço de Inteligência do Exército vigiava a todos. Em 1993 elaborou uma nova constituição (vigente até hoje) apelidada pelos movimentos sociais e de esquerda de “fujimontesinista”, que concede, por exemplo, autorização formal para o presidente em exercício dissolver o congresso caso este, por duas vezes consecutivas, vete medidas propostas pelo Executivo.

Vladimir Montesinos foi o principal dirigente colocado no Serviço de Inteligência a serviço da ditadura. Dirigiu a formação e atuação de um destacamento dentro do próprio Exército, chamado Colina, que nada mais foi do que um grupo de extermínio dos inimigos políticos do regime. Dentre vários, destacam-se dois massacres que são atribuídos a esse grupo: os assassinatos de quinze moradores de uma zona chamada Barrios Altos, e os assassinatos de um professor e nove estudantes da Universidade La Cantuta, conhecida por formar quadros da esquerda. A justificativa para toda a violência residia na política de combate ao terrorismo, isto é, aos grupos de guerrilha que se formaram no Peru desde a década de 60. O mais forte e duradouro deles foi o Sendero Luminoso, que chegou a dominar o centro e o sul do

Peru, com forte presença na periferia de Lima. Outro movimento adepto da tática de guerrilha perseguido pelo governo Fujimori foi o Movimento Revolucionário Tupac Amaru, que ficou conhecido pela ocupação da embaixada japonesa no Peru em 1996. Esse episódio acabou com a morte dos catorze integrantes do grupo presentes na ação pela polícia de Fujimori.

A tática adotada por esses grupos gerou consequências nefastas para a organização sindical e popular no Peru, sentidas até hoje. A palavra “esquerda” ainda é bastante associada ao terrorismo pelos peruanos, e resquícios significativos de sectarismo são presentes principalmente no movimento estudantil das universidades nacionais mais tradicionais.

Nesse cenário, o fato da ditadura Fujimori ter inviabilizado a existência desses movimentos com o assassinato ou a captura de seus líderes – o professor Abimael Guzman, cabeça do Sendero Luminoso, encontra-se preso e condenado à prisão perpétua desde 1992 – em que pese que esse desmonte tenha acontecido por meio de perseguição, sequestros, torturas e assassinatos, gerou a narrativa que até hoje tem bastante eco, principalmente nos setores mais populares, de que Fujimori “acabou com o terrorismo” no Peru. Porém, dezenas de milhares de mortes foram registradas como decorrência dessa “guerra ao terror”, a maioria de civis camponeses e indígenas². Há também opiniões contrárias a essa versão, que dizem que a ditadura Fujimori atribui a si a derrota dos movimentos de guerrilha quando, na verdade, isso só realmente se deu no momento em que as Forças Armadas peruanas se uniram à resistência organizada autonomamente por comunidades camponesas que se rebelavam contra as políticas de Sendero, chamadas de Comitês de Defesa Civil Antisubversivos³.

Uma medida bastante particular e de extrema violência de gênero da ditadura Fujimori foi a esterilização forçada de mais

2 <https://anistia.org.br/noticias/comissao-da-verdade-e-da-reconciliacao-dez-anos-depois-ainda-nao-ha-justica-verdade-nem-reparacao-peru/>

3 <http://larepublica.pe/imprensa/politica/753399-heroes-anonimos-que-realmente-derrotaron-sendero-luminoso>

de 300 mil mulheres, por meio de um suposto programa de planejamento familiar, segundo investigação realizada por uma comissão do congresso peruano. A maioria era camponesa pobre do interior do Peru. O Comitê Latino-Americano e Caribenho dos Direitos da Mulher e a Anistia Internacional apontam que apenas cerca de 10% das mulheres que passaram pelo procedimento consentiram voluntariamente⁴.

A ditadura Fujimori foi um período marcado por uma combinação de atrocidades, privatizações e esquemas absurdos de corrupção. Estimativas apontam que ele desviou 600 milhões de dólares durante os dez anos que esteve no poder. A ditadura começou a ruir quando vazaram vídeos escandalosos mostrando seu assessor Montesinos subornando parlamentares e empresários, evidentemente com dinheiro do Estado. Fujimori aproveitou-se de um evento em Brunei, sudeste asiático, ao qual deveria ir como presidente, e assim de lá fugir para o Japão – por sua cidadania japonesa, conseguiu se refugiar e enviou sua carta de renúncia à Presidência via FAX. Em 2005 viajou ao Chile, onde acabou sendo preso e extraditado para o Peru em 2007. Em 2009 finalmente se deu seu julgamento, em que foi culpado de violações aos direitos humanos e condenado por crimes de lesa-humanidade. Está condenado a 25 anos de prisão, porém, há toda uma discussão que permanece sobre a possibilidade de um indulto a ele. Sua condenação foi um marco na história da América Latina por ter sido o 1º líder eleito democraticamente que foi condenado por crimes contra os direitos humanos.

Depois da fuga e renúncia de Fujimori foram convocadas novas eleições e desde então os presidentes eleitos terminam sempre com baixa popularidade. Em 2001 foi eleito Alejandro Toledo, que liderava a oposição contra Fujimori. Em 2006 foi eleito Alan García. Ambos os governos foram permeados por crescimento econômico a partir de Tratados de Livre Comércio, os chamados TLCs (principalmente com os EUA), privatizações

4 http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_peru_cirurgias_fn

de empresas nacionais e abertura para exploração dos recursos naturais por parte de empresas estrangeiras, ou seja, seguiram os marcos gerais da política neoliberal implementada por Fujimori. Somando graves denúncias de corrupção, foram governos que conviveram com intensos protestos, greves e mobilizações. Este cenário cada vez mais indicava que os movimentos sociais e dos trabalhadores estavam se reorganizando e começavam a enfrentar a política institucional.

Ollanta Humala, o movimento nacionalista e a *hoja de ruta*

Foi neste bojo que Ollanta Humala forjou o PNP, concorrendo às eleições de 2006, chegando ao 2º turno, mas perdendo para Alan García. Contudo, desde então se criou a marca de uma força em torno dos movimentos sociais, principalmente do sul peruano, historicamente marcado por tensões socioambientais.

Em 2011 Humala se lançou novamente, chegando ao 2º turno dessa vez já contra Keiko Fujimori, e conseguiu vencer, muito apoiado pela maioria dos setores da esquerda, incluindo intelectuais, celebridades da literatura e artes, e, sobretudo, pelos movimentos sociais e dos trabalhadores. O programa do nacionalismo era representado pelo que foi chamado “Programa da Grande Transformação”.

Entretanto, já nos primeiros meses de seu governo, o que foi dito na campanha sobre combate ao modelo de desenvolvimento neoliberal como, por exemplo, a partir da revisão do Tratado de Livre Comércio com os EUA como proposta prioritária, e a realização de amplas reformas sociais, foi engavetado. Há uma narrativa por parte de setores da esquerda de que já durante o 2º turno Humala demonstrara vacilação perante as pressões políticas. O discurso quase unânime dos setores progressistas e da esquerda sobre Humala é que ele cometeu uma traição ao transformar o Programa da Grande Transformação em uma *hoja de ruta*, ou seja, um abandono de um programa de mudança de

modelo econômico por um plano de metas para um governo. De início, Humala se alinhava com Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, isto é, colocava o Peru em uma possibilidade de rota comum à Venezuela, Bolívia e Equador, o que seria fundamental para o desenvolvimento de uma alternativa de bloco de esquerda na América Latina naqueles anos. Porém, muito rapidamente Humala opta por tomar como referência o modelo de social-liberalismo adotado por Lula e o governo do PT no Brasil.

Assim, já no 1º ano de governo, Humala viu sua popularidade despencar de 50 para 30%. Muito disso se deveu a sua atuação nos conflitos socioambientais que ainda se desenrolam e envolveram a tentativa fracassada de implementação do Projeto Conga, de autoria de uma mineradora norte-americana, e do projeto Tía Maria, de uma mineradora mexicana. O projeto Conga previa a administração por essa mineradora norte-americana da 2ª maior mina de ouro do mundo, que fica em Cajamarca, norte do Peru. A população local é majoritariamente contra o projeto, pelos danos ambientais que pode causar, ameaçando o fornecimento de água e a atividade agropecuária da região. Humala lidou com a questão política como assunto militar, reprimindo fortemente as manifestações, inclusive com uso de aparato militar. O limite foi a morte de dezoito pessoas em uma manifestação com repressão. Paralelo aos confrontos, Humala substituiu vários ministros de seu governo e distribuiu cargos dando acesso a pessoas ligadas à ala fujimorista do congresso, militares e empresários do setor da mineração.

Para os jovens e na educação, o governo Humala empreendeu duas leis bastante polêmicas: uma reforma universitária que prevê a ampliação do setor privado na educação, não aumenta o financiamento do setor e admite falhas na gratuidade do ensino público, permitindo a cobrança de taxas sobre a assistência estudantil, por exemplo; e uma lei acerca do trabalho da juventude, que gerou protestos de milhares de jovens entre 2014 e 2015, apelidada de “Lei Pulpín”, que visava flexibilizar o trabalho dos

jovens, permitindo menores salários e menos direitos trabalhistas. Esta lei foi revogada pelo congresso depois de protestos massivos que colocaram toda a opinião pública a favor da retirada da lei.

Mais recentemente, denúncias no tema corrupção têm vindo à tona, contribuindo para baixar ainda mais a aprovação do governo Humala. Foi divulgado o seu possível envolvimento em esquemas de propinas e favorecimentos de obras às empreiteiras brasileiras Odebrecht e OAS, pela operação Lava Jato. A investigação tem demonstrado que várias obras foram realizadas no Peru pelas empreiteiras, muitas inclusive financiadas pelo governo brasileiro – obras de rodovia e gasoduto entre Peru e Brasil e hidrelétricas construídas no Peru. Durante o governo Lula, o investimento brasileiro no Peru aumentou de 50 para 900 milhões de dólares. E durante o governo Humala a principal competidora da Odebrecht foi eliminada das licitações públicas. Outra situação envolve uma investigação em andamento sobre a primeira-dama Nadine Heredia, a partir da divulgação de supostas agendas pessoais em que constam detalhes das finanças do PNP, apontando recebimento de somas significativas de doações de campanha ilegais, tanto em 2006 quanto em 2011.

Os primeiros anos do governo Humala foram polêmicos na esquerda, uma vez que havia setores que, apesar de todas as demonstrações de traição já no primeiro ano, não se opuseram de maneira veemente ao autoritarismo da cúpula partidária que atuava abafando a imensa crise interna do nacionalismo. Esses setores justificavam a não oposição aberta a Humala alegando que haveria um giro à esquerda pela pressão das bases. Importante ressaltar que a posição assumida por esses setores não foi ocasional na história da esquerda peruana, senão reflexo de uma prática derivada de uma política. Assim que não se trata de falta de unidade da esquerda, e sim de diferenças táticas e estratégicas. Aceitar compor projetos com rebaixamento do programa político inicial sob a condição de estar em um governo é uma prática que alguns setores de centro-esquerda peruana sempre tiveram e

seguem tendo.

Nesse contexto, a disputa por dentro do PNP foi tornando-se cada vez mais inviável, gerando as condições para que, no decorrer dos anos seguintes, muitos setores fossem rompendo com o nacionalismo. Alguns parlamentares eleitos pelo PNP passaram a ser oposição ao governo de modo independente, com destaque para Jorge Rimarachin, congressista por Cajamarca, e Veronika Mendoza, por Cusco.

A construção de uma alternativa: Frente Ampla – por Justiça, Vida e Liberdade

O primeiro momento da Frente Ampla se deu em 2012, a partir de uma composição de forças diferente da que apresenta hoje. Como perspectiva eleitoral nacional se conformou no início do ano de 2015, a partir do acordo entre os agrupamentos *Tierra y Libertad* – já parte da Frente – *Movimiento Por la Gran Transformación* (MPGT) e *Sembrar*, como principais forças, abrindo o chamado a outras organizações, movimentos e ativistas. Assim, a Frente Ampla passa a organizar diversas correntes políticas de esquerda, de mais de uma orientação teórica, movimentos ambientalistas e populares.

Em julho de 2015 foi realizado o primeiro congresso da Frente, onde foram votadas: as linhas políticas; uma plataforma programática – base do plano de governo da campanha de 2016; as normas organizativas; e os organismos de direção – um conselho nacional (federativo) e um comitê permanente (executivo). O programa inicial da Frente abarcava: a luta por uma nova constituição, combate radical à corrupção, fortalecimento dos mecanismos de controle social e participação, soberania nacional sobre os recursos energéticos e naturais, combate ao neoliberalismo, defesa da água e da natureza, defesa de todos os direitos básicos e dos plenos direitos nas questões morais e de comportamento. Daí ao início da campanha, a principal

preocupação da Frente era passar o coeficiente eleitoral para garantir seu reconhecimento legal no período seguinte – a legislação eleitoral peruana prevê que os partidos ou frentes eleitorais obtenham uma porcentagem mínima de votos para poder manter sua inscrição oficial, geralmente em torno de 5%, e o partido ou coligação que não alcança o coeficiente perde a legalidade, sendo necessário refazer o processo de coleta de assinaturas para recuperar o direito de se postular a eleições.

O congresso peruano é formado por 130 parlamentares, sendo que cada estado tem o número de vagas de acordo com sua população. Para cada eleição, cada partido deve apresentar listas fechadas e ordenadas de acordo com o número limite de cadeiras por estado. Por exemplo, a região de Lima Metropolitana é a que mais elege congressistas – são 36 vagas – logo, a lista de cada partido para essa região deve conter 36 candidatos, respeitando a proporcionalidade e a alternância de gênero.

A escolha dos candidatos da Frente Ampla foi feita de maneira inédita e única nessas eleições: através de primárias internas abertas. A Frente aproveitou seus espaços partidários gratuitos na TV para divulgar o processo e os pré-candidatos internos à presidência, e, no início de outubro de 2015, por meio de urnas organizadas em todo o país, qualquer cidadão peruano possuidor do documento de identidade podia votar em seus candidatos ao congresso e no candidato de sua preferência para a presidência. Assim foi eleita Veronika Mendoza e foram estabelecidas as listas de congressistas de cada estado.

A eleição de 2016

No início do ano apresentavam-se como principais candidaturas: Keiko Fujimori (Força Popular) com 30% das intenções de voto, Julio Guzmán (Todos pelo Peru) com 18%, Pedro Pablo Kuczynski (Peruanos pela mudança) com 9%, Cesar Acuña (Aliança para o Progresso) com 6%, Alan García (Aliança

Popular) com 5%, Verónica Mendoza (Frente Ampla) com 4%, Alfredo Barnechea (Ação Popular) com 4%, e Alejandro Toledo (Peru Possível) com 2%. Outros candidatos, como Gregório Santos (Democracia Direta) - uma das lideranças da luta contra a mineradora Conga no estado de Cajamarca - e Daniel Urresti (Partido Nacionalista) - o candidato da continuidade de Ollanta Humala - não alcançavam 1% das intenções de voto⁵.

A candidatura de Keiko Fujimori

Keiko Fujimori, filha de Alberto Fujimori, despertou bastante polêmica desde que foi postulada como candidata. Aos 18 anos, Keiko foi primeira-dama do governo Fujimori depois da separação de seus pais, após episódio em que sua mãe denunciou o envolvimento de membros da família Fujimori em negócios ilegais. Há registros de que Susana Fujimori foi presa e torturada na época a mando de seu próprio ex-marido. Durante toda a campanha, Keiko foi questionada sobre a herança política de seu sobrenome, do qual, afinal, nunca se desvinculou completamente, ainda que tenha figurativamente assinado um compromisso de respeito aos direitos humanos em um dos debates de TV. Seu modo de fazer política nos últimos dez anos não fugiu do escopo tradicional fujimorista: assistencialista e clientelista, com prática de compra de votos e favorecimentos pessoais, e suspeita de ligações fortes com o narcotráfico. Durante a campanha, diversos vídeos flagraram agentes de seu partido Força Popular organizando filas para distribuir brindes dos mais diversos, cestas básicas e coletar assinaturas de comprometimento das pessoas com o voto em Keiko e sua chapa.

Uma das principais polêmicas em torno de um possível governo seu era a possibilidade de indulto a Alberto Fujimori. Além disso, apresentou um discurso sempre dúbio em relação às esterilizações forçadas praticadas na ditadura Fujimori – nunca

⁵ <http://www.radiosicuari.org.pe/nacional/243-encuestas-presidencial-ipsos-21-de-febrero>

admitiu que tenha sido prática institucional do governo de seu pai, de início se colocando inclusive com uma postura aparentemente favorável à discussão do aborto legal e do direito ao próprio corpo pela mulher. Ao final, contudo, somou-se ao discurso dos setores religiosos conservadores, chegando a manifestar-se contra o aborto mesmo em casos de estupro.

Todo este cenário alimentou o sentimento anti-Keiko já existente em uma expressiva parte da população. Coletivos de jovens sob as consignas *Keiko No Va* e *Fujimori Nunca Más* somados a organizações em defesa dos direitos humanos, como associações de familiares de desaparecidos políticos, protagonizaram um forte movimento contra Keiko Fujimori, que atuou tanto no campo institucional, buscando algum modo de impugnar sua candidatura, quanto no campo das mobilizações de rua, convocando marchas em todo o país que se tornaram multitudinárias. As duas principais marchas aconteceram nas semanas anteriores às eleições: 5 de abril – dia em que se relembra o autogolpe de Fujimori – e 31 de maio. Ambas reuniram centenas de milhares de pessoas em todas as regiões do país, principalmente na capital Lima, onde a primeira marcha reuniu cem mil pessoas de acordo com jornais locais⁶.

Giro no cenário eleitoral: crescem a Frente Ampla e Verónica Mendoza

Uma decisão do Jurado Nacional Eleitoral já em março, apenas um mês antes das eleições, acaba por retirar a candidatura de Guzmán e Acuña: o primeiro por problemas na formação da chapa e o segundo por tentativa de compra de votos. Essa decisão alterou bastante o cenário eleitoral. Keiko Fujimori, embora se mantivesse constante, não pontuava o suficiente para garantir uma vitória em 1º turno, e assim se confirmou. Apesar de um crescimento nas intenções de voto até o final da campanha,

⁶ <http://larepublica.pe/politica/757919-la-multitudinaria-marcha-contra-keiko-vista-desde-un-drone-video>

ela terminou com 39% dos votos e uma das vagas do 2º turno consolidada. Com a saída de Guzmán e Acuña, PPK se distanciou das demais candidaturas e subiu para o 2º lugar, enquanto Verónica Mendoza e Frente Ampla estavam mais distantes, disputando o 3º lugar com a Ação Popular de Alfredo Barnechea.

Porém, o decorrer da campanha, o desempenho de cada candidato, as campanhas dos partidos e o tom que foi sendo dado pelos diversos atores da opinião pública, especialmente conforme Keiko Fujimori ia se consolidando como primeira colocada, fez com que Frente Ampla e Verónica fossem se consolidando em 3º lugar, e mais, que passasse a ser uma realidade a disputa pela 2ª vaga para o 2º turno. De 2% das intenções de voto que tinha em janeiro, Verónica foi a 15% das intenções de voto ao final de março.

A possibilidade de um 2º turno entre mulheres foi bastante discutida também. Nesse sentido, dois fatos são importantes de se ressaltar: 1) nas pesquisas eleitorais, as simulações de um 2º turno entre Keiko e PPK demonstravam mais possibilidades de vitória para PPK, enquanto nas simulações entre Keiko e Verónica, as chances de vitória de Verónica eram muito menores. Isso provavelmente teve influência sobre os eleitores indecisos cujo voto tinha como critério ser um voto anti-Keiko; 2) o pior cenário para a burguesia tradicional peruana seria um 2º turno entre Keiko e Verónica, por ambas serem possibilidades de governos “instáveis” para a economia neoliberal – Keiko, por ser representante do fujimorismo socialmente combatido por quase metade da população, e historicamente parte de uma ala da burguesia mais autônoma à burguesia tradicional; Verónica, por ser representante da aglutinação de uma nova esquerda no país.

Nesse cenário, a burguesia de conjunto orquestrou uma intensa “guerra suja” contra Verónica. Durante toda a campanha ela foi atacada pela grande imprensa e por setores da Igreja Católica principalmente por não vacilar ao ser indagada sobre os temas

da legalização do aborto e da união civil entre casais do mesmo sexo. A grande mídia também incidiu contra Verónica difundindo notícias que tentavam ligá-la ao terrorismo ou à situação atual da Venezuela, aos esquemas de corrupção envolvendo o PNP e a primeira-dama Nadine Heredia. Embora todas as acusações tenham sido levianas, esses ataques contribuíram para afetar a confiança de alguns setores na figura de Verónica e na campanha da Frente Ampla, devido à ferida histórica que envolve a esquerda no Peru, favorecendo PPK.

Quem é Pedro Pablo Kuczinsky, o PPK?

Às vésperas do 1º turno estavam consolidadas como principais candidaturas Keiko Fujimori, já garantida no 2º turno, e a briga voto a voto entre PPK e Verónica. Kuczinsky é economista, empresário, ex-ministro em governos anteriores, com histórico de privilegiar empresas estrangeiras na exploração dos recursos naturais peruanos, de privatização de setores estratégicos como o energético e de uso indevido de sua influência institucional, sendo citado no Panamá Papers por isso; realizou uma campanha milionária aparentemente bancada por grandes empresas estrangeiras, não tendo declarado de modo transparente seus financiadores. Filho de um alemão com uma suíça, viveu mais de trinta anos fora do Peru, o que o fez ter sotaque estrangeiro e ser apelidado de “gringo” por parte dos críticos e da população peruana. Sua campanha defendeu o livre mercado, a redução de impostos e a criação de empregos por meio de investimentos públicos e privados. Foi candidato em 2011, ficando em 3º lugar, e no 2º turno apoiou Keiko Fujimori contra Ollanta Humala, o que denota bem sua localização no cenário político peruano.

PPK trabalhou no Banco Central do Peru e no Banco Mundial nos EUA, e também em diversas empresas estrangeiras. Foi ministro de Economia e Finanças no governo de Alejandro Toledo (2001-06), período marcado por relevante crescimento

econômico. Tudo isso faz com que parte da opinião pública o veja como uma boa escolha para este momento de desaceleração econômica em que está entrando o país.

Um país dividido no segundo turno

O resultado do 1º turno em 10 de abril foi Keiko com 39%, PPK com 21% e Verónica com 18,8%. Dos 26 estados, Keiko venceu em 17. Verónica venceu em sete estados (Tacna, Moquegua, Puno, Cusco, Apurímac, Ayacucho e Huancavelica). Gregorio Santos venceu em Cajamarca. E PPK venceu apenas no estado de Arequipa. No congresso nacional as três principais candidaturas elegeram: 73 parlamentares por Força Popular (Keiko), 20 por Frente Ampla (Verónica) e 18 por Peruanos pela mudança (PPK).

Com a consolidação do 2º turno entre Keiko e PPK, imediatamente iniciou-se a pressão sobre o posicionamento da Frente Ampla e Verónica Mendoza nesse cenário. Seguindo o sentimento da base ratificado em um conselho nacional da Frente realizado 15 dias depois do 1º turno, a decisão foi de que a Frente seria absolutamente contrária à candidatura de Keiko Fujimori e também não iria apoiar a PPK, por representar o mesmo modelo de desenvolvimento para o Peru que Verónica durante a campanha rechaçou e combateu. Toda a campanha durante o 2º turno foi muito acirrada, com Keiko à frente por uma margem bastante oscilante e que não passava 1%. Nos últimos 15 dias, as pesquisas indicaram um pequeno aumento da porcentagem de Keiko sobre PPK, o que acirrou os ânimos de toda população e aumentou a pressão para os eleitores indecisos entre o voto nulo/branco e o voto em PPK.

De modo geral o movimento Keiko No Va se posicionou publicamente pelo voto em PPK, bem como algumas organizações como centrais sindicais e associações de categorias. Na semana anterior ao 2º turno, Verónica Mendoza e alguns parlamentares

eleitos pela Frente Ampla, de modo pessoal, acabaram por chamar voto em PPK como um anti-voto a Keiko, contra o retorno do fujimorismo na política peruana. Foi uma decisão que repercutiu polemicamente, pois a pressão para o voto nulo/branco foi a maior das últimas eleições, justamente pela experiência acumulada com a eleição e o governo rechaçado de Ollanta Humala.

Existiu um eco entre os diversos setores da população de que a opção por apoiar PPK no último momento já indicaria uma capitulação de Verónica Mendoza e, conseqüentemente, da Frente Ampla. Entretanto, o que o resultado eleitoral do 2º turno mostrou foi uma combinação de fatores entre a influência decisiva da posição assumida por Verónica às vésperas da votação, a repercussão das mobilizações anti-Keiko e a ação midiática do setor da burguesia mais comprometido com a cartilha tradicional do neoliberalismo. De fato, a vitória de PPK correspondeu ao enorme sentimento anti-Fujimori da parte de diversos setores sociais, por motivos distintos. Esse resultado confirmou análises realizadas durante o período eleitoral de que qualquer candidato que chegasse ao 2º turno teria uma chance significativa de vencer Keiko, já que seu índice de rejeição sempre se manteve muito alto – de 40 a 50%.

O resultado do 2º turno coroa a divisão bastante contraditória que vai gerir o país nos próximos cinco anos: PPK venceu com 50,1% contra 49,9% de Keiko. Lembrando, porém, que o fujimorismo conquistou a maior bancada do congresso, isto é, o novo poder executivo se encontra sob o desafio de governar com um congresso de maioria como oposição. Além do cenário econômico, quando já há sinais de desaquescimento no crescimento e se começa a sentir os efeitos da crise do modelo neoliberal presente no mundo todo.

Por que Frente Ampla cresce?

Uma combinação de fatores pode ajudar a explicar o crescimento de Verónica Mendoza e Frente Ampla. Verónica

foi uma jovem congressista pelo estado de Cusco, sul do Peru. A região sul é historicamente marcada no país pelas lutas socioambientais, pelo que Verónica se elegeu para o congresso nacional em 2011. Ou seja, é uma região que tradicionalmente impulsiona figuras progressistas e de esquerda, devido às fortes lutas sociais. O programa apresentado por Frente Ampla abarcava as reivindicações desses movimentos, inclusive por meio da participação mesmo em sua composição de diversos atores sociais dessas lutas, bem como de outros movimentos de outros temas.

Uma parte do destaque que teve Frente Ampla também pode ser atribuída ao processo de primárias abertas, chamadas de eleições cidadãs abertas, que mostrou a Frente como uma organização disposta a processos novos e radicalmente democráticos, e chamando a participação do povo já na escolha dos candidatos, antes mesmo das eleições em si. Isto é, estimulando um modo de participação e envolvimento que não se limita ao voto oficial, podendo abarcar o processo de construção de uma alternativa política desde seu início.

Por fim, um fator determinante foi a própria figura de Verónica Mendoza. Em um cenário mundial que tem debatido e trazido à tona, de modo muito contundente, o protagonismo feminino na política, Verónica, também a partir de suas qualidades marcantes como militante e figura pública, foi se consolidando como liderança inquestionável da Frente. Um vídeo bastante difundido nas redes sociais mostra um programa de TV em que o apresentador, tradicionalmente conhecido por sua postura incisiva contra a esquerda, dirige-se à Verónica perguntando em francês, com a intenção de pôr em dúvida sua principal nacionalidade como peruana, por sua mãe ser francesa e por ela ter realizado sua graduação e pós-graduação na França. Verónica, por sua vez, responde em perfeito quechua, neutralizando completamente a ironia do apresentador. Esse episódio foi fundamental na consolidação de Verónica como uma candidata nata da identidade histórica peruana, e todos esses fatores somados a postularam

como a principal figura de oposição aos partidos e campanhas tradicionais.

O crescimento de Verónica impressionou e pautou toda a campanha eleitoral. Sua campanha era a única que falava de resgatar as bandeiras abandonadas por Ollanta Humala, que reivindicava o rompimento com o nacionalismo e a persistência na defesa do projeto que elegeu o último presidente. Os principais eixos foram: a defesa de uma assembleia constituinte, abandonando a constituição fujimontesinista de 1993; a defesa da soberania nacional sobre os recursos naturais – contra os megaprojetos mineradores de Conga e Tía Maria e contra a privatização da administração e fornecimento de água; e a defesa de um estado plurinacional e pluricultural que respeite a diversidade dos diferentes povos que vivem no Peru e os direitos da juventude, das mulheres e das LGBT. Ou seja, a campanha da Frente e de Verónica conseguiu vocalizar parte da esperança e da expectativa de transformação radical contida no povo peruano, manifestada no histórico e na atualidade das lutas, que sofreu um duro golpe com a traição de Humala. Sua campanha representou as mobilizações contra os projetos mineiros transnacionais, contra a precarização da educação e do trabalho da juventude e também o forte sentimento anti-Keiko. Um dos motes da campanha era “por uma mudança real, Frente Ampla e Verónica Mendoza!” e se falou muito em mudança profunda de modelo de desenvolvimento, com inversão de prioridades, colocando o povo e suas necessidades no centro das prioridades. Seu crescimento foi notável entre os jovens, as mulheres, no interior do Peru e entre os setores mais pobres da população.

Vitórias e desafios da Frente Ampla no Peru

Para a esquerda, uma vitória do processo eleitoral de 2016 foi a derrota da figura de Ollanta Humala e do PNP. Humala terminou seu mandato com um rechaço de 83% de acordo com

pesquisas de opinião. Ao se somar o resultado de Verónica com o de Gregorio Santos chega-se a 23%. Esse resultado e o rechaço a Humala são uma demonstração de que o projeto do nacionalismo que desviou de rota foi derrotado, porém, sem a destruição total de perspectivas para a esquerda. Apesar do esforço da direita e da grande mídia em ligar as propostas defendidas por Verónica e Gregorio à ideia de um novo nacionalismo, de uma repaginação da campanha de Humala, ou seja, mais uma vez a história de promessas de mudanças radicais que terminam em traição, foi massiva a resposta positiva a esse cenário, mais de 20% da população segue acreditando e disposta a confiar e construir um projeto de enfrentamento ao modelo neoliberal de desenvolvimento.

Agora a Frente Ampla enfrenta a grande tarefa de coordenar a 2ª bancada de congressistas nacionais nos próximos cinco anos e postular-se para liderar a real oposição ao governo Kuczinsky, uma vez que a bancada fujimorista defende o mesmo modelo econômico que PPK – ainda que até agora esteja colocando-se como oposição para demarcar a derrota para o executivo por uma margem muito pequena versus o tamanho de sua bancada no congresso.

Uma expressão bastante interessante e relevante da consolidação da Frente Ampla como projeto são os espaços de base. O contingente social que se organizou desde o início das primárias abertas até este período pós-eleitoral segue em crescimento acelerado. Setores de jovens e mulheres que somaram seus movimentos independentes à campanha de Verónica e da Frente passam a compor setoriais que seguem ativas. Comitês de campanha de bairros têm se transformado em núcleos, que por sua vez têm pleiteado que se oficializem conjuntos de núcleos como uma espécie de diretórios distritais. Sem dúvida, uma ampla parte dos setores mais dinâmicos da luta social atualmente no Peru está se organizando pela Frente Ampla, ou a tem como principal parceira, sejam os setores tradicionais, sejam os recém-

formados.

Desde o fim do 1º turno, a Frente Ampla tem priorizado sua organização e coesão interna, realizando reuniões de balanço e perspectivas desde os organismos de base. Em setembro deste ano ocorreu o 2º congresso nacional da Frente Ampla, que debateu e deliberou sobre: o balanço eleitoral de 2016, a declaração de princípios da Frente, o plano de ação política a curto prazo e os princípios e comitê de ética da Frente. A principal polêmica presente neste 2º congresso foi o tema da institucionalização da Frente Ampla, ou seja, o debate em torno de seguir como frente eleitoral, com cada organização interna podendo ter sua inscrição legal como partido, realizando suas filiações, ou se a Frente Ampla passaria a ser um partido único, conformado por correntes internas centralizadas em uma só inscrição legal, com filiações para a própria Frente. Neste debate estão pontos-chave que transcendem as questões organizativas formais da justiça eleitoral, isto é, a Frente ser um partido legal ou não é, sobretudo, uma discussão política de fundo, que atravessa o debate de tática e estratégia aos quais se dispõe cada organização e a Frente em si.

A composição e as disputas no interior da Frente Ampla

Dentro da Frente, diversas correntes políticas e alguns partidos legalmente inscritos têm convivido. Porém, todo este período pós-eleitoral e o processo de balanço e perspectivas vieram demonstrando diferenças importantes no debate interno da Frente. Há diferenças de análise e caracterização sobre o que significou o resultado eleitoral de 2016, o que faz surgirem propostas de políticas diferentes para a Frente Ampla para o próximo período.

As divergências da Frente na realidade têm refletido processos de divergências internos de algumas correntes e partidos que a compõem. A legalidade da Frente hoje é garantida pela corrente *Tierra y Libertad*, corrente liderada pelo congressista Marco Arana,

que também foi candidato a primeiro vice-presidente pela Frente nas eleições deste ano. Era o maior setor componente da Frente, pois já conta com seis anos de existência como partido político. Porém, tem atravessado um processo de rupturas justamente por diferenças na análise, caracterização e política para a Frente Ampla e para a esquerda peruana. Desde o final das eleições a crise dessa organização tem trazido bastantes questões no interior da Frente, principalmente o debate sobre a abertura da Frente às novas filiações das centenas de ativistas que se somaram ao longo da campanha e no pós-eleitoral.

Nesse sentido, uma parte das correntes políticas componentes da Frente, acompanhada de Verónica Mendoza, decidiram por dar um passo mais concreto rumo à maior institucionalização da Frente Ampla, ao buscar uma nova inscrição legal na Justiça Eleitoral peruana. Ou seja, está se conformando um bloco de grupos políticos e independentes que buscarão mais uma inscrição legal para a Frente, o que possibilitará incorporar a militância que já participa da Frente desde o início deste ano mais todos os que se somaram durante a campanha e o período pós-eleitoral sob a mesma organização, com os mesmos direitos e deveres. Este bloco tem se organizado a nível nacional seguindo o mesmo modelo organizativo da Frente Ampla, com os organismos de base e de direção baseados no que já têm a Frente. Nesse próximo mês de dezembro realizarão o evento de lançamento oficial do bloco que se chama *Movimiento Nuevo Perú*. Protagonizando este bloco dentro da Frente Ampla estão as correntes: *Movimiento Por la Gran Transformación*, *Partido Socialista*, um setor de ruptura com *Tierra y Libertad* chamado *Democracia y Libertad*, um setor de ruptura com *Sembrar, Pueblo Unido, Patria Ciudadana y Dignidad y Democracia*, bem como alguns pequenos grupos regionais. A principal justificativa que colocam essas organizações e Verónica Mendoza para conformar este bloco é democratizar essa nova fase da Frente Ampla, permitindo uma abertura consciente e construída ao crescimento advindo do resultado eleitoral de 2016,

tendo em vista a defesa que a Frente Ampla não seja apenas uma ferramenta eleitoral, e sim um projeto de alternativa política, social e de governo para o país.

A atuação da Frente Ampla e a reação da direita

Há apenas poucos meses desse novo governo já se nota o prognóstico colocado pela Frente desde o fim do 2º turno de que a real oposição ao governo PPK será feita pela Frente Ampla. Tanto o fujimorismo quanto a bancada de PPK, ao fim e ao cabo, ainda que eventualmente sob alguma disputa de liderança, convergem na mesma política capitalista neoliberal. Por exemplo, tanto o fujimorismo quanto o governo de PPK são favoráveis a medidas como o TPP – sigla em inglês para Tratado Transpacífico, um acordo comercial protagonizado pelos EUA que sob um discurso de aproximação dos mercados dos países do Pacífico nivelará por cima o preço dos medicamentos, favorecerá o controle dos EUA sobre o acesso à informação nos demais países e proporcionará uma série de facilidades para o investimento estrangeiro e a apropriação das propriedades intelectuais dos países da América Latina. No tema da luta contra a corrupção há denúncias acumuladas contra figuras do fujimorismo. No lado da atual presidência, recentemente um dos assessores políticos de PPK foi denunciado por praticar fraudes escandalosas para beneficiamento particular através do sistema público de saúde.

Nestes aspectos a atuação da bancada de congressistas da Frente Ampla tem sido contundente. Bem como nos já conhecidos conflitos socioambientais decorrentes da expansão do investimento estrangeiro na exploração dos recursos naturais do país.

Pesquisas recentes mostram que Verónica Mendoza tem se consolidado como uma das principais figuras da política peruana, atrás apenas de Keiko Fujimori. É evidente que a Frente e Verónica se consolidaram como alternativa eleitoral para as próximas

eleições nacionais. O fujimorismo, já com vistas a impedir o crescimento de uma alternativa política no cenário peruano, tem formulado projetos de lei para dificultar o caminho para a Frente Ampla e Verónica Mendoza. Está em elaboração uma lei que colocará a exigência de um mínimo de três anos de existência para que um partido possa se postular à presidência – medida para pressionar o projeto que Verónica protagoniza com o bloco Nuevo Perú, que busca uma nova inscrição para a Frente Ampla; tanto é que esse projeto de lei internamente no congresso tem o apelido de *Verónica no va* e *No a Verónica 2021*, tamanho é o receio da direita com o espaço que a Frente e Verónica vêm conquistando.

Perspectivas para a Frente Ampla e para a esquerda peruana

Contudo, no meio do caminho para 2021 estão as eleições municipais de 2018. Como então se colocará a Frente Ampla? Um dos desafios colocados desde já inclui a construção de um programa de governo e atuação política nos níveis abaixo da escala nacional, em que se realizou essa primeira experiência eleitoral da Frente. E também a constituição e formação de lideranças locais capazes de expressar esse programa.

Ficam algumas questões pendentes importantes a serem debatidas no período que se segue. Que abertura terá a Frente Ampla para setores que se mantiveram por fora da Frente até agora, como Gregório Santos e o movimento que encabeça – e que teve o resultado expressivo de 4% dos votos, apesar da candidatura quase clandestina? Ou como os partidos da chamada “velha esquerda”?

Para além das perspectivas eleitorais, há todo um cenário em aberto. Em que os indícios são de que a crise econômica mundial seguirá se agravando, o que por sua vez tem como uma de suas expressões o aumento da pressão para que iniciativas de exploração de recursos naturais e humanos em países como o Peru e semelhantes na América Latina se intensifiquem, ou

seja, agravando os conflitos socioambientais; cada vez mais esse modelo de institucionalidade em decadência, sendo questionado pelo fortalecimento de novos movimentos sociais autônomos, com democracia direta e transparência como princípios, face aos escândalos de corrupção que não param de surgir (vide como a operação Lava Jato do Brasil consegue chegar em outros países, como o Peru); em que os jovens vêm demonstrando que não irão ficar por fora da política e não vão deixar que levem seus direitos, como se levantaram contra a reforma universitária em 2013 e derrubaram a Lei Pulpín de 2015; em que as mulheres e as LGBT vêm cada vez mais fortalecendo sua auto-organização e a luta por seus direitos; em que os camponeses e povos originários permanecem resistindo fortemente às tentativas de exploração e destruição desenfreada de seus territórios.

Atualmente, a esquerda latino-americana tem debatido bastante a tese do fim da etapa dos chamados “governos progressistas” e o avanço de uma onda conservadora na região. É fato que temos visto um novo crescimento da organização dos setores mais reacionários e conservadores da política em diversos países pelo mundo, não só em nossa região. Mas há também a ideia de que este crescimento é consequência da polarização que a crise da institucionalidade que temos vivido tem provocado, ou seja, a crise da velha política abre espaço para o surgimento de novas formas de organização, novas formas de manifestação, e para nada a direção deste espaço está garantida para um lado ou para outro, está em aberta disputa de rumos.

Os desafios colocados para a Frente Ampla são muitos, e o desenrolar de sua história, junto aos movimentos sociais e à classe trabalhadora no Peru, especialmente neste momento da conjuntura latino-americana, certamente será fundamental para uma nova etapa da esquerda no mundo.

**O BRASIL
APÓS AS ELEIÇÕES
2016**

Um Rio de resistência e esperança

Honório Oliveira¹

O cenário das eleições municipais de 2016 enquadrou-se numa das maiores crises econômicas e políticas que o Brasil já enfrentou e seu resultado é em grande medida produto desse terremoto político e econômico em que vive o país. O Rio de Janeiro, ponto avançado da crise, esteve governado pelo PMDB durante longos anos. Figuras de proa do condomínio de poder que é o partido nacionalmente são do Rio e a hegemonia política do PMDB no estado foi componente de uma divisão de tarefas com o PT no jogo governabilidade dos governos Lula e Dilma. Hoje, com a operação Lava Jato, podemos ver em que estavam fundados esses acordos. Não é por acaso que o único ex-governador preso pela operação seja daqui, o outrora presidencial Sérgio Cabral. O PT do Rio de Janeiro funcionou durante muito tempo como moeda de troca para os acordos eleitorais de Lula e de seu campo no partido. A intervenção nacional de 1998 contra a candidatura da esquerda petista representada na figura de Vladimir Palmeira foi a máxima expressão de um dos motivos pelo qual o PSOL no Rio de Janeiro é tão forte: o PT fluminense foi o que faliu e se degenerou mais prematuramente como projeto independente e alternativo.

Essa introdução é para, mesmo que de forma breve e esquemática, tentar revelar indícios sobre as raízes do processo riquíssimo pelo qual passou o PSOL do Rio de Janeiro com a candidatura de Marcelo Freixo, um processo que reflete grandes méritos do candidato e da militância social da esquerda carioca, mas também guarda profunda relação com um tempo histórico anterior.

Nesse marco geral, podemos afirmar que o desempenho da candidatura de Marcelo Freixo foi um elemento fora da curva porque protagonizou um movimento político e eleitoral de

¹ Dirigente do MES e do PSOL-RJ.

massas, amplo, democrático e radical, como o Rio de Janeiro e o Brasil não viam há bastante tempo. Desde 1992, partidos identificados com a esquerda não disputavam o segundo turno de uma eleição municipal na capital fluminense. Tal movimento conectou em termos simbólicos, processos históricos anteriores, como o fenômeno do brizolismo, com o acúmulo do que a rebeldia carioca tem de mais atual: a greve dos bombeiros de 2011, a Primavera Carioca (2012), Junho de 2013, a histórica greve dos professores municipais também de 2013 e a luta de resistência das favelas contra as violações de direitos humanos.

O resultado do PSOL do Rio de Janeiro se distingue do resultado geral do partido, que embora positivo dentro de um quadro tão conturbado, não conseguiu reproduzir o fenômeno de mobilização política protagonizado pelos cariocas. Do resultado eleitoral nacional três elementos fundamentais primaram: um giro eleitoral nacional à direita, a rejeição categórica de amplas massas ao ex-governismo, sobretudo ao PT que perdeu 60% de seu eleitorado e a lei da mordaza (Lei Cunha) como enorme barreira objetiva para o surgimento de novos fenômenos eleitorais por fora da velha esquerda.

Um primeiro turno duríssimo

A vitória do candidato do PSOL no primeiro turno se deu em condições bastante desiguais de tempo de TV e recursos. Marcelo Freixo tinha apenas 11 segundos nos programas de TV em bloco e média de menos de duas inserções de 30 segundos diárias durante a grade de programação. Pedro Paulo do PMDB, adversário direto de Freixo, possuía um latifúndio de tempo de TV: 3 minutos e 30 segundos nos programas em bloco e 14 minutos e 43 segundos em inserções durante a programação. O espantoso em todo processo do primeiro turno não foi somente o fato de Pedro Paulo, com todo aparato e exposição, não ter conseguido fazer sua candidatura decolar e ultrapassar a de Freixo, já que a direita, assim como os

setores identificados com a esquerda, também se dividiu, mas sim o fato de que com pequeníssima exposição a candidatura do PSOL não desidratou e criou uma curva ascendente na última semana que proporcionou bater Pedro Paulo por um pouco mais de 2% dos votos.

A sustentação da candidatura majoritária até a última semana do primeiro turno se deu em grande parte pela militância orgânica do partido e pela potente chapa de vereadores, a melhor que o partido já teve. A chapa proporcional reduziu consideravelmente a diferença de votos em relação à majoritária comparando com 2012 e garantiu uma ampliação de 50% da bancada. Com a limitação de exposição da candidatura, não ocorreu no primeiro turno uma campanha-movimento, essa tarefa ficou circunscrita aos orgânicos e à franja social mais engajada que simpatiza com Freixo. Esse setor para os padrões nacionais de militância é bastante numeroso, mas não transbordou para além daí. A diferença em relação a Pedro Paulo na última semana foi conseguida com o extraordinário desempenho do candidato do PSOL no debate da Globo e com o início do movimento que se apresentou de forma mais acabada posteriormente. Caso não estivesse nos debates – possibilidade ainda aberta para eleições futuras pela lei da mordaza –, as chances de ida ao segundo turno se reduziram sensivelmente. Pouco mais de 64 mil votos separaram Freixo e Pedro Paulo. A reta final do primeiro turno começou a desenhar o movimento massivo em que a campanha se transformou na segunda volta.

A luta democrática do segundo turno

No início do segundo turno existiu um alinhamento rápido dos votos das candidaturas da direita em torno de Marcelo Crivella. A diferença entre Crivella e Freixo havia sido de apenas 10 pontos. Isso deu um salto com a localização dos eleitores conservadores de Pedro Paulo, Bolsonaro, Índio e Osório na candidatura do bispo da Universal. Estava criada uma barreira territorial, social

e religiosa. Na primeira volta, a candidatura do bispo articulava líderes do fundamentalismo religioso com elementos escanteados pelo PMDB da política fluminense, como a família Garotinho e Rodrigo Bethlem. No segundo turno, a ampliação se deu em mais um eixo, o do crime organizado, com a adesão da milícia anunciando publicamente entrada na campanha de Crivella. Do ponto de vista territorial, essa barreira se manifestava com maior força na Zona Oeste: a mancha eleitoral de Crivella aponta predominância do candidato nessa região. O recorte social também aponta a opção dos mais pobres por Crivella. Por último, lutamos contra um candidato que praticamente unificou as lideranças e a massa de fiéis evangélicos da cidade do Rio de Janeiro, unidade que o PMDB sempre tentou evitar, cooptando sempre que possível importantes lideranças do fundamentalismo religioso. Tais fatores garantiram estabilidade à candidatura do bispo. Grande parcela desse eleitorado foi praticamente impermeável às ideias da campanha de Marcelo Freixo. Os percentuais de 92% dos votos válidos de eleitores evangélicos pentecostais e 80% entre os não pentecostais com Marcelo Crivella não deixam de ser uma das marcas substantivas dessa campanha.

Apesar da supremacia de Crivella nesses segmentos, a possibilidade da exposição das ideias da candidatura do PSOL, com 20 minutos diários de programa de TV em bloco e 35 minutos de inserções, fez da campanha no segundo turno um movimento de massas democrático e radical, com importantes parcelas da cidadania carioca engajada. Os comícios e as atividades temáticas de campanha passaram a reunir milhares de pessoas: foi criada uma campanha de veto a Crivella. A ideia de que era possível vencer estava colocada. Mais de 14 mil pessoas fizeram pequenas doações, mais de 1,4 milhão de reais foram arrecadados pela plataforma online, arrecadação recorde em campanhas eleitorais no Brasil. Rompemos de forma significativa parte da barreira etária imposta no primeiro turno, parcela importante da 3ª idade aderiu à campanha. Nas ruas era uma enxurrada de pessoas com

adesivos nas roupas panfletando sem qualquer vínculo orgânico com o partido.

O quadro eleitoral já apontava no primeiro turno a fragmentação da direita. Esta divisão também se expressou na separação dos meios de comunicação no segundo turno com posicionamentos ainda mais claros. Entre a possibilidade de vitória do bispo da Universal (detentora da rede Record) e a possibilidade de um candidato claramente de esquerda e com um programa democrático radical ganhar, a Rede Globo por eliminação optou pelo “mal menor”, ficando com o segundo. Uma conjunção raríssima que mostra a enorme margem de manobra que possui o Grupo Globo, já que em 2014 a Globo fez de tudo para destruir definitivamente Freixo. Não é necessário dizer que esse posicionamento ocorreu sem nenhum acordo, mesmo que tácito, ou porque era palatável a candidatura do PSOL, mas por interesses comerciais gigantescos, por manutenção de hegemonia ampla entre os meios de comunicação e provavelmente porque mais a frente também julgassem mais fácil derrubar um prefeito de fora do *establishment*. A capa da Veja traduziu um fenômeno de disputa de interesses similar.

Uma nova alternativa de esquerda é possível

A distorção produzida pela candidatura de Crivella sobre as pautas de direitos civis e liberdades individuais serviram para consolidar no ideário do eleitorado conservador a rejeição ao PSOL e a Freixo. Apesar disso, alcançamos 40% dos votos no total, com predominância sobre o eleitorado da Zona Norte e da Zona Oeste. Somadas as duas regiões, obtivemos 934.290 votos, 80% do total dos votos de Freixo. Os 20% restantes obtivemos no Centro e na Zona Sul. Este resultado serve para indicar não apenas o crescimento do PSOL, mas a entrada e possibilidade de trabalho social orgânico nessas regiões. Até então, nossas condições eram bastante reduzidas dependendo apenas da boa vontade de parcela

de militantes do PSOL-RJ. A campanha de 2016 é o elemento objetivo que faltava. Não se trata agora só de uma questão de vontade e disposição militante, já que as condições estão criadas. Um dos maiores objetivos dos dirigentes e militantes do PSOL-RJ deve ser ampliar e aprofundar o trabalho de base nessas regiões, em especial na Zona Oeste. O PSOL necessita crescer nas periferias e áreas pobres da cidade: só assim a hipótese de uma vitória completa estará colocada, tanto política quanto eleitoral.

A apuração do resultado no domingo 30 de outubro deu em parte a dimensão dessa possibilidade aberta. Mais de 10 mil pessoas não iam embora da Cinelândia apesar da derrota eleitoral, seguiam comemorando conscientes de que o resultado foi uma vitória potencial futura. Em seu discurso, Marcelo Freixo apontou a necessidade de mergulhar no trabalho de base na Zona Oeste, de enraizar e capilarizar a influência social do PSOL.

O desempenho eleitoral do PSOL no Rio de Janeiro é um patrimônio inestimável se bem aproveitado. A direção partidária deve se qualificar para estar à altura do desafio, já que ela praticamente não influenciou no resultado eleitoral como corpo dirigente articulado e coeso. Uma porta se abriu para o PSOL-RJ se transformar no maior e melhor partido do Rio de Janeiro, enraizado e de ação. As eleições devem servir para que o partido se credencie para as amplas massas como organização que defende o povo dos ataques que os atuais e próximos governos farão. No Rio, o PSOL sai em condições muito superiores para enfrentar as medidas de austeridade absurdas do governo Pezão-Dornelles e as futuras ações do governo Crivella. A militância, os dirigentes e figuras públicas devem ter como tarefa central organizar de alguma forma todos que se identificaram com o nosso projeto eleitoral de 2016 para avançar e pacientemente explicar nossas ideias a setores populares mais amplos, conquistando-os para caminhar conosco. No Rio de Janeiro, nasceu uma alternativa.

A eleição vitoriosa de Sâmia Bomfim: o fortalecimento do MES e o surgimento de uma nova liderança da esquerda em São Paulo

Paula Kaufmann, Pedro Serrano e Sâmia Bomfim¹

As eleições municipais de 2016, no Brasil, aconteceram num momento de crise generalizada. Com a economia em retração, o desemprego e a inflação em alta, um profundo desgaste da política institucional e da experiência recente do PT como governo, os resultados eleitorais acabaram premiando, majoritariamente, a direita. Foi o que ocorreu em São Paulo, cidade em que João Dória (PSDB) foi eleito em primeiro turno com 53% dos votos válidos. Empresário, milionário, ex-apresentador de tevê, afilhado político do governador Alckmin, o tucano apresenta suas credenciais na condição de “gestor” do município: privatização dos bens públicos, sucateamento dos serviços, ajuste fiscal, repressão aos movimentos sociais e alinhamento político com Alckmin, Temer e seus asseclas, como Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça.

Entretanto, se as eleições apontaram um cenário de dificuldades para o próximo período, também nela se materializaram polos de resistência e se produziram vitórias dos setores progressistas. A polarização política que se abriu a partir de junho de 2013 e o protagonismo crescente de novos movimentos sociais, dos setores da juventude e das mulheres, levou a que figuras públicas renovadas surgissem em diferentes cidades do país, como representantes das “vozes das ruas” e estabelecendo um contraponto radical à forma falida de se fazer política atualmente.

Consideramos a vitória de Sâmia Bomfim, primeira vereadora eleita pelo PSOL em São Paulo e a mais jovem mulher a ocupar o posto na Câmara Municipal da cidade, um exemplo nesse sentido. Ainda mais acompanhada da eleição de outras vereadoras combativas do PSOL em estados como RS, RJ e MG, além do

¹ Dirigentes do MES-SP.

interior de São Paulo, mulheres que já inauguram a construção de uma inédita “Bancada Feminista”.

Sâmia Bomfim tem vinte e sete anos, é formada no curso de Letras na USP, onde iniciou sua militância no movimento estudantil, e há cinco anos é servidora pública na mesma universidade, tendo participado ativamente de greves e do movimento sindical. Ela tornou-se uma das principais lideranças da “Primavera Feminista” que eclodiu no país em 2015 a partir da luta contra Eduardo Cunha e que se expressou em campanhas nas redes e nas ruas antes e depois desse evento. Antes disso, havia sido parte ativa dos levantes em junho de 2013 e de todo tipo de enfrentamento de rua, na cidade e no estado, durante as gestões de Alckmin e Haddad. Como militante do MES e parte de importantes experiências recentes da corrente, como a construção do Juntos! e do Juntas!, Sâmia agora se coloca em condição de ser uma das principais porta-vozes de uma geração de lutadores e lutadoras na maior cidade do país, além de renovar a presença da esquerda socialista e revolucionária no parlamento.

O país em crise e um PSOL que resiste e cresce

É preciso entender o triunfo da eleição de Sâmia no marco da situação política nacional e do desempenho do PSOL. As eleições municipais de 2016 foram as primeiras a ocorrer após os levantes de junho de 2013. Houve um turbilhão de lutas e de fatos políticos, avanços e retrocessos, de lá até agora. Num curto espaço de tempo, tivemos os embates contra a Copa do Mundo em 2014, protagonizados pelo MTST e com peso em São Paulo; levantes contra o aumento das tarifas dos transportes, em 2015 e 2016; o extraordinário ascenso secundarista em 2015; a já referida Primavera das Mulheres, que tomou as ruas e as redes e que segue em curso; inúmeras greves em setores do funcionalismo público, como professores, metrô e universidades; grandes Marchas da Maconha e paradas LGBT; entre diversos exemplos.

Contudo, a dinâmica pós-junho não foi linear e tampouco desenvolvida apenas à esquerda. A direita logrou disputar o imaginário dos protestos e das mobilizações, dirigindo gigantescas marchas de caráter reacionário e desenvolvendo seus próprios “movimentos sociais”, simulacros das ferramentas históricas dos trabalhadores e da juventude, como o MBL e o Vem Pra Rua. No terreno da política, aproveitaram-se da ausência de uma alternativa de esquerda para impor, como resposta à falência do PT, o golpe parlamentar do impeachment, que conduziu ao governo federal os setores mais atrasados e fisiológicos da política nacional, obstinados em implementar medidas brutais de ajustes e retrocessos em direitos, como a recente aprovação da PEC 55 e o início da tramitação da Reforma da Previdência. Conforme avança a Operação Lava Jato, esse mesmo governo tem seu envolvimento nos escândalos de corrupção exposto cotidianamente aos olhos de todo o país, o que aumenta o absurdo da situação e indigna as brasileiras e os brasileiros, já hoje amplamente contrários a Temer e favoráveis a novas eleições gerais.

Diante dessa crise econômica e política, o maior receio da classe dominante é que se produza uma alternativa de esquerda no país. Um polo que possa expressar, na arena política, a efervescência das lutas sociais que não param de se desenvolver. O PSOL, mesmo com suas limitações, é hoje o partido mais credenciado para tal, e por essa razão foi organizada, antes das eleições de 2016, uma reforma eleitoral que atingiu diretamente nosso partido: a maior parte de nossos candidatos e candidatas às prefeituras não tiveram mais de 10 segundos de tempo na televisão, muitos foram excluídos dos debates, e as candidaturas proporcionais contaram com pouquíssimos recursos e oportunidades para divulgação de suas ideias. O regime trabalhou para que não surgissem novas experiências como a de Luciana Genro candidata à presidência em 2014, quando o PSOL ficou em 4º lugar, polarizou os debates na televisão e referenciou um pequeno mas importante setor da sociedade em torno de propostas radicais.

Mas o objetivo geral de apagamento do PSOL da cena política não foi atingido. Essa foi uma importante vitória nas eleições de 2016. Embora a reforma eleitoral tenha limitado um crescimento exponencial, o PSOL preservou seu espaço e até mesmo cresceu. A ida para os segundos turnos no Rio de Janeiro, Belém e Sorocaba, além dos bons desempenhos nos primeiros turnos de cidades como Porto Alegre, foram postos importantes de postulação nacional. E da mesma forma o crescimento da representação legislativa, ainda mais renovando o perfil de nossos parlamentares, com mais lideranças jovens e mulheres. São Paulo, de que falaremos melhor adiante, inscreve-se nesse marco.

A resistência e o crescimento do PSOL só ocorreram por conta da combinação de dois fatores: a referência que o partido criou nos últimos anos de atuação parlamentar ética e combativa; e a sintonia real de nossa militância com os processos vivos de luta e enfrentamento. Em São Paulo, é impossível entender a eleição de Sâmia Bomfim senão considerando sua campanha como expressão das múltiplas lutas citadas acima, de que Sâmia e nosso grupo foram parte. Portanto, da síntese desses elementos queremos construir seu mandato: um mandato-ativista, de combate e denúncia permanente do sistema, de ligação íntima com os interesses dos trabalhadores e dos movimentos sociais, um bastião da organização das mulheres; enfim, um mandato que terá lado definido na luta de classes, como um megafone das lutas do povo.

São Paulo precisa de uma esquerda que não tema dizer o seu nome

O resultado das eleições em São Paulo apresenta ao mesmo tempo lições e desafios para os lutadores da cidade. A avassaladora vitória de Dória se explicou, em parte, pelo “voto útil” que ele logrou receber de muitos que não queriam a reeleição de Haddad e vetaram a ida deste ao segundo turno, votando no tucano.

Assim como no marco nacional, o PT saiu derrotado. As regiões periféricas, fiéis historicamente aos petistas, votaram no PSDB. E mesmo o “voto útil” de esquerda, que Haddad em parte atraiu para si na reta final da campanha, foi um tiro que saiu pela culatra, pois, ao impedir a “dispersão” de votos no primeiro turno, acabou favorecendo a vitória de Dória. O que explica esse cenário?

A experiência de quatro anos de uma nova gestão petista na cidade deixou conclusões. Haddad foi eleito em 2012 na campanha mais cara a prefeito de todo o Brasil. No auge de seu prestígio político, Lula escalou o marqueteiro João Santana (hoje preso por envolvimento em corrupção) para vender a imagem de um “Homem Novo” para São Paulo. A “novidade” era construída com base no velho *modus operandi* petista para eleições: relações promíscuas de financiamento com os setores pesados do empresariado, rebaixamento programático e um plano de governo digno de um partido do sistema, sem nenhuma aliança ou compromisso com os setores populares e com a classe trabalhadora. Um símbolo acabou sendo o aperto de mão entre Haddad e Maluf, intermediado por Lula, no belo jardim da mansão do político do PP, um reconhecido corrupto e “filhote da ditadura” paulistano. Na ocasião, Luiza Erundina, que seria vice de Haddad, em protesto, abandonou a chapa petista.

Nos primeiros anos de gestão, Haddad se alinhou à gestão estadual de Alckmin em múltiplas políticas, como o aumento das tarifas do transporte. Em junho de 2013, o tucano e o petista estiveram juntos em cada passo da batalha dos governantes contra a juventude e o povo que protestava. Viajaram para Paris em meio ao auge dos protestos, construindo a candidatura de São Paulo para a Expo 2020, enquanto o povo na rua era massacrado pela Polícia Militar. Depois, com toda a justiça, foram derrotados.

Apenas diante de uma exponencial queda de popularidade e prevendo dificuldade de reeleição em 2016, Haddad afastou-se ligeiramente de Alckmin e, do meio para o fim da gestão, apostou em medidas pontuais que lhe deram visibilidade, como

as cicloviárias, as ruas abertas, a valorização do carnaval e das festas de rua e a redução das velocidades na marginal. Se políticas desse perfil, por um lado, lhe renderam a imagem de um prefeito “progressista” em comparação com seus antecessores, os terríveis Serra e Kassab, por outro lado revelaram as próprias limitações do projeto petista. De tal forma enredado nos interesses graúdos dos empresários e mafiosos da cidade, em momento algum a gestão Haddad chegou à raiz dos problemas, muito menos reverteu políticas graves, como a privatização da saúde, a desvalorização do funcionalismo ou a revisão dos contratos dos transportes. Hoje, é curioso notar que o secretário nomeado por Dória para a pasta de “Desestatização e Parcerias” (responsável pelas privatizações), Wilson Poit, trabalhou também na gestão Haddad, por dois anos. Como é sabido, mesmo após junho de 2013, o prefeito aumentou outras duas vezes as tarifas, deixando evidente o contato íntimo entre sua gestão e a máfia dos transportes, intermediado pelo secretário Jilmar Tatto.

Para que seus verdadeiros problemas sejam atacados e a vida do povo melhor, São Paulo precisa de uma esquerda que não tema dizer o seu nome, como diz o livro de Vladimir Safatle. A velha esquerda que se esgotou, que se tornou covarde no alcance da política e arrogante no trato com os movimentos de rua², já não é mais alternativa, e não podemos permitir que apenas a direita tradicional se apresente como contraponto. Construir uma alternativa de massas dos trabalhadores e do povo de São Paulo é tarefa que deve ser levada adiante ao lado da luta incansável contra o novo prefeito eleito, cujas medidas atacarão frontalmente o povo mais pobre. É uma ofensa à população paulistana — milhões de cidadãs e cidadãos em sua ampla maioria trabalhadores — ser governada por um sujeito que possui, em patrimônio, mais de

2 Em recente entrevista para Mônica Bergamo, na Folha de São Paulo (21/11/2016), Haddad voltou a caracterizar os movimentos de junho de 2013 como obra de uma suposta classe média conservadora. A arrogância para com manifestantes foi marca da gestão petista. Entre outros episódios, no início de 2016, quando de um novo aumento na tarifa de ônibus, o prefeito deu a absurda declaração de que, em breve, o Movimento Passe Livre reivindicaria “almoço grátis, jantar grátis, ida para a Disney grátis.” (Folha de São Paulo, 21/01/2016).

R\$ 160 milhões, que é conhecido como lobista, que propõe uma agenda privatista e austera para acabar com o patrimônio público e destruir os direitos do povo. Se nas eleições Dória iludiu um setor expressivo da sociedade em torno da ideia de “gestor” e de “trabalhador”, muito rapidamente sua máscara deverá cair, e o enfrentamento será acirrado contra suas políticas e as de seus aliados em âmbito estadual e federal.

O momento pede que o PSOL se apresente de forma convicta e ousada, como um partido movimento capaz de dialogar com o sentimento das massas, com os movimentos de rua mais avançados, e de intervir na institucionalidade para lutar contra ela própria, defendendo os interesses do povo. São Paulo seguirá sendo, também, um ponto de referência para as lutas nacionais e espaço privilegiado para que a política de oposição ao governo Temer se desenvolva, por meio do combate combinado ao ajuste e à corrupção e da denúncia da casta política que, com pilares de sustentação no estado e na cidade mais ricas do país, nos governa em nível nacional.

Sâmia Bomfim se credencia para ser uma das principais referências nesse sentido. Como um tribuno do povo na Câmara, ela poderá representar a emergência de uma nova esquerda, avessa aos privilégios e à acomodação parlamentar, e fiel aos movimentos de rua. O potencial para criação de referência em torno de seu nome ficou patente já na semana seguinte à eleição, quando Sâmia esteve na capa dos principais jornais do país, como *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, além de revistas como *Carta Capital*, *Istoé* e até mesmo na mídia internacional. Da força de sua figura, que representa um acúmulo e uma luta coletiva, podemos contribuir para a construção de uma alternativa. E nessa empreitada, não partimos do zero, pois levamos em conta o importante legado deixado pela candidatura de Luiza Erundina pelo PSOL em 2016, e o próprio acúmulo histórico de nosso partido em âmbito nacional e local nos últimos dez anos.

Um mandato feminista e classista

Há alguns anos, a pauta de mulheres era considerada uma pauta transversal. Após a Primavera das Mulheres, ela não só ganhou uma certa autonomia como têm de fato atravessado todos os setores mais dinâmicos no país, das lutas secundaristas às lutas populares. Podemos dizer que hoje, a vanguarda que está se forjando nas ruas, além de expressar uma nova geração de jovens, ativistas, trabalhadores, etc., também é uma vanguarda feminista, tanto pela composição quanto por seus ideais. Por isso, é preciso que todos os militantes e ativistas da esquerda revolucionária reflitam o movimento feminista e a organização de mulheres como uma prioridade.

Com a atual conjuntura e a falência do projeto de setores tradicionais do movimento de mulheres, como o PT e PCdoB, cresce a responsabilidade de construirmos na cidade de São Paulo um mandato feminista e classista, mas conectado com o que há de mais renovado e dinâmico na nova vanguarda feminista que vem despontando.

As eleições municipais de 2016 também demonstraram como as mulheres estão cada vez ocupando mais a política institucional. O fenômeno da primavera feminista teve sua expressão eleitoral em todo o país. Diversas candidaturas inspiradas no assenso da luta das mulheres se destacaram, sendo o PSOL o principal partido a apresentar tais candidaturas. Foram 10 mulheres eleitas. Destacamos as companheiras Fernanda Melchionna, do MES, a mais votada de Porto Alegre; Áurea Carolina, do movimento Muitas, a mais votada de BH; Marielle Franco, quinta candidata mais votada do Rio de Janeiro; Mariana Conti, única mulher da Câmara de Campinas; além da Sâmia em São Paulo.

Diante deste fenômeno, apostamos na Bancada Feminista do PSOL como forma de articular estes mandatos, propor projetos de lei e atuação em conjunto, em contraponto às Câmaras e prefeituras alinhadas à direita e a uma política conservadora.

Temos muitas possibilidades de impulsionar o PSOL como polo aglutinador do feminismo por meio desta articulação, pois diante da recessão econômica e retirada de direitos sociais, as mulheres devem seguir como o principal setor a protagonizar as mobilizações de rua e as diversas formas de resistência.

Em parceria com o Juntas, nosso mandato deverá ser a ponta de lança das lutas feministas da cidade, mas também elaborar uma política de enraizamento do feminismo nas periferias e tornar-se um polo de acolhimento de mulheres.

A Primavera Feminista já mostrou em muito o caminho. Agora, é preciso organização e disposição. As mulheres estão cada vez mais na linha de frente. Que sejamos cada vez mais feministas e socialistas!

O já feito e o que será

A extraordinária vitória de Sâmia Bomfim representa o coroamento de uma construção história empreendida pelo MES no Brasil e em São Paulo, construção que agora demonstra força para a luta política. Além de fundadora do PSOL, nossa corrente no último período sustentou leituras a respeito da crise econômica e política mundial e do contexto brasileiro que nos possibilitaram êxitos políticos. Especialmente, ter vislumbrado na juventude um setor prioritário de intervenção nos colocou em condição de intervir bem em junho de 2013 e nos processos que se seguiram, episódios que marcaram a geração de jovens da qual faz parte Sâmia. Na disputa eleitoral, já havíamos apostado em uma candidatura de juventude em 2014, com Thiago Aguiar, e agora, em outro patamar de intervenção, triunfamos.

Em São Paulo, de uma construção originalmente estudantil, estamos expandindo nossa intervenção para outras frentes. Ao passo em que mantemos uma presença importante na Universidade de São Paulo, onde recentemente vencemos as eleições para o Diretório Central dos Estudantes contra uma chapa

do PT apoiada excêntrica e melancolicamente pelo ex-presidente Lula, avançamos para setores da classe organizada. Em 2016, elegemos dois companheiros para o Sindicato dos Metroviários e recentemente organizamos chapa de oposição para o Sindicato de Trabalhadores da USP, obtendo expressivo resultado de 30% dos votos contra uma direção encastelada na entidade há décadas. Seguimos colhendo frutos de nossa intervenção decidida na luta secundarista e na primavera feminista, no ano passado. Nosso trabalho popular, consolidado na Zona Sul, está em condições de se ampliar para regiões como Perus, cuja abertura de trabalho ocorreu por meio de secundaristas. A expansão do Juntos! é uma realidade promissora com o Acampamento Internacional e o Congresso da UNE em 2017, bem como a potência da Rede Emancipa, que completará dez anos de existência.

Realizamos nossa Conferência Estadual do MES em 10 e 11 de dezembro para posicionar a corrente diante dos desafios. Sabemos que temos possibilidades e responsabilidades ampliadas. O peso sobressalente de São Paulo na conjuntura nacional faz com que as lutas sociais e políticas daqui reverberem pelo país. É importante mencionar também a implantação da corrente em cidades do interior, como, entre outras, Sorocaba, Campinas, São Carlos, Rio Claro e Ribeirão Preto, e da região metropolitana, como Itapevi, em que obtivemos bons resultados eleitorais.

E na capital sabemos que reside nosso maior desafio. Faremos do mandato de Sâmia Bomfim uma referência para as lutas da cidade, um instrumento para a luta de nossa classe, das mulheres e dos jovens, e também uma plataforma a partir da qual poderá de fortalecer a estratégia da nossa corrente, ampliando nossa coluna de militantes e quadros. Como diz a música, se muito vale o já feito, mais vale o que será.

A esquerda precisa unir a luta contra o ajuste à luta contra a corrupção

Roberto Robaina e Israel Dutra¹

Uma grave crise política marca a cena nacional. Tal crise se combina com o agravamento da piora nas condições de vida do conjunto da população, com a crise econômica se aprofundando. Os dados são alarmantes: não há previsão alguma de recuperação e a economia encolheu 8.3% desde o início da atual recessão prolongada.

A tragédia que comoveu o país, com o terrível acidente da equipe de futebol da Chapecoense, não impediu que os deputados e senadores votassem duas agendas contra o povo: a continuidade do ajuste e medidas que desfiguram o pacote anticorrupção, ameaçando assim a continuidade das investigações da Operação Lava Jato.

A aprovação em 1º turno da PEC do teto de gastos (55) no Senado, mesmo na condição de forte contestação, com uma combativa marcha que reuniu 20 mil pessoas na Esplanada, foi obra da articulação de Renan com Temer para seguir a agenda da “Ponte para o Futuro”, a soldo dos interesses do patronato nacional.

Horas mais tarde, a Câmara aprova a emenda do PDT que resgata a antiga PEC 37 restringindo o poder de investigação do Ministério Público e dos Procuradores. Renan busca imediatamente concluir sua obra: salvar a casta, o governo Temer e garantir que não exista interpenetração entre as duas pautas. Uma jogada de mestre para sustentar o Congresso e o governo.

A questão que moveu toda a crise foi a tentativa desesperada dos principais partidos, unindo PT, PSDB, PMDB e cia, para garantir a anistia ao Caixa 2, a revelia do clamor popular. Não fosse a crise entre Calero e Geddel, Temer e os dois chefes das casas legislativas não teriam cedido nesse quesito.

¹ Dirigentes do MES e do PSOL.

A bancada do PSOL corretamente foi artífice, junto com a bancada da Rede, mais de uma vez, da denúncia da aprovação da anistia ao caixa 2. Também o PSOL teve uma postura acertada ao votar contra a emenda que limitava o poder dos procuradores e juízes.

No meio desse tabuleiro de insatisfação popular e acordos espúrios, a manifestação do dia 29 contra a PEC sinalizou um ponto importante da resistência ao ajuste, encabeçado pela juventude que ocupa escolas e universidades. Entretanto, na outra frente que debilita a casta e o governo – a da luta contra a corrupção – uma parte da esquerda se nega a lutar contra a corrupção, enfraquecendo a luta contra o governo, abrindo caminho para recomposição de Renan e do regime. E o mais grave: deixando uma avenida aberta para que grupos direitistas tenham um protagonismo quase solitário na tentativa de canalizar a indignação popular.

A posição desastrosa foi a das Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo (BA): condena a luta contra a corrupção, criminalizando todo o poder judiciário afirmando que a Operação Lava Jato nada mais é do que uma operação de “agentes do imperialismo”. Essa definição desastrosa não só não arma corretamente as tarefas do período como também é responsável pelo crescimento da direita nas ruas.

Para essas frentes o que aparenta é que, parafraseando Caetano, “não estão entendendo nada”; a votação crescente de nulos e brancos em outubro, a rejeição a todos políticos, como mostra as pesquisas de popularidade dos governos, e o sentimento das ruas não lhes dizem nada.

A esquerda não pode ficar refém dessa lógica, “solidária” com a casta política, numa narrativa que apenas conduz ao apoio – direto ou indireto – a Renan; o mesmo Renan que é o articulador do ajuste e da PEC.

A Operação Lava Jato ganhou um salto de qualidade quando prendeu no Rio de Janeiro, com evidências claras, o ex-governador

Sergio Cabral. Sua fortuna acumulada é apenas a ponta do iceberg da quadrilha que dirige o poder no Rio de Janeiro nos últimos dez anos e agora, através de Pezão e Picciani quer descarregar um brutal ajuste contra o povo e o funcionalismo. A prisão de Cabral foi celebrada por todos os cantos da capital carioca.

É preciso fazer um combate sem tréguas contra a direita, seja a direita que governa seja a que busca “tomar as ruas”. Somos parte daqueles que tem enfrentado o MBL nas ocupações de escola, nos debates, nas próprias ruas. E sabemos que não se combate a direita deixando o terreno livre para posarem de arautos da luta contra a corrupção. Na etapa anterior, esses setores conseguiram desviar o justo sentimento da luta contra a corrupção, para a luta contra Dilma, resultando no Impeachment. Agora, a luz do governo Temer, a situação é diferente: Renan e os governos estão na berlinda porque precisam salvar a casta e promover o ajuste. Isso causa fissuras no próprio campo da direita. E disputar nas ruas a indignação popular é uma tarefa elementar.

Os setores das “frentes” que se recusam a dar esse combate, confundem a vanguarda e dividem a luta contra o governo. Acabam enfraquecendo a luta contra o ajuste, ao depositar confiança no congresso e jogar no colo da direita a luta contra a corrupção.

Toda a posição tem contexto. Num momento em que o ataque aos procuradores tem como objetivo liquidar a Lava Jato e garantir a impunidade dos que fizeram o impeachment para abafar a operação, dando como contrapartida para a classe dominante a aplicação brutal do ajuste neoliberal, se somar a estes ataques é fazer o jogo deles.

Se a esquerda seguir insistindo na tecla de opor-se ao discurso anticorrupção vai se isolar cada vez mais do povo, levando o conjunto da vanguarda à uma derrota.

Uma esquerda de verdade precisa seguir a luta contra o ajuste, nas mobilizações estaduais, na luta contra a PEC e ser consequente na luta pelo prosseguimento da Lava Jato como se posicionaram Luciana Genro, Chico Alencar, José Padilha, entre

outros. Unir as duas lutas é a única saída para resistir ao governo Temer e tirar as profundas conclusões da experiência do lulismo como uma esquerda que se corrompeu e se transformou em parte do regime.

29N: prosseguir a luta, ocupar e resistir

Nathalie Drumond e Fabiana Amorim¹

O último dia 29 de novembro marcou a luta da juventude e suas ocupações. O gigantesco ato em Brasília foi um recado para os poderosos desse país, de que nada mais sobre as nossas vidas será decidido sem que sejamos ouvidos. Estamos atentos e preparados para resistir. O Juntos! apostou todas suas fichas no 29N, mobilizando de norte a sul do Brasil, para que Brasília se transformasse na capital das ocupações e a juventude transbordasse toda sua resistência e solidariedade.

Contra as medidas de Temer a juventude está em luta!

A caravana da juventude em Brasília no dia 29 não foi um ato qualquer, mas sim o encontro da geração que tem transformado o movimento estudantil brasileiro no maior e mais pulsante do mundo. Desde o anúncio das primeiras medidas de Michel Temer, que atacam frontalmente a educação, os secundaristas voltaram a ocupar suas escolas e também Institutos Federais, se espalhando então para as universidades federais e até mesmo privadas. A juventude se tornou inimiga declarada do governo Temer, que com a PEC 55 (antiga 241) e seu teto nos gastos públicos durante 20 anos, pode chegar a cortar mais de 40% do orçamento da educação, afetando nossas escolas, universidades e também a educação básica. Já com a MP do Ensino Médio, que não propõe nenhum calendário de debate nas escolas, vai flexibilizar o currículo e ampliar a carga horária, o que é completamente contraditório para um governo que vai congelar gastos na educação. Por estas e por outras coisas, a um ano da primeira ocupação de escola em São Paulo, os estudantes do país inteiro se levantam e decidiram tomar para si o seu futuro. Ou, como temos dito, nada sobre nós será decidido, sem nós.

¹ Grupo de Trabalho Nacional do Juntos!

Mesmo assim, Michel Temer e Mendonça Filho, Ministro da Educação, não sinalizaram nenhum espaço de diálogo com os estudantes. Muito pelo contrário, todas as oportunidades que tiveram foram para subestimar o entendimento dos estudantes sobre as medidas do governo e nos reprimir. Demonstrando que a intransigência também é parte do seu pacote de ajuste contra povo. Por isso, o movimento estudantil de conjunto e diversos movimentos sociais e de trabalhadores, como ANDES, SINASEFE e FASUBRA, decidiram ocupar Brasília dia 29, no primeiro turno da votação da PEC 55 no Senado, para colocar contra parede Temer e seus aliados.

Brasília: coração das ocupações

Enquanto os ônibus de todos os cantos do Brasil chegavam em Brasília, amanhecemos com a trágica notícia da morte de 71 pessoas na queda do avião da Chapecoense. O país se debruçou em lágrimas e solidariedade. Ainda assim, Congresso e Senado decidem seguir com suas votações a toque de caixa, demonstrando completa insensibilidade dos poderes com o que ocorre do lado de fora de seus castelos. Mais evidente ainda isso ficou, assim que o protesto em Brasília se iniciou. Vivemos horas atordoantes de intensa repressão. Bombas de gás lacrimogênio, bala de borracha, gás de pimenta, cavalaria e helicópteros, essa foi a maneira que Temer recebeu as mais de 20 mil pessoas que ocupavam a esplanada.

Há de se fazer um destaque especial para a coluna do Juntos!, que além de ser a mais organizada e uma das maiores, com cerca de mil estudantes secundaristas e universitários de todo país, foi certamente uma das mais corajosas. Fomos a linha de frente do ato e quem manteve firme suas bandeiras em meio ao gás lacrimogênio.

Contra o ajuste e a corrupção!

Como se não bastasse a intransigência do Senado e a aprovação da PEC 55 por 64 votos contra 14, no mesmo dia o Congresso votava as 10 medidas contra a corrupção. No entanto, o que era para ser um pacote de maior intransigência com quem rouba o dinheiro do povo, se transformou pelas mãos dos congressistas numa manobra para salvá-los da condenação. O Juntos! levantou alto sua faixa no dia 29, dando o recado de que não aceitamos nenhum ataque aos direitos do povo, mas tampouco manobras dos corruptos para salvar suas cabeças.

Sabemos que mesmo possuindo a maioria nos parlamentos – a custa de jantares e troca de favores para aprovar suas medidas –, Temer não consegue estabilizar seu governo tanto pela resistência da juventude, quanto por ter um governo atolado em corrupção. Um dia após o dia 29, Renan Calheiros vira réu no STF. No dia seguinte, lá estava o Juntos! em escracho na sua mansão, exigindo o Fora Renan. Nesta semana, até mesmo o presidente da OAB pediu o afastamento imediato do presidente do Senado. Além do pedido do STF, que acusa Renan de ter desviado dinheiro de seu gabinete para uma locadora de veículos que não prestou nenhum serviço, o senador pode estar naquela que será mais uma bomba atômica no regime. O acordo de delação premiada dos donos da Odebrecht, contém mais de 200 nomes de políticos que se beneficiaram e receberam dinheiro da empreiteira. Não a toa tentam a todo custo frear a Operação Lava Jato, o regime não quer nenhum político a mais na prisão. O próprio Awaaz nesta semana iniciou uma petição alertando para a tentativa de frear a Lava Jato, que já causou muito estrago para os de cima.

A juventude vai seguir resistindo

Cada estudante que voltou de Brasília teve ao menos uma certeza: somos muitos. As ocupações de escolas e universidades

produziu uma geração de milhares de jovens radicalizados dispostos a doar suas vidas para garantir seus direitos. Justamente por isto, nós não retrocederemos. Independente do que os parlamentos, tão deslocados da vida do povo, votem, esta vitória ninguém tira de nós. Voltamos para os nossos estados ainda mais fortalecidos para seguir resistindo: dia 13 ocuparemos as ruas do país mais uma vez.

Sabemos que a PEC 55 é só a primeira medida do pacote de retrocessos que o governo Temer prepara para ajustar as contas da crise econômica em cima do povo mais pobre e trabalhador. O ano que vem seguirá sendo de muito enfrentamento e luta, e é justamente por isso, que nós do Juntos! organizaremos durante a páscoa (15 e 16 de abril) um grande acampamento internacional na cidade do Rio de Janeiro, para seguir organizando aqueles que não abrem mão de seus sonhos e seu futuro.

DOCUMENTOS

Eleições 2016: uma primeira leitura de balanço e perspectivas
Secretariado Nacional do MES
14 de outubro de 2016

Esse é um primeiro balanço de um intenso processo eleitoral, onde participamos ativamente, nos jogando para defender o PSOL como uma alternativa real para milhões de brasileiros. Tampouco podemos ter definições cerradas ou categóricas ao extremo. Nesse momento, se disputam importantes eleições no segundo turno, onde o PSOL tem presença em três delas: Belém (PA), Sorocaba (SP) e Rio de Janeiro. Nesta última, se decide muito do signo para os embates que virão, onde Marcelo Freixo expressa um amplo setor democrático radical que pode servir como um polo de esperança para as batalhas que virão.

Assim, consideramos inicialmente o resultado de uma eleição que foi determinada pelo que chamamos de “fim de ciclo”. Este é o marco fundamental para nossas elaborações. As eleições municipais de 2016 tiveram como resultado mais importante a vitória eleitoral da direita, em particular do PSDB, com o aparecimento inédito de forma organizada – ainda que bastante minoritária – de forças da extrema-direita nas Câmaras Municipais e na vida política das cidades. Este crescimento foi de responsabilidade do PT, que durante 13 anos governou em colaboração com a burguesia e frustrou as expectativas de milhões, sobretudo por sua degeneração moral, que veio na esteira de sua capitulação política.

Depois de governar 13 anos com um pacto de classes a serviço dos grandes capitalistas e banqueiros, o PT foi desalojado do poder através de um golpe palaciano. Seu principal sócio, o PMDB, abandonou seu acordo com a Dilma e se passou para as trincheiras da oposição, protagonizando o processo de impeachment da presidente. Desgastada por ter um programa de ajuste contra os trabalhadores, Dilma não foi defendida pelo povo. Nem o PT foi defendido pela população, acossado por enormes escândalos de

corrupção, descobertos na megaoperação chamada de Lava Jato. A associação com os grandes empreiteiros e a casta política levaram à prisão os donos das principais construtoras do país como a Odebrecht e a OAS, bem como dirigentes importantes do PT como José Dirceu, Antônio Palocci e tesoureiro João Vaccari.

Neste quadro de apatia e desencanto, a economia não consegue progredir, com uma queda no poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, um aumento no desemprego, com vários postos na indústria e no comércio sendo fechados. O novo governo, ilegítimo, de Michel Temer também está diretamente envolvido na corrupção revelada na Lava Jato e aponta uma agenda de retirada de direitos, como o congelamento do orçamento para saúde e educação, a reforma trabalhista, que amplia o número de horas semanais trabalhadas, e a reforma da Previdência, que amplia a idade mínima para a aposentadoria.

Assim, o resultado desta eleição fortalece a agenda conservadora do governo Temer e o domínio burguês, ainda que esteja longe de estabilizar este domínio, como prova a retumbante quantidade de votos nulos, brancos e abstenções, que em muitas capitais superaram os que venceram o primeiro turno. E mais ainda esta estabilidade fica distante quando se sabe que o governo segue sem apoio popular e não terá nada de bom para entregar ao povo. Ao contrário, promoverá ataques aos interesses populares e o povo, embora enfrentando terríveis dificuldades, não está derrotado.

O que refletiu as urnas foi o sentimento de apatia, com o crescimento da direita e uma *débâcle* do PT. E a *débâcle* do PT atingiu a esquerda enquanto um todo ao desacreditar a possibilidade de uma alternativa ao regime do capital e à política tradicional.

Apesar desta dificuldade o PSOL cresceu, em particular nas capitais. Não cresceu, é certo, em todas, mas se tornou um fato nacional ao ir para o segundo turno na disputa do Rio de Janeiro. Tal fato não é suficiente para que o partido se torne uma alternativa de poder, nem ainda para que se afirme como capaz de superar

as restrições antidemocráticas que estão sendo preparadas no Congresso Nacional. Mas, no caso de vitória, pode se converter no lugar privilegiado de recomeço da chamada esquerda brasileira.

O reverso da vitória do PSOL no Rio de Janeiro foi o resultado do PMDB carioca, que sofreu um revés importante em uma capital que era um de seus centros de poder. O PMDB também perdeu em Belo Horizonte e em São Paulo.

A militância do MES se jogou apostando numa hipótese, especialmente na batalha que demos em Porto Alegre: de que seria possível superar as dificuldades para colocar em pé uma alternativa de esquerda, renovada e contemporânea, com capacidade de disputa do poder local. Essa hipótese esteve colocada em Porto Alegre e corretamente apostamos todas as fichas no desenvolvimento dessa luta. Nos orgulhamos de ter apresentado Luciana Genro, cujo destaque programático ficou evidente e cujo resultado nos capacita para disputar influência de massas na capital gaúcha.

Mas a “brecha” para a conquista da prefeitura não pôde ser atravessada. A hipótese de vitória, ida ao segundo turno, que seria capaz de mudar a correlação de forças e construir uma ponte de continuidade com as demandas de Junho, não se deu em 2016. Se a brecha aberta tivesse se confirmado até o final poderíamos ter uma saída positiva e pela esquerda para a indignação, abrindo uma etapa como foi a de 1988, quando o PT expressou politicamente o ascenso e a busca por novos modelos políticos. E, mais recentemente, verificamos isso na vitória das prefeituras pela mudança por toda a Espanha, como parte do ciclo dos indignados, da conformação do Podemos e das “Confluências” nos municípios. Esta batalha ainda segue aberta no Rio de Janeiro, mesmo que com outra direção e sem os vínculos internacionalistas.

Ao não se confirmar a travessia da brecha, o que não se viabilizou foi a chance de surgir uma esquerda em curto prazo com peso de massas, que arrastasse as massas populares pelo exemplo prático de governo plebeu. Sabíamos que seriam eleições

difíceis, já marcadas pela Lei Cunha, primeira expressão eleitoral das mudanças reacionárias do regime. Mas mesmo assim víamos também uma chance que nos abriria uma oportunidade histórica, a chance de uma excepcionalidade que poderia não impedir que o giro à direita fosse o que primasse no terreno eleitoral do país, mas que pelo menos se pudesse a disputar o signo deste balanço com contrapontos capazes de mostrar força para apresentar outra alternativa de poder.

A burguesia brasileira não poderia deixar a esquerda socialista galvanizar o descontentamento e desbordar pela esquerda a crise do regime; tendo leitura do processo ocorrido na Europa, buscou interditar a hipótese de um novo 1988. Sua luta foi pouco percebida por parte da esquerda, através da Lei Cunha, uma reforma eleitoral proscritiva que nos sacou quase que todo o tempo de televisão. Nossa corrente esteve na vanguarda deste combate desde o início. Mas perdemos a batalha e o PSOL enquanto um todo demorou para sair a campo nesta luta.

Eduardo Cunha cumpriu o papel reacionário de garantir o fechamento dessa janela, através de sua lei que foi sancionada por Dilma e apoiada pelos principais grupos de poder no país. Cunha, posteriormente cassado, foi um “fusível” útil que a burguesia mais lúcida queimou para remover o PT do núcleo do poder e ao mesmo tempo evitar o surgimento de um movimento eleitoral “a la Podemos”.

Isso explica por que nossos resultados foram mais modestos do que pareciam ser na primeira etapa da campanha, onde ainda não tinha se sentido o peso da TV. Tal fenômeno se demonstrou em várias cidades importantes, onde o PSOL já tinha logrado votações altas, como Fortaleza e Natal, e se deu de forma definitiva em São Paulo, onde Erundina, mesmo tendo sido prefeita e com uma grande simpatia por ter se perfilado contra Cunha, não conseguiu manter a votação inicial, terminando ultrapassada por Fernando Haddad – que tinha não apenas o tempo do PT, como o de Chalita, do PR e alguns outros partidos fisiológicos.

Também cumpriu um papel de dique de contenção a força que um setor do PT distanciado do núcleo lulista ainda conservou, multiplicado pela sua própria máquina e o tempo de TV. Foi o que ocorreu em Porto Alegre, São Paulo, Natal, Fortaleza e Recife, para citar as principais cidades. Isso ficou claro em comparação com o Rio de Janeiro, onde o PT já não disputa o movimento real em muito tempo, desde a intervenção contra Vladimir Palmeira, no longínquo ano de 1998. O PT, aliás, era até então o principal aliado do PMDB no Rio de Janeiro, com Adilson Pires na vice-prefeitura de Paes. Sem falar na amizade que Lula nutria por Paes, revelada de forma grotesca no diálogo sobre a condenação de Lula. Nesse caminho, foi o PSOL que já em 2012 se anunciou como esquerda real e que agora ganhou os votos de oposição, deixando Jandira e Molon nos últimos lugares da disputa. Assim, onde o PT já não existia, o PSOL capitalizou e pôde se apresentar como alternativa.

A “mancha” na bandeira da esquerda causada pelo PT, CUT e seus satélites custou caro para o conjunto das forças democráticas radicais nessa eleição. Assim, o resultado fortalece a agenda conservadora do governo Temer e o domínio burguês, ainda que esteja longe de estabilizar este domínio, como prova a retumbante quantidade de votos nulos, brancos e abstenções, que em muitas capitais superaram os que venceram o primeiro turno.

Apatia, indignação e desencanto

O sintoma mais evidente da crise do regime se verificou durante todo o período eleitoral: a apatia que cruzou o conjunto do processo. Não houve nenhuma comoção, as campanhas foram todas muito apáticas, e o que marcou foi a rejeição ao conjunto dos “políticos”.

Somada à indignação, o clima morno da campanha gerou um fenômeno abstencionista expressivo na votação. Cerca de 17% do eleitorado total do país sequer compareceu as urnas. Contudo,

a soma de votos nulos, brancos e abstenções chegou a ser majoritária nas principais cidades do Brasil, um dado incrível. Tal soma ganhou em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Cuiabá, Curitiba, Porto Velho, Campo Grande, Belém, para citar as capitais.

Analisando São Paulo, onde Doria venceu já no primeiro turno, com 3.085.187 votos, a soma dos votos nulos, brancos e abstenções superou essa marca, obtendo 3.096.304 eleitores. O peso expressivo do “não voto” é a tradução do desgaste do regime, aparecendo uma grande bronca com os “políticos”, todos eles envolvidos na casta e nos grandes esquemas de corrupção, além dos inúmeros estelionatos eleitorais cometidos tanto pela “esquerda”, no caso o PT, quanto pelos partidos da “direita”.

Há que se agregar o dado que a pesquisa de opinião que saiu na semana seguinte ao pleito demonstrou: que Michel Temer segue sendo repudiado pela maioria da população, onde quase dois terços desaprovam sua gestão.

Ao mesmo tempo, os votos nulos, brancos e abstenções, mostram a dificuldade das massas encontrarem um canal positivo de descontentamento. O fracasso do PSTU, talvez definitivo, é também expressão de que a mera denúncia do regime não foi capaz de fazer esta ponte entre a indignação e a construção de outra política.

Vitória eleitoral do PSDB e da direita

O PT foi castigado de uma maneira sem precedentes pelo eleitorado. Perdeu 60% das suas prefeituras, ganhou apenas a capital do Acre e só disputa o segundo turno em Recife. Pela primeira vez, o partido não atinge sequer 1 milhão de votos para a prefeitura de São Paulo, não vencendo em nenhuma das 57 zonas eleitorais da cidade. No ABC, berço industrial do lulismo, é muitíssimo provável que o PT não eleja nenhum prefeito.

Tal situação beneficiou principalmente o PSDB, o partido

“titular” da direita brasileira. O burguês João Doria, aposta arriscada de Geraldo Alckmin, venceu em São Paulo, já no primeiro turno. O triunfo tucano se repetiu em outros 14 municípios brasileiros com eleitorado acima de 200 mil pessoas. Os tucanos disputam ainda o segundo turno em 19 outras cidades importantes, como Belo Horizonte, Manaus, Belém, Porto Alegre, Maceió, Porto Velho, Campo Grande e Cuiabá. O PSDB atingiu seus maiores índices históricos, com 17,6 milhões de votos, sendo consagrado o maior vencedor das eleições.

No segundo turno, a se confirmar o prognóstico de vitória em Porto Alegre e Belo Horizonte, governarão três das quatro cidades mais importantes do Brasil.

Também no eixo mais reacionário podemos citar a vitória do DEM em Salvador, com ACM Neto chegando a 74% dos votos; a vitória tucana em cidades grandes de São Paulo, como São José dos Campos, Santos, com boas chances de ganhar no segundo turno em Santo André, São Bernardo e Ribeirão Preto, também celebrando a vitória do PSB como sua linha auxiliar em Campinas. Em Curitiba, Greca também é um polo reacionário que se reforçou no primeiro turno, numa disputa com o também conservador Ney Leprevost.

A explicação para esse giro à direita na superestrutura política do país remonta à combinação do avanço das forças conservadoras nas ruas e na sociedade, sua expressão mais viva foi a marcha do dia 15 de março de 2015 na Paulista [que conceituamos como “simulacro” em resposta às manifestações de Junho de 2013], com o desprestígio causado pelo governo do PT à ideia geral de “esquerda”. Após governar por 13 anos sem resolver os gargalos estruturais desse país, a condução burocrática do lulismo gerou uma enorme confusão no movimento de massas, com algumas de suas principais lideranças enriquecendo às custas de grandes negócios com os maiores capitalistas do país sendo presos em escândalos de corrupção.

A direita capitalizou o desgaste do regime, ainda que com um

discurso hipócrita. Doria, por exemplo, se apresentou como um homem de sucesso fora da vida política, criticando os excessos dos “políticos”. O milionário que se tornou conhecido pelo programa televisivo “O Aprendiz” buscou se constituir como antítese da rotina política. Mas uma antítese bem-vestida de burguesa, o que não permite identificar seu voto com qualquer negação crítica ao regime burguês de turno.

Outros também fizeram este discurso nas disputas locais. Marchezan em Porto Alegre, também do PSDB, igualmente buscou se apresentar como novidade. Mas sua biografia de filho de um dos dirigentes civis da ditadura, por mais que não seja conhecida pelas massas, impede aceitar como minimamente crítico qualquer voto que tenha sido nele depositado.

A vitória da direita é, portanto, real e irrefutável. Tal vitória condiciona e reforça as piores agendas restritivas na vida nacional e nos parlamentos locais. Como fruto direto dessa nova conjuntura, já foram aprovadas a nova lei do Pré-Sal e, mesmo com certa folga, a PEC 241 – em primeiro turno -, também conhecida como “PEC do fim do mundo” pelo congelamento dos gastos essenciais em saúde, educação, etc.

Há um salto na organização de novas expressões dos setores mais direitistas. Nota-se um crescimento da presença de setores da chamada “bancada fundamentalista”, atuando como elemento de despolitização, sobretudo nos bairros e periferias dos grandes centros urbanos. Com seu discurso contrastando com os avanços no terreno da luta pelos direitos civis, se organizaram mais e melhor a partir de setores das maiores igrejas evangélicas.

A Igreja Universal disputou para valer nas duas principais cidades do país. O Bispo Crivella tem chances reais de vencer a disputa contra Freixo no segundo turno. Seu discurso foi adaptado para uma versão mais “laica” e de um fundamentalismo “moderado”. Mas é parte do mesmo fenômeno de ocupação de espaços em meio à crise social e de referência dos setores evangélicos nas camadas mais pobres da classe trabalhadora

brasileira. Quando essa disputa é levada a quente, setores mais radicais de direita crescem, como pastores que defendem a luta contra os direitos humanos e que multiplicaram sua presença nas câmaras municipais.

De outra parte, houve uma organização da direita ideológica e da própria extrema-direita, com a eleição de jovens vinculados ao MBL, com o posicionamento mais claro dos Bolsonaro no Rio de Janeiro – tanto na boa votação de Flávio à prefeitura quanto na proporcional, onde Carlos foi o mais votado do Rio. Vão existir, de forma articulada, bancadas da direita e da extrema-direita em todo o Brasil.

A disputa pela direção política do bloco conservador no país está longe de se decidir. Alckmin, Serra e Aécio vão seguir enfrentados dentro do ninho tucano. E setores de direita vão marcar distância de Temer, exigindo desse uma posição cada vez mais subordinada.

PT: Uma derrota de caráter histórico

Entre analistas burgueses, articulistas da mídia e mesmo entre a esquerda há um grande consenso no balanço eleitoral: o PT sofreu uma derrota de caráter histórico.

Perdeu mais de 10 milhões de votos, caindo de terceiro para décimo partido na preferência do eleitorado brasileiro. Dos 17,2 milhões de votos que obteve em 2012, caiu para apenas 6,8 milhões, saindo de 632 prefeituras eleitas naquele ano para 256 nesse pleito.

Como parte do próprio clima que ajudou a criar, reprimindo as manifestações de 2013 e sancionando a Lei Cunha, Dilma e o PT foram castigados em seus principais recintos. Sua derrota mais sentida foi a de São Paulo, com Haddad, mas o PT também perdeu prefeituras como Guarulhos, Osasco e São Bernardo do Campo. Mesmo onde governa, como no Ceará e na Bahia, o PT saiu derrotado. Sua única vitória numa capital foi em Rio Branco.

No segundo turno, disputa em condições adversas em Recife.

Nas outras cidades, o PT não tinha condições de vencer, mas acabou atuando para interditar o desenvolvimento de uma ultrapassagem à sua esquerda.

Tal derrota desautoriza o PT como alternativa para amplas massas. Mesmo que tenha buscado reunir alguns setores de uma vanguarda ampliada sob a narrativa do “Fora Temer”, o resultado eleitoral atingiu em cheio ao partido, que agora vive uma intensa luta interna sobre seus rumos, com muitos setores descontentes como Olívio Dutra, que clama pela renúncia da atual direção e a convocação de um congresso extraordinário.

A inconsistência do discurso “Fica Dilma” se notou no número de alianças com o PMDB, chanceladas pela Direção Nacional do PT. Foram mais de 1000 cidades em todo o país. E se materializou na vitória do dirigente do PT Edinho Silva, em Araraquara (SP), aliado ao PP.

Ainda no âmbito desse campo político, algumas variáveis buscam disputar o espaço. A Rede saiu muito fragilizada das urnas. Não conseguiu expressar a visão do “novo”, com Marina consolidando seu perfil menos relacionado à esquerda, Molon fracassando no Rio, perdendo uma das suas principais referências para o PSOL via Raiz/Erundina, e Clécio aliado ao PSDB e DEM na disputa por sua reeleição em Macapá.

O PCdoB experimentou um crescimento contraditório: ampliou sua presença institucional no Maranhão, onde Dino agora cumpre um papel ainda maior na direção desse partido, e perdeu nas principais cidades, à exceção por enquanto de Aracaju, onde disputa o segundo turno. Ficou sem presença legislativa em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, onde também perdeu a cadeira de vice-prefeita; perdeu sua ‘prefeitura/símbolo’ em Olinda, onde a referência nacional do PCdoB sequer foi ao segundo turno.

A primavera das mulheres nas Câmaras Municipais

A “novidade” nas eleições não se verificou apenas por novos setores da direita; também houve um fenômeno muito progressivo que merece ser destacado. A vitória política que significou a eleição de feministas para as câmaras de vereadores em todo país.

Como ecos de Junho, a Primavera das Mulheres se expressou no processo eleitoral. Nas principais cidades do país, a votação das mulheres foi destacada: Fernanda Melchionna como mais votada de Porto Alegre; Áurea Carolina a mais votada da história de Belo Horizonte; Sâmia Bomfim como ativista sendo eleita a primeira vereadora do PSOL na maior cidade do país; Marielle Franco no Rio de Janeiro, com um grande votação; Talíria Petrone em Niterói; Fernanda Miranda em Pelotas; Mariana Conti em Campinas; Marinor Brito em Belem; Fernanda Garcia em Sorocaba e também Cida Falabella em Belo Horizonte. Assim se completa a nova bancada feminista Brasil afora. E uma bancada feminista com a presença de três mulheres negras aponta uma dinâmica ainda mais contundente.

As grandes manifestações denunciando a violência contra mulher, em defesa da pílula e pela renúncia de Cunha marcaram o país nos últimos dois anos, na esteira do ambiente político aberto em Junho de 2013.

Nossa corrente, com setores independentes, impulsionou as lutas através das Juntas!, que de Norte a Sul do país lutaram para conquistar uma representação política da nova onda feminista em todo o Brasil. A campanha de Luciana Genro em 2014 já foi um salto na organização e na defesa de um programa para as mulheres.

O triunfo e a conquista desses mandatos representa um patamar superior da luta feminista na história do país. O fato de o PSOL ser o partido que abriga tais mandatos enriquece e dá muitas responsabilidades. Serão trincheiras decisivas em tempos de maior polarização.

PSOL se fortalece como alternativa para a esquerda socialista e democrática

Lutando contra a corrente, por conta da reforma feita por Cunha e o também afetados pelo estrago que o PT fez ao conjunto da esquerda, consideramos os resultados do PSOL como vitoriosos.

Estamos no segundo turno, como já citado, na disputa mais importante do país, o Rio de Janeiro, na cidade estratégica da região Amazônica, Belém, e num importante polo industrial paulista que é Sorocaba. No caso de Belém é necessário assinalar que fomos aliados ao PDT, o que não nos condenou a sofrer os efeitos da lei Cunha.

O PSOL avançou como uma alternativa de esquerda, para além do PT. Fomos o Partido que mais lançou candidaturas nas capitais, superando a marca de 10% em cinco capitais: Belém, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre e Cuiabá. Faltou muito pouco para vencermos a disputa em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, com o deputado Glauber Braga.

No Rio Grande do Norte, além de mantermos a bancada na capital Natal, conseguimos ganhar duas prefeituras: Jaçaná, onde se elegeu nosso primeiro prefeito LGBT, e Janduís.

Elegemos 53 vereadores, dobrando a bancada em SP, aumentando em 50% no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, triplicando em Florianópolis, além de manter representação institucional em Belém, Salvador, Recife, Natal, Nova Friburgo, Campinas, Niterói, Viamão, entre outras cidades importantes.

Na comparação com o PT, nas dez maiores cidades do país, o PSOL tem 18 vereadores e o PT apenas 27, um sinal de que nossa curva ascendente também se verificou na votação dos maiores e mais avançados centros urbanos.

Reivindicamos e achamos importante o teor da primeira avaliação da Executiva Nacional do PSOL, sobretudo nos itens citados abaixo:

“7. Diante da crise vivida pelo PT, outros partidos buscaram ocupar o espaço à esquerda. Entre essas legendas, coube ao PSOL, lançando candidaturas em quase todas as capitais, se apresentar como o mais dinâmico polo aglutinador do voto de esquerda que deseja mudanças e acredita numa nova etapa da luta pela democracia e justiça social no Brasil. E os resultados do primeiro turno mostram um bom começo nesta tarefa.

8. As candidaturas do partido em várias capitais conseguiram romper o isolamento imposto pela legislação eleitoral. Foi assim que Luciana conquistou 12% dos votos e liderou as pesquisas durante boa parte da disputa. O mesmo ocorreu com Elson Pereira, alcançou 20% em Florianópolis, e com o Procurador Mauro, que obteve 24% dos votos em Cuiabá. Em duas capitais importantes estamos no segundo turno: Rio de Janeiro, com Marcelo Freixo (18%) e em Belém, com Edmilson Rodrigues (29,5%). Além deles, conseguimos emplacar o deputado estadual Raul Marcelo no segundo turno em Sorocaba (SP). Em outras cidades também tivemos boas votações, exemplo de Nova Friburgo, com Glauber Braga, e Niterói, com Flávio Serafini.

9. Além disso, destacamos a ampliação de nossa bancada de vereadores em todo o país, especialmente em importantes capitais, e a eleição de dois novos prefeitos, nas cidades de Janduís e Jaçaná, ambas no Rio Grande do Norte. Em todos os casos as candidaturas do PSOL conseguiram cativar os votos progressistas. Mesmo onde o discurso do voto útil nos afetou, como no caso de São Paulo, Luiza Erundina encarnou a disposição do PSOL de impulsionar o processo de reorganização da esquerda brasileira”.

A definição do segundo turno do Rio de Janeiro, onde se condensam os projetos nacionais em disputa vai ser a chave para pensar o tabuleiro político do Brasil que sai das urnas. Nesse quesito, o esforço concentrado do PSOL para potencializar essa vitória pode vir a definir o signo do real. Uma vitória abriria mais condições para dar o salto na representação do PSOL como alternativa de poder no Brasil.

Nossa batalha em Porto Alegre

Colocamos nossa força para a disputa de Porto Alegre. Apesar das dificuldades provocadas pela Lei Cunha, o PSOL cresceu e nos apresentamos e conquistamos o lugar da principal força de esquerda da capital. Embora não tenhamos vencido do PT em termos eleitorais, aparecemos como força de igual para igual, sendo a nossa uma força jovem e em dinâmica de crescimento, e a petista estagnada e envelhecida.

A título de comparação, Erundina não pôde evitar o voto útil em Haddad, terminando com 3% contra 16% do PT, enquanto em Porto Alegre PSOL e PT disputaram até o final, sem que a distância entre ambos fosse significativa: 16% contra 12%.

Nossas melhores expectativas, entretanto, não se confirmaram. A chance de fazer de Porto Alegre um polo nacional para construir uma alternativa de massas para o recomeço da esquerda não se viabilizou. Fizemos o máximo para tanto, mas as condições objetivas foram superiores as nossas forças subjetivas. E sem se preparar para tentar ganhar seria impossível cumprir o objetivo estratégico e decisivo de nos converter na principal força de esquerda da cidade. Este objetivo foi alcançado. Um objetivo também difícil, já que tratamos da cidade e do Estado do Brasil em que o PT é o mais enraizado de todos, com seus líderes mais à esquerda e com experiência administrativa de 16 anos.

Nossa aposta foi necessária porque não se pode disputar a direção sem jogar tudo para conquistar o extraordinário. A vitória eleitoral que seria conquistar o governo e mesmo de ir ao segundo turno – que era a hipótese mais real, menos excepcional – ficou longe, mas a postulação do partido como o mais importante da esquerda da capital do estado é real e pode ser feita. Nossa tese é que o PSOL em Porto Alegre saiu vitorioso neste que era seu principal objetivo estratégico. Mas para isso tivemos que mirar o “céu” e afirmar que a tomada do Paço Municipal era viável e nos preparar para isso.

E de fato trabalhamos praticamente durante um ano. Construimos o melhor programa, com um método extremamente democrático de participação, baseado na experiência mundial mais avançada atualmente, de Madrid e Barcelona. Nossa candidatura de Luciana Genro mostrou um enorme preparo e qualidade, dominando as questões programáticas de uma construção que ela mesma acompanhou e dirigiu pessoalmente.

A não participação do PSOL, resultado da nova regra, antes uma obrigação legal, era uma ameaça brutal contra a campanha. As posições nas pesquisas no início da campanha, as articulações políticas, inclusive os apelos democráticos à mídia e aos partidos, a força eleitoral dos nomes de Luciana e Marcelo Freixo, permitiram que a lei fosse flexibilizada pelo STF. Não mudou da mesma forma o tempo de TV escasso. A liberdade para as grandes emissoras nos garantiu estar nos debates em algumas cidades, mas na maioria o partido não foi convidado.

Iniciada a campanha a desigualdade no tempo de TV começou a se impor.

Acertamos em lutar para vencer

O quinto lugar deixou um gosto amargo na boca, mas o resultado da nossa disputa pela prefeitura de Porto Alegre foi uma vitória do PSOL.

Quando iniciamos o debate sobre a possibilidade de vencer as eleições, afirmamos que isso só seria possível se houvesse um movimento da cidadania, de baixo para cima, que tivesse capacidade para superar a força das máquinas, da desigualdade na TV e até uma possível ausência da nossa candidatura nos debates.

Iniciamos a campanha em primeiro lugar nas pesquisas, o que nos garantiu a presença nos debates. Mas, com o início do horário eleitoral e o funcionamento das máquinas do governo e dos partidos, era muito difícil não cair. Além de só termos míseros 12 segundos no horário eleitoral, Marchezan, Melo, Raul e Maurício

tinham dezenas de inserções diárias durante a programação de TV, enquanto nós tínhamos apenas duas! A televisão mostrou que ainda tem muita força para formar opinião e influenciar as eleições. Mesmo sendo a campeã das redes sociais, nossa candidatura não conseguiu chegar com suas propostas a uma parcela grande do povo que apenas se informa pela televisão.

As expectativas de votos eram maiores. Mas, nas circunstâncias, 86 mil e 12% foi um resultado de massas.

A desigualdade da TV pesou mais do que imaginávamos. E a campanha de calúnias para tirar Luciana da liderança foi ainda mais pesada: começou com Maduro (essa não deu certo) e em seguida sobre os presos que seriam defendidos por Luciana e que todos seriam obrigados a defendê-los (a calúnia do “passe o Natal com um preso”).

Com o peso do atraso religioso em relação a temas como LGBTs e aborto, a campanha das Igrejas foi aberta e neste caso não era calúnia, o que lhe deu mais força. E também sofremos as calúnias do PT, mas estas apenas para evitar o movimento pró-Luciana e segurar as bases de Raul.

Como balanço é importante ainda que se diga duas coisas sobre Porto Alegre: como no país, os votos nulos, brancos e abstenções venceram do primeiro colocado. Nosso legado foi o voto de quase 90 mil pessoas de forma consistente.

Na nossa eleição proporcional, outro salto. Fernanda Melchionna, depois de oito anos de mandato, foi a mais votada da cidade com 14.630 votos, representando a onda das mulheres e o peso do mandato articulado com as lutas da cidade. Roberto Robaina entrou, com 8.354 votos, figurando entre os dez mais votados, colocando noutra qualidade a bancada do PSOL por sua experiência como dirigente nacional e fundador do PSOL. E tivemos ainda a reeleição nutrida do Professor Alex Fraga com 3.710 votos. Nossos dois suplentes expressaram a renovação: Karen, jovem feminista e negra, com perfil lutador, e Marcelo, expressão da saúde e dos bairros, com campanhas militantes.

Sáímos de 2 para 3 vereadores, apesar da nossa ainda baixa capilaridade e inserção nos bairros, realidade que estamos começando a superar, tomando como exemplo o que ocorre com o partido no bairro da Restinga. Ficamos muito próximos da quarta vaga, que seria possível caso o PSTU não tivesse rompido de última hora a aliança com o PSOL, que tinha sido autorizada no seu Congresso Nacional.

Acumulamos muito para seguir. O posicionamento de Luciana Genro nas eleições foi capaz de produzir vários deslocamentos, como a ruptura de um grupo nacional de dirigentes da Rede, como Luiz Eduardo Soares, Mirian Krezinger, Marcos Rolim, entre vários, e a entrada de dirigentes da Juventude Socialista do PDT/RS no PSOL.

Nossa acumulação no movimento popular foi nítida, entre rodoviários, saúde, municipais, bairros proletários como Restinga, Rubem Berta, Sarandi, Ocupações de moradia na Zona Norte, no movimento LGBT, na luta das mulheres feministas, entre diversas categorias e setores da cultura e da intelectualidade.

O crescimento do MES: maiores responsabilidades para reorganização da esquerda

O balanço de nossa corrente é muito positivo. Pela primeira vez, podemos falar em um salto nacional real nas cidades. Marcamos já o bom resultado em Porto Alegre, ampliado com os números do Rio Grande do Sul de conjunto, onde Jurandir Silva ultrapassou o PT e fez 12% dos votos em Pelotas, ajudando a eleger a primeira vereadora da cidade, Fernanda Miranda, e bons resultados na Região Metropolitana, sobretudo em Viamão, onde o partido, encabeçado por Romer Guex, teve mais de 10% dos votos e elegeu Guto como novo vereador do PSOL.

Sandro Pimentel foi reeleito vereador em Natal, quase triplicando sua votação. Seu mandato foi exemplar. Ainda em Natal, infelizmente não se reelegeu a vereadora Amanda Gurgel,

do MAIS, por conta do sectarismo do PSTU, que numa aliança poderia ter garantido três vagas.

No Rio de Janeiro, elegemos David Miranda, coordenador da Casa de Juventude, com mais de 7.000 votos. A nossa juventude e apoios internacionais como Edward Snowden, Noam Chomsky e Naomi Klein, colocaram na Câmara carioca o seu primeiro vereador assumidamente LGBT.

Nossas vitórias foram tantas e múltiplas. Talvez a que fez a maior diferença tenha sido a entrada da primeira vereadora feminista da Câmara de São Paulo, Sâmia Bomfim, trabalhadora da USP e dirigente da Juntas! Uma verdadeira revolução para o MES e para o PSOL paulistano.

No Pará, há que se ressaltar também o bom desempenho da candidatura do companheiro Márcio Pinto (7,2% dos votos para prefeito) em Santarém, terceira maior cidade do estado. Márcio, aliás, assumirá um mandato de deputado federal, caso Edmilson – em ligeira vantagem na pesquisa IBOPE recém divulgada – retorne à prefeitura de Belém.

Dezenas de quadros e militantes do MES travaram o bom combate no terreno eleitoral, representando e lutando por nossas bandeiras nas cidades, entre elas São Gonçalo, Salvador, Belém, Marabá, Recife, Cascavel, Manaus, Itapevi, São Carlos, Rio Claro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, etc.

Avançar na batalha do segundo turno, com Freixo, Raul e Edmilson

A grande tarefa imediata é construir as condições e o apoio às campanhas do PSOL no segundo turno.

A batalha decisiva do Rio de Janeiro vai dizer muito dos rumos políticos pós eleição. Estamos jogados nessa luta.

Na sexta-feira, Luciana Genro (junto com Sâmia, Fernanda e outras lideranças mulheres do partido) participaram do ato de apoio das mulheres a Freixo e Luciana Boiteux.

Vencer o Rio como parte do processo de recomposição da esquerda é a tarefa mais premente. Assim como vencer com Edmilson Rodrigues em Belém e com Raul Marcelo em Sorocaba. Na “Manchester paulista”, cabe salientar que o MES compõe a chapa de Raul Marcelo, na figura do professor Gilberto Cunha Franca, postulante à vice-prefeito da cidade.

Como parte do novo momento, a articulação de Luciana Genro como porta-voz nacional do partido, junto às novas vereadoras do PSOL no país, será parte de uma estratégia de resistência e colaboração para a “bancada feminista” nas cidades. Numa realidade mais polarizada, será necessária esta solidariedade entre os mandatos.

Junto a isso precisamos seguir buscando a unidade entre setores para resistir aos planos de ajuste do governo Temer, a começar pela luta contra a PEC 241 e a reforma do Ensino Médio. Apoiamos o processo de luta e as ocupações das escolas.

Atuaremos para construir um polo que também aglutine as forças revolucionárias e socialistas como parte do necessário recomeço da esquerda.

Seguimos apostando no desenvolvimento da luta nos bairros, nas novas gerações de jovens, nas mulheres, nos LGBTs, negras e negros, nas novas direções do movimento de trabalhadores. Essa é nossa aposta estratégica.

Seguimos construindo o PSOL para melhor lutar e organizar os desafios do futuro.

